



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

CLÁUDIA DA SILVA LOPES

**Educar para uma vida em fraternidade que
promova uma sociedade justa e solidária**
**O contributo da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa
Francisco**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:**
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2023

«Desejo ardentemente que,
neste tempo que nos cabe viver,
reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana,
possamos fazer renascer, entre todos,
um anseio mundial de fraternidade.
Entre todos.»

Papa Francisco in Carta Encíclica *Fratelli Tutti*

À Maria América e ao Manuel, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À Família Missionária Verbum Dei, pelos pilares da fé.

Aos meus familiares e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o tempo dedicado a este trabalho.

À Universidade Católica Portuguesa e ao seu corpo docente, essenciais no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

À Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade, nunca deixando esmorecer a sua aluna, mesmo nos momentos mais obscuros.

À Escola EB 2,3 de Nogueira por me ter recebido como professora estagiária.

À Dr.^a Maria Eugénia Pinheiro, orientadora cooperante, pelos seus ensinamentos, pela sua disponibilidade incomensurável, pelo seu empenho e pela sua motivação.

Aos alunos da turma B do 6º ano, pela empatia, amizade e respeito.

A todos os colegas de curso, pelo ambiente amistoso onde convivemos e solidificámos os nossos conhecimentos.

RESUMO

Este trabalho examina a influência e o contributo da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco no contexto da educação para uma sociedade justa e solidária baseada na fraternidade. A encíclica oferece uma visão abrangente sobre as questões sociais atuais, enfatizando a importância da solidariedade global, da justiça social e da fraternidade como pilares fundamentais para uma convivência harmoniosa e justa. O estudo analisa como a *Fratelli Tutti* fornece um quadro ético e moral que pode orientar a educação e a formação de indivíduos e comunidades para um compromisso comum de construir um mundo mais justo, solidário e fraterno. Destaca a importância de promover valores como o respeito mútuo, a inclusão, a igualdade e a justiça, enquanto aborda questões cruciais, como a migração, a ecologia integral e a economia global. O trabalho apresenta também a contribuição prática da encíclica no desenvolvimento de conteúdos educacionais e estratégias pedagógicas que promovem a fraternidade e a solidariedade. Conclui-se que a *Fratelli Tutti* oferece um guia inspirador para educadores e líderes empenhados em moldar uma sociedade mais justa, equitativa e fraterna, destacando a necessidade de agir em conjunto para alcançar um futuro mais inclusivo e compassivo para todos.

Palavras-chave: EMRC; educação; fraternidade; partilha; próximo; amor; irmão; irmã; humanidade; pão; Deus; *Fratelli Tutti*.

ABSTRACT

This paper examines the influence and contribution of Pope Francis' Encyclical Letter *Fratelli Tutti* in the context of education for a just and supportive society based on fraternity. The encyclical offers a comprehensive view of contemporary social issues, emphasizing the importance of global solidarity, social justice, and fraternity as fundamental pillars for harmonious and just coexistence. The study analyzes how *Fratelli Tutti* provides an ethical and moral framework that can guide the education and formation of individuals and communities towards a common commitment to build a more just, supportive, and fraternal world. It highlights the importance of promoting values such as mutual respect, inclusion, equality, and justice, while addressing crucial issues such as migration, integral ecology and the global economy. In addition, the paper presents the encyclical's practical contribution to the development of educational content and pedagogical strategies that promote fraternity and solidarity. It concludes that *Fratelli Tutti* offers an inspiring guide for educators and leaders

committed to shaping a more just, equitable and fraternal society, highlighting the need to act together to achieve a more inclusive and compassionate future for all.

Keywords: EMRC; education; fraternity; sharing; neighbor; love; brother; sister; humanity; bread; God; *Fratelli Tutti*.

ÍNDICE

ABREVIATURAS E SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A FRATERNIDADE COMO CAMINHO PARA UM MUNDO JUSTO E SOLIDÁRIO	13
1. O conceito de fraternidade	13
1.1. <i>Ao redor da fraternidade na História das Ideias</i>	14
1.2. <i>O contributo da doutrina social da Igreja</i>	17
1.3. <i>O contributo da teoria do Direito</i>	21
1.4. <i>Amizade, política e fraternidade</i>	22
2. Da fraternidade enquanto imperativo de sobrevivência	23
2.1. <i>Escassez de recursos e destruição ambiental</i>	24
2.2. <i>Desigualdade, pobreza e pandemias</i>	26
2.3. <i>Cristianismo e preservação da “Casa Comum”</i>	29
Síntese	31
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PARA A FRATERNIDADE NA CARTA ENCÍCLICA <i>FRATELLI TUTTI</i>	32
1. A encíclica <i>Fratelli Tutti</i> – do contexto no tempo, ao contexto no texto	33
1.1. <i>A fraternidade e a economia</i>	33
1.2. <i>Uma mudança de visão</i>	40
1.3. <i>Uma mudança de paradigma moral</i>	43
2. A encíclica <i>Fratelli Tutti</i> – da urgência da fraternidade	47
2.1. <i>Liberdade e Igualdade</i>	47
2.2. <i>Dignidade e fraternidade</i>	48
2.3. <i>Fraternidade versus egoísmo</i>	50
3. A encíclica <i>Fratelli Tutti</i> – da educação para a fraternidade	51
3.1. <i>O direito universal à educação</i>	51

3.2. Educar para a fraternidade – educar para a cooperação	52
3.3. Educação para a procura do bem comum	54
3.4. Educação para os valores, para a cidadania, para a identidade	54
Síntese	56

CAPÍTULO III – EDUCAR PARA A FRATERNIDADE - CONTRIBUTO E

PRÁTICA LETIVA DA UNIDADE LETIVA 3 DO 6º ANO:

“A PARTILHA DO PÃO”	57
1. A partilha do pão – exercer a fraternidade	57
2. Um mundo desigual	60
2.1. <i>A fome e a injusta distribuição dos bens</i>	60
2.2. <i>Causas da pobreza e da fome</i>	64
3. Notas de esperança para uma sociedade justa e solidária	68
3.1. <i>O outro somos nós – Ser pão para os outros</i>	68
3.2. <i>Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome</i>	70
3.3. <i>Viver a esperança</i>	74
4. Prática Letiva da Unidade Letiva 3 do 6º Ano: “A Partilha do Pão”	75
4.1. <i>Breve caracterização da escola e da comunidade educativa</i>	76
4.2. <i>Caracterização da turma</i>	77
4.3. <i>Proposta de planificação da Unidade Letiva 3 do 6º ano de escolaridade:</i>	
“ <i>A Partilha do Pão</i> ”	77
4.3.1. <i>Aula 1 - A dimensão cultural da refeição e a refeição como</i> <i>património cultural</i>	80
4.3.2. <i>Aula 2 - A dimensão simbólico-religiosa do alimento e da refeição</i>	85
4.3.3. <i>Aula 3 - A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta</i> <i>distribuição dos bens</i>	89
4.3.4. <i>Aula 4 - Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a</i> <i>fome. O amor partilhado</i>	94
4.3.5. <i>Aula 5 - A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia</i>	97
4.3.6. <i>Aula 6 - Ser pão para os outros</i>	102

4.4. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada	107
REFLEXÃO FINAL	113
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	123
Anexo I – <i>PowerPoint</i> dinâmico sobre “A Partilha do Pão. A dimensão cultural dos alimentos”	123
Anexo II - <i>PowerPoint</i> dinâmico sobre “O valor simbólico-religioso dos alimentos”	126
Anexo III – Trabalho de grupo sobre as instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome	129
Anexo IV – <i>PowerPoint</i> dinâmico sobre “A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia”	130
Anexo V – Ficha sobre “A Última Ceia”	135
Anexo VI – Letra da música “Dar mais”	136
Anexo VII – <i>PowerPoint</i> dinâmico sobre “Ser pão para os outros”	137
Anexo VIII – Organizações que são pão para os outros	138

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPA: Áreas de Competências do Perfil dos Alunos

AE: Aprendizagens Essenciais

AESAS: Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio

AMI: Assistência Médica Internacional

ASE: Ação Social Escolar

CA: *Centesimus Annus*

CARE: Cooperative for American Remittances to Europe

CD: Cidadania e Desenvolvimento

CDSI: Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CN: Ciências Naturais

CV: *Caritas in Veritati*

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

EMRC: Educação Moral e Religiosa Católica

ET: Educação Tecnológica

EV: Educação Visual

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FT: *Fratelli Tutti*

GS: *Gaudium et Spes*

Ing: Inglês

LS: *Laudato Si'*

MSF: Médicos Sem Fronteiras

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PASEO: Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória

PES: Prática de Ensino Supervisionada

PIB: Produto Interno Bruto

PIDESC: Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Port: Português

SRS: *Sollicitudo Rei Socialis*

UNICEF: Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância

UL: Unidade Letiva

INTRODUÇÃO

«*FRATELLI TUTTI*»: escrevia São Francisco de Assis, dirigindo-se a seus irmãos e irmãs para lhes propor uma forma de vida com sabor a Evangelho.» (FT 1). Assim começa, na introdução, a carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco publicada a 3 de outubro de 2020 – um desafio feito apelo para a fraternidade.

Esta encíclica é uma poderosa reflexão sobre a fraternidade e a sua relação com a sociedade contemporânea. No contexto da encíclica *Fratelli Tutti*, a fraternidade é ampliada para abranger a ideia de que todos os seres humanos são irmãos e irmãs numa grande família global. O Papa Francisco argumenta que a falta de fraternidade é uma das principais causas dos problemas do mundo contemporâneo, incluindo desigualdade, guerra, pobreza e exclusão social.

Inspirados pela leitura da encíclica, apresentamos uma singela contribuição que nos permita tomar consciência da importância de educar para a edificação de uma vida em fraternidade que promova uma sociedade justa e solidária.

No Capítulo I abordaremos a fraternidade como percurso para um mundo mais justo e solidário. Começaremos por dissecar o conceito de fraternidade, elucidando vários enfoques teóricos, desde os contributos da História das Ideias até aos contributos da doutrina social da Igreja. Prosseguiremos, até em decorrência dos ensinamentos de Francisco na encíclica, que é a crise global que a Humanidade enfrenta na atualidade na frente ambiental, na esfera demográfica, no âmbito da saúde pública, na erosão dos sistemas políticos, e em tantas outras ameaças sombrias à escala global que afetam milhões de seres humanos, que coloca uma mudança para um novo paradigma ancorado na fraternidade, como um imperativo de sobrevivência. Iguais na diferença, porque todos iguais perante os desafios enormes que se colocam à nossa “Casa Comum”, o individualismo terá que subordinar-se à cooperação, o egoísmo terá que vergar-se à solidariedade, porque só haverá salvação coletiva, ou não haverá salvação.

O Capítulo II trata da inspiração que a encíclica nos pode dar para a educação para a fraternidade, conceito demasiado ofuscado pelas “sombras” atuais, como demonstra o título do primeiro capítulo da encíclica: «As sombras dum mundo fechado» (FT 8). Mas o Papa Francisco não quer falar para sombras, mas para um mundo em que, cada vez mais, milhões de pessoas se veem reduzidas a uma sombra de Humanidade. É esse o contexto do texto da

encíclica *Fratelli Tutti*, e é esse também o tempo de *Fratelli Tutti* - 2020, ano de pandemia, reforçadas para muitos, as amarguras de carências antigas.

Francisco esboça um quadro sombrio e desencantado sobre o modo de funcionamento das economias, questionando sobretudo os crescentes aumentos da desigualdade social: «Se a sociedade se reger primariamente pelos critérios da liberdade de mercado e da eficiência, não há lugar para tais pessoas, e a fraternidade não passará duma palavra romântica.» (FT 109). Ora, quem são tais pessoas? São os deficientes, os que nasceram em lares pobres, os que não tiveram acesso a uma educação de qualidade. É por isso que Francisco defende um Estado ativo que possa minorar tais disfunções. Mas, além disso, e em consequência, Francisco defende outro conceito de eficiência económica, onde a fraternidade deve ter um papel de pedra angular.

É neste contexto que, em sequência lógica, Francisco avança com outra visão sobre os direitos fundamentais dos cidadãos: não basta reconhecer a dignidade e a igualdade como direitos; torna-se necessário combater as causas estruturais que os obstaculizam, sendo responsabilizada a política e os políticos pelo quadro de inércia em que o mundo tem navegado nos tempos recentes, fonte de todos os desencantos das gentes e dos populismos mais mal-intencionados.

Deve realçar-se que a encíclica *Fratelli Tutti* aponta também para um novo paradigma moral ao criticar, implícita ou explicitamente, e ao estabelecer a correlação entre certas realidades dos nossos tempos: ecologia e pobreza; marketing e política; migrações e exclusão; liberalismo e populismo; guerra e decadência moral.

É por tudo isto que é urgente a fraternidade. A liberdade e a igualdade não se bastam, nem se podem prosseguir com sucesso, sem o cimento da fraternidade. Acresce, contudo, que a fraternidade só pode operar quando reconhecemos o outro como nosso igual, num quadro de dignidade plena, e que a eclosão da fraternidade colide, bastas vezes, com o ancestral egoísmo humano. E, é no contexto de combate ao egoísmo, que a educação, instrumento de pedagogia da fraternidade e da solidariedade, deve ter lugar e pode desempenhar um papel decisivo, construindo um caminho para um mundo melhor. Mas para isso será necessário garantir, na prática, o cumprimento efetivo do direito universal à educação. E promover uma educação para a fraternidade, construindo a cooperação como pedra angular, uma educação para a procura do bem comum, uma educação para os valores, para a cidadania e para a identidade.

Depois do percurso pela encíclica *Fratelli Tutti*, empreendido no capítulo anterior, o Capítulo III destina-se ao contributo e à prática letiva da Unidade Letiva 3 do 6º ano: “A Partilha do Pão” para a construção da fraternidade e de um mundo mais justo e solidário. Começaremos

com a noção de partilha do pão como um modo de exercer a fraternidade, mas que encontra oposições que impedem o seu pleno exercício, com a pobreza e a fome a imperar a lista das dificuldades. No entanto, algumas notas de esperança, por ténues que ainda sejam, já se começam a vislumbrar no horizonte, e a povoar os discursos das lideranças das nações. Talvez o nosso instinto de sobrevivência se sobreponha e nos incite a mudar de rumo, se é que ainda há tempo. Talvez os seres humanos não sejam assim imperfeitos, até porque: «Abençoou Deus o sétimo dia e o santificou, porque nele descansou de toda a obra que realizara na criação.» (Gn 2,3).

Por fim, apresentaremos a Prática de Ensino Supervisionada (PES), com a caracterização da escola e a sua comunidade educativa, seguindo-se a caracterização da turma onde foi lecionada a PES, e uma proposta de planificação da Unidade Didática “A Partilha do Pão”. Terminamos com a avaliação das aulas lecionadas, que reflete as escolhas feitas e os desafios encontrados na aplicação de determinadas estratégias devido ao contexto pandémico em que decorreu a Prática de Ensino Supervisionada.

CAPÍTULO I – A FRATERNIDADE COMO CAMINHO PARA UM MUNDO JUSTO E SOLIDÁRIO

A fraternidade representa a ideia de que todos os seres humanos são irmãos e irmãs, independentemente de qualquer diferença que nos possa afastar. Ao abraçar a fraternidade como um valor fundamental, podemos abrir as portas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O mundo está profundamente marcado por desigualdades sociais, económicas e políticas, e a fraternidade faz eco da nossa responsabilidade enquanto indivíduos. Desafia-nos a estender a mão àqueles que estão em situações de vulnerabilidade e a trabalhar juntos para eliminar as injustiças que persistem ao nosso redor. Encoraja a compartilhar recursos e oportunidades, a promover a inclusão e a justiça social, e a buscar o bem-estar de todos, não apenas o próprio. Também nos leva a praticar a solidariedade: quando reconhecemos a ligação entre todos os seres humanos, torna-se mais difícil ignorar o sofrimento alheio.

Neste capítulo apresentaremos o conceito de fraternidade a partir da sua terminologia, percorrendo a História das Ideias, os contributos da doutrina social da Igreja e da teoria do Direito, e ainda uma referência à relação entre amizade, política e fraternidade. Na segunda parte do capítulo apresentamos a fraternidade como único caminho para a sobrevivência humana, oposta à destruição ambiental, às desigualdades e à pobreza; e ainda a mensagem cristã e a preservação da “Casa Comum”. Começamos então, pelo conceito de fraternidade.

1. O conceito de fraternidade

A fraternidade é um conceito com raízes profundas na História das Ideias. Na Grécia Antiga os filósofos discutiam a fraternidade como o pilar das relações humanas, mas foi com a Revolução Francesa que o conceito ganhou destaque com a famosa tríade "liberdade, igualdade e fraternidade", tendo sido um dos pilares da modernidade política. Também a doutrina social da Igreja desempenhou um papel significativo na promoção da fraternidade, abordou questões sociais e económicas, defendeu a solidariedade e a fraternidade como princípios-chave para a resolução das desigualdades sociais. Na teoria do Direito a fraternidade é vista como um princípio que guia a interpretação e a aplicação das leis, promovendo a justiça e a igualdade. Uma comunidade baseada no respeito mútuo e na cooperação, onde as pessoas se veem como

irmãos e irmãs, e trabalham juntas para alcançar objetivos comuns, necessita da fraternidade para se tornar realidade.

1.1 *Ao redor da fraternidade na História das Ideias*

Uma observação inicial sobre o significado da terminologia *fraternidade* conduz-nos a uma conceptualização polissémica da qual sobressai, de forma evidente, uma idealização de *consanguinidade, laços entre parentes*, ao assinalar a particularidade que conecta membros de uma mesma família. No entanto, é simultaneamente exposto como uma noção filosófica, religiosa, ética, política ou sociável e, de igual forma, como uma importância estimada pela cultura mundial, resultando num termo quase distinto dos dicionários das ciências sociopolíticas e filosóficas.¹

Etimologicamente, as definições em dicionários e enciclopédias assemelham-se, ao definirem esta noção com base no seu radical latino *frater*, com a interpretação de irmão. O vocábulo latino *fraternitate* é, portanto, definido como “parentesco entre irmãos; contubérnio entre populações”. Na sua interpretação mais comum, representa o vínculo que unifica os elementos de uma mesma família e que precisaria unificar os elementos da família humana.²

Neste sentido, surge também como o sinónimo de "parentesco de irmãos ou irmãs"; "união ou afeto entre irmãos ou semelhante à que idealmente haveria entre irmãos"; "amor ou afeto em relação ao próximo"; "boa convivência ou harmonia entre as pessoas".³

Partindo dos textos bíblicos, nomeadamente do Antigo Testamento, é de salientar que o termo "irmãos" é utilizado para provar a pertença ao mesmo agregado familiar, contrariando a idealização do conceito de estrangeiros, ou ainda para designar os membros originários de uma mesma unidade ou tronco familiar.

Já na Roma antiga, este termo era utilizado para designar as relações entre indivíduos filhos dos mesmos pais, sem qualquer outra conotação. O conceito de sociedade particular foi modelado sobre esta base, onde se colocavam os bens em comum. Apenas com o aparecimento do cristianismo se desenvolve a ideia de que todos somos filhos de um mesmo Deus, levando a

¹ Cf. Gregory Conti, «James Fitzjames Stephen's other enemies: Catholicism and Positivism in Liberty, Equality, Fraternity and beyond», *History of European Ideas* 47, n.7 (2021): 1109-1149, acessado a 5 de julho de 2021, <https://doi.org/10.1080/01916599.2020.1853884>.

² Cf. Wolfgang Palaver, «Fraternity versus Parochialism: On Religion and Populism» *Religions* 11, n° 7 (2020): 6-9, acessado a 19 de maio de 2021, <https://doi.org/10.3390/rel11070319>.

³ Cf. Dicionário Online Priberam de Português, acessado a 8 de maio de 2021, <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=fraternidade>.

que o conceito de fraternidade rompa com as fronteiras da relação familiar e se estenda ao próximo e à totalidade da humanidade.

A fraternidade apresenta-se, neste sentido, conceptualizada e exposta como uma ordem relacional da humanidade, indo além do conceito aristotélico de amizade política, em que o filósofo grego defendia que os indivíduos se unem em concordância para criar um coletivo político definido. Com tal afirmação, podem-se perceber alguns componentes semelhantes que se aproximam do verdadeiro significado de fraternidade, sendo dado por:

- Irmanação entre irmãos ou entre todos aqueles que se cuidam como tal;
- Mutualidade nas suas correspondências;
- O bem-querer ou afeição ao outro;
- Coletividade que consente proteger o benefício dos seus constituintes.⁴

O processo de análise relativo à conceptualização deste termo pressupõe uma compreensão particular do carácter da fraternidade, apresenta-a como uma classe ética e religiosa e consegue desempenhar papéis interessantes na teoria e na prática política, bem como no direito. Assim, deve-se considerar a necessidade de fundamentar a ideia precisa de fraternidade na determinação de um coletivo universal, a unidade das coisas diferentes, onde as sociedades consigam viver pacificamente entre si, valorizando a igualdade de cada uma.⁵

É interessante destacar que, neste último estudo referenciado, a fraternidade, na sua essência, serve como um estímulo para promover laços mais fortes na sociedade. Pode ser visualizado como uma série de círculos interligados que se expandem naturalmente, abraçando os ideais de compaixão e amizade de cariz tendencialmente universal. Essa fraternidade é vista como uma união enraizada em laços de sangue, parentesco e localidade. Abrange um sentimento de ligação emocional com uma família ou clã, se a sua amplitude for mais escassa, ou com uma comunidade ou associação de vizinhança.⁶

Os termos até então expostos são visíveis nas próprias práticas de Jesus Cristo, considerando o período histórico, onde viver obrigava a uma noção de laços familiares que envolvia a vizinhança e a conseqüente adesão a uma coletividade com ligações muito acentuadas, o que propõe uma fraternidade não apenas vinculada ao sangue ou ao parentesco, mas, sobretudo, aos valores ético-religiosos comuns, permitindo a introdução de novas

⁴ Cf. António Filipe Rodrigues Costa, *A Fraternidade: Análise filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade Relatório de Estágio*, (Porto: Instituto Universitário de Ciências Religiosas, Universidade Católica Portuguesa, 2012), 35-38.

⁵ Cf. Giuseppe Tosi, «Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo) política», *Nuova Umanità* XXXII (2010): 525-528.

⁶ Cf. Tosi, «Cristianismo social», 529.

dinâmicas relativamente à tradição judaica.

A parábola do bom samaritano (Cf. Lc 10,25-37) é sintomática disto mesmo, onde Jesus indica uma fraternidade tão amplificada que é inclusiva a todos os seres humanos, sem que se subentenda uma distinção de raça, cor, género, língua, religião, posição política ou oriunda de qualquer outra posição, sobretudo do nascimento. Podemos, desta forma, associar a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) à prática cristã e bíblica, sendo que é neste documento que a conceptualização de fraternidade se assenta, de forma cosmopolita ou política, recordando um cosmopolitismo estoico greco-romano, que segue no plano mais radical, em que o universalismo do amor fraterno chega, inclusive, a apresentar o amor pelo inimigo como um paradigma essencial da boa sociedade.⁷

Assim, é possível deduzir que, embora este entendimento possa ter múltiplas interpretações, é essencial manter um exame permanente da evolução do conceito, tendo em conta o seu contexto histórico e os efeitos daí resultantes.

A conceção de fraternidade ou, em termos mais específicos, de irmandade, presente no Antigo Testamento, representa a totalidade dos indivíduos que surgem a partir de um seio materno comum (cf. Gn 4,2), estendendo-se aos elementos de uma mesma linhagem (cf. Gn 13,8), de um clã análogo (Cf. 2 Sm 19,13), de um povo idêntico (Cf. Dt 25,3), por oposição a forasteiros (Cf. Dt 1,16) e, por fim, às populações descendentes de um antecessor idêntico, como Edom e Israel (Cf. Dt 2,4).

O conceito de fraternidade universal surge logo no Antigo Testamento. É revelado que Deus confiou a Adão, o progenitor da raça humana, a ideia da fraternidade. No entanto, esse vínculo é quebrado pelos descendentes de Adão. Caim, movido pela inveja, comete o ato hediondo de assassinar o seu irmão Abel. Este ato de violência é resultado da recusa de Caim em reconhecer o paradeiro do seu irmão. Deste ponto em diante, a humanidade é vista pelas lentes do pecado em relação a Adão.⁸

O povo da Aliança embarcará numa extensa jornada de descoberta, onde compreenderá o conceito de fraternidade entre os descendentes de Abraão. Ao priorizar a sua fé compartilhada na mesma entidade divina e compromisso com a Aliança, afirmam a sua adesão aos princípios da devoção religiosa (Cf. Lv 19,17ss). Ao examinar o Antigo Testamento, fica claro que há um tema predominante de fraternidade, exemplificado nas palavras do salmista que proclama com alegria: "Vede como é bom e agradável que os irmãos

⁷ Cf. Tosi, «Cristianismo social» 531.

⁸ Cf. Xavier Léon-Dufour, «Hermano», em *Vocabulário de teologia bíblica*, (Barcelona: Herder, 1985), 381-384.

vivam unidos!" (Sl 133,1). No entanto, a certeza da nação apresenta uma perspectiva contrastante. À medida que os conflitos pessoais são reconciliados, Israel testemunha a dissolução do vínculo entre as tribos, (Cf. 1 Rs 12,24). Essa percepção da transgressão comunitária, que se estende também às nações vizinhas (cf. Dt 23,8), leva os profetas a se voltarem para Deus, vendo-O através de uma lente escatológica, reconhecendo-O como a única entidade capaz de restabelecer o senso de fraternidade entre toda a humanidade (Cf. CV 34).

1.2 *O contributo da doutrina social da Igreja*

A economia é muitas vezes vista de vários ângulos, alguns dos quais argumentam que um certo nível de pobreza e progresso é necessário para o seu sustento. Postulam que características específicas são essenciais para a durabilidade do mercado, mas esta visão não suplanta as questões de índole económica. Consequentemente, um dos obstáculos significativos enfrentados pela doutrina social da Igreja é enfatizar de maneira mais profunda o conceito de fraternidade. Na antiguidade, muito antes do advento da modernidade, os indivíduos já pensavam sobre o ser humano e o seu lugar na sociedade. Os fundamentos da cultura ocidental e a estrutura para a compreensão de outros aspetos da existência humana remontam à filosofia grega antiga e à influência do cristianismo, estes dois pilares desempenharam um papel crucial na formação da fundamentação teórica dos direitos humanos.⁹ Notavelmente, a chegada do cristianismo marcou um marco significativo nesta história, pois introduziu o conceito de uma personificação tangível desses direitos na forma da Igreja, a qual, no entanto, se encontra nitidamente separada do poder temporal.

Com o advento da modernidade, a Igreja experimentou um declínio na sua posição dominante e de autoridade. A materialização da Reforma Protestante no século XV e da Contrarreforma e ainda os eventos subsequentes minaram ainda mais o controle exclusivo da Igreja, deixando-a cada vez mais enfraquecida. Perante uma persistente perda de poder e influência, a Igreja retraiu-se e rejeitou as ideias contemporâneas, posicionando-se como ferrenha defensora do Antigo Regime. Só com o Concílio Vaticano II, em pleno século XX, é que se procede a uma autêntica reforma que a expõe novamente a ideias exteriores.¹⁰

Entretanto, o discurso intelectual europeu já havia priorizado o ser humano como centro das preocupações da vida, ofuscando o significado da existência divina. Esta postura

⁹ Cf. Pierre Pierrard, *História da Igreja*, trad. Álvaro Cunha (São Paulo: Edições Paulinas, 1982), 42-43.

¹⁰ Cf. Pierre Pierrard, *História da Igreja*, 272-274.

filosófica, comumente referida como humanismo, abriu caminho para uma abordagem racionalista que reconhecia apenas o que poderia ser substanciado pela razão humana. Consequentemente, a existência humana passou a ser possuidora de uma faculdade cognitiva distinta. Como resultado, René Descartes é amplamente considerado o principal proponente dessa ideologia, sendo que, nas suas próprias palavras, «Penso, logo existo, e, por consequência, a primeira e a mais certa que se apresenta àquele que conduz por ordem os seus pensamentos.»¹¹ Dado que surge a incerteza, a noção de que o ser se origina da capacidade de raciocinar torna-se uma verdade inicial indiscutível e inabalável. Tal verdade só é alcançável porque essa própria incerteza serve de fundamento para abraçar a capacidade de deduzir todas as verdades adicionais como um princípio fundamental da filosofia, particularmente a existência de uma entidade divina.

A Revolução Francesa de 1789 defendeu os princípios de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Esses ideais, influenciados pelos valores humanísticos do renascimento e da modernidade, divergiam dos planos religiosos e divinos. Os conceitos de Fraternidade e Igualdade, sem um fundamento comum ou uma figura comparável como um Deus distante ou mesmo o Estado, foram defendidos pelos precursores da Revolução. A noção de criação está intimamente ligada à crença num Deus singular (monoteísmo), governante supremo do universo, a origem e o destino de todas as coisas, o dador da vida e o pai da humanidade (fraternidade), exemplificado no relato inicial da criação apresentado no livro do Génesis (cf. Gn 1,1-2,4). Nele, Deus surge como o único criador da natureza por meio da Sua palavra falada, sem restrições por quaisquer influências externas ou materiais preexistentes.¹²

Surge da rejeição da ideia progressista de um Deus que é Pai e Criador, bem como da negação da contingência da verdade de Deus. Consequentemente, a noção de uma figura paterna que personifica a fraternidade é descartada. No entanto, no quadro cristão, a fraternidade é considerada essencial devido à sua origem comum com todo o devoto. É dessa origem que derivam a autonomia, a igualdade e a fraternidade.

O impacto substancial que decorre desta doutrina advém dos desafios enfrentados em períodos de globalização, e torna-se ainda mais significativo quando ocorrem perturbações económicas e financeiras. Isso ilustra, tanto em perspetivas quanto ações, que os princípios fundamentais da ética social, como transparência, integridade e dedicação, não devem ser desconsiderados ou prejudicados. Pelo contrário, em contextos utilitários, o princípio do

¹¹ René Descartes, *Princípios da Filosofia* (Lisboa: Lisboa Editora, 1999), 29.

¹² Cf. Juan De Sahagun Lucas, *Dios, horizonte del hombre* (Madrid: Biblioteca De Autores Cristianos, 1994), 35-39.

altruísmo e a consistência da doação como expressão de fraternidade podem e devem restaurar o valor intrínseco das práticas económicas padrão (Cf. CV 36).

Para neutralizar as perspectivas pessimistas sobre a globalização devemos reconhecer as suas dimensões positivas. A globalização engloba inerentemente vários elementos afirmativos que enfatizam a importância de promover ligações mais fortes entre indivíduos e comunidades. Promove um maior senso de responsabilidade e responsabilidade coletiva. Para uma distribuição mais justa da riqueza, a globalização deve promover valores como a fraternidade e a verdade, bem como uma possibilidade genuína para a sua realização, sendo que, ainda que não seja maliciosa em si, corre o risco de ser mal empregue. Uma perspectiva sistémica «[...] permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha.» (CV 42).

O conceito de direitos humanos abrange não apenas direitos, mas também obrigações. Reconhecer esses direitos não deve depender apenas de questões controversas que questionam constantemente a sua validade, caso contrário, a sua credibilidade seria desperdiçada entre os indivíduos que mais dependem deles, tornando-se fundamental compreender que «A partilha dos deveres recíprocos mobiliza muito mais do que a mera reivindicação de direitos.» (CV 43).

Para poderem adaptar-se às diversas situações, os programas de desenvolvimento devem ser flexíveis; e as pessoas beneficiárias deveriam estar envolvidas diretamente na sua delimitação e tornar-se protagonistas da sua atuação. É necessário também aplicar os critérios da progressão e do acompanhamento – incluindo a monitorização dos resultados – porque não há receitas válidas universalmente; depende muito da gestão concreta das intervenções. (CV 47)

Realçar que a natureza não pode ser vista como estando posicionada acima do ser humano, não podendo também ser menosprezada, considerando a forma como dela dispomos, quase de modo ilimitado e abusivo. Quando nos envolvemos com a natureza e o meio ambiente, a admiração e o fascínio deverão estar presentes. Se não utilizarmos a linguagem da fraternidade e da beleza nas nossas interações com o mundo, perpetuamos as atitudes daqueles que dominam, consomem ou exploram os recursos naturais apenas para os seus interesses imediatos. No entanto, se sentirmos um profundo sentimento de ligação com tudo o que existe, então naturalmente exibiremos moderação e cuidado (Cf. LS 11).

Assim, a doutrina social da Igreja postula que a fraternidade humana deve considerar a natureza como uma entidade valiosa que deve ser preservada para as gerações futuras. Além disso, deve alinhar os seus esforços ecológicos com outros domínios que abordam essa

preocupação, incluindo os domínios jurídico, económico, político e cultural.¹³

Neste sentido, é imperativo que os investimentos sejam direcionados para o estabelecimento gradual de um arcabouço bioético unificado que intervenha no alinhamento da tecnologia com os princípios éticos a fim de alcançar o avanço humano integral. É importante reconhecer que, na busca pelo progresso, apenas os avanços tecnológicos não serão suficientes para atender às necessidades da humanidade, essas necessidades exigem a incorporação de compaixão e autenticidade. O âmbito da doutrina social-cristã abrange várias ideologias, mas a essência do humanismo cristão contém o maior potencial para o avanço do progresso, argumentando que «O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano.» (CV 78).

O desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração, cristãos movidos pela consciência de que o amor cheio de verdade – *caritas in veritate* –, do qual procede o desenvolvimento autêntico, não o produzimos nós, mas é-nos dado. Por isso, inclusive nos momentos mais difíceis e complexos, além de reagir conscientemente devemos sobretudo referir-nos ao seu amor. O desenvolvimento implica atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e à misericórdia divina, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmos, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz. (CV 79)

No decorrer do século XX, a humanidade passou por períodos de imensa tragédia, resultando na perda de inúmeras vidas. Ao debater os direitos humanos num sentido amplo, invariavelmente estão abrangidas as liberdades políticas fundamentais. Estas liberdades incluem o direito à vida e à segurança pessoal, direito à integridade, à liberdade de circulação no Estado e entre os Estados. O rescaldo da Primeira Guerra Mundial viu inúmeras vidas perdidas e inúmeras questões não resolvidas; não demorou muito para que a Segunda Guerra Mundial eclodisse, evidenciando o desrespeito pela humanidade, sobretudo no que diz respeito à dignidade pessoal. Como resultado, as nações buscaram estabelecer medidas que evitassem a necessidade de repetir tais dispositivos. Isso levou à formação da Organização das Nações Unidas (ONU) a 24 de outubro de 1945.

A Igreja anuncia que o amor fraterno é o principal meio de progresso. Apesar de transformações significativas que remodelam necessidades e familiaridades, tanto oportunidades quanto certezas humanas, a doutrina social da Igreja sustenta que a

¹³ Cf. Benjamim T. Gurrentz, «A Brotherhood of Believers: Religious Identity and Boundary-Work in a Christian Fraternity», *Sociology of Religion* Volume 75, Issue 1 (2013): 121-126, acedido a 07/09/2021, <https://doi.org/10.1093/socrel/srt049>.

fraternidade, um aspeto inerente à humanidade, persistirá na condução do desenvolvimento global no seu núcleo. Supostamente, a fraternidade nos torna diferentes das outras criaturas que habitam o planeta. Embora certos animais possam demonstrar afeição, a capacidade de dedicar-se abnegadamente para a melhoria do outro exige um nível de racionalidade, compreensão e autonomia que é exclusivo apenas do ser humano.¹⁴

A doutrina da Igreja sustenta visivelmente a necessidade de mostrar esta lógica: «A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos. A razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os seres humanos e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade.» (CV 19).

1.3. *O contributo da teoria do Direito*

Um dos marcos mais significativos da história da ONU foi a proclamação oficial da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) a 10 de dezembro de 1948. Esta declaração representa um acordo fundamental entre as nações do mundo em relação à proteção e à dignidade de todos os indivíduos, serve como base às leis que governam cada um dos países pertencentes à ONU e que a subscreveram, sendo um ponto de partida nas ligações entre os povos e entre os seres humanos.

Na vida real, os indivíduos não são iguais uns aos outros, nem tampouco são igualmente livres, e tais desigualdades não se podem explicar por completo baseando-se em diferentes oportunidades de desenvolvimento e em diferentes condições sociais. Todavia, todos os indivíduos, enquanto pessoas, já são participantes de um destino humano comum e este futuro comum serve de base a uma igualdade mais profunda, no meio das desigualdades que, apesar de tudo, existem entre os homens.¹⁵

A fim de prevenir conflitos e aliviar as ansiedades que assolaram o século XX, foi estabelecida a DUDH que serve como uma diretriz e estrutura fundamental para os indivíduos e as suas nações, fornecendo um novo padrão global para promover a fraternidade, salvaguardar os direitos humanos e garantir as liberdades básicas de cada indivíduo. Esta provisão internacional foi cuidadosamente elaborada para enfatizar o significado da unidade e os princípios essenciais da liberdade. Desde o início, a DUDH enfatiza explicitamente o conceito de fraternidade. Isso fica evidente no seu primeiro artigo, que estabelece a importância de os

¹⁴ Cf. Roberto Frega, «Reflexive cooperation between fraternity and social involvement», *Philosophy & Social Criticism* 45, nº 6 (2019):673-682, acessado a 17 de setembro de 2021, <https://doi.org/10.1177/0191453719842360>.

¹⁵Wolfgang Pannenberg, *El destino del hombre* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1981), 19.

indivíduos estarem ligados uns aos outros, independentemente de raça, cor, sexo, religião ou ideologia política.

1.4. *Amizade, política e fraternidade*

Amartya Sen refere cinco espécies de liberdade «vistas sob uma perspectiva “instrumental”. [...] Compreendem (1) *as liberdades políticas*, (2) *as disponibilidades económicas*, (3) *as oportunidades sociais*, (4) *as garantias da transparência* e (5) *a protecção da segurança*. Cada um destes diferentes direitos e oportunidades ajuda a promover a potencialidade genérica de uma pessoa. Podem também servir de complemento umas às outras. Uma política pública de reforço das potencialidades humanas e das liberdades concretas em geral pode aplicar-se graças à promoção daquelas diferentes mas inter-relacionadas liberdades instrumentais».¹⁶

A fraternidade não é concebida como o ponto final do progresso na política e na amizade, mas como um mecanismo de salvaguarda, ou seja, mais fraternidade pode ser mostrada para engrandecer e melhorar o potencial das pessoas para tomar conta de si mesmas e para persuadir o mundo para a amizade, temas centrais para o progresso.¹⁷

Um desenvolvimento com base na fraternidade exige a participação ativa dos indivíduos, tornando-os protagonistas do seu próprio progresso, contando com as suas inerentes capacidades humanas. A comunicação eficaz desempenha um papel vital na implementação de estratégias de desenvolvimento, servindo como um princípio orientador que ressalta a importância de abraçar as variações democráticas. Assim, é evidente que existe uma clara necessidade de iniciar um discurso sobre o político que supere a noção de fraternidade. Isso implica que se a política é elevada a um nível que transcende as dimensões primárias associadas a espaços específicos, como os limites de uma nação homogénea, os limites de uma família, os limites de uma tribo ou mesmo os limites de uma língua e pessoas, então a fraternidade pode ser considerada louvável e fundada sobre os princípios da amizade. Derrida, neste contexto, surge como uma figura influente enquanto dirige a atenção para a conceptualização da política, desprovida de qualquer forma de agregação ou ligação ao Estado e à família, e sem aderir a qualquer descendência pré-determinada.¹⁸

¹⁶ Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade* (Lisboa: Gradiva, 2003), 26.

¹⁷ Cf. Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*, 30-34.

¹⁸ Cf. Jacques Derrida, *The Politics of Friendship*, trad. George Collins (London: Verso, 1997), 123-130.

Desde logo somos apresentados às exigências de investigação de novas articulações que desvendem as manifestações filosóficas da amizade como demonstrações de fraternidade, no quadro das suas quase persistentes alusões ao âmbito familiar, pessoal e fraterno, e à incapacidade de se raciocinar a amizade para além do domínio da política.¹⁹

Simbolicamente, a antiga população grega também procurava unir-se, em reunião, com aqueles que reconheciam como os seus “irmãos”. Essa reunião acabou por desempenhar um papel na formação do conceito de amizade baseado em origens e semelhanças compartilhadas, onde a conformidade e a homogeneidade prevaleciam entre aqueles que compartilhavam um vínculo de nascimento comum na comunidade nativa.²⁰

Ao estabelecer uma ligação através de uma suposição subjacente, representada por uma característica hereditária, as implicações simbólicas de uma afirmação fictícia são negadas. Isso ocorre porque a maioria da retórica política visa construir um senso de familiaridade, invocando conceitos de linhagem, qualidades inerentes ou identidade nacional. Neste contexto, a fraternidade assume uma forma tangível, ao encarnar o que normalmente gera através de uma dedicação mutuamente reconhecida que exige um sentido espiritual de fraternidade.²¹

Assim, a transição para o interior da linhagem não traz nenhuma incerteza inerente. Diante disso, pode-se contemplar a busca de um quadro coerente centrado em conceitos de amizade, fraternidade e política, todos eles regidos por um profundo apreço por uma pátria ou uma figura materna. O reconhecimento de tal vínculo exige o estabelecimento de justiça e um reconhecimento legal da própria identidade.

2. Da fraternidade enquanto imperativo de sobrevivência

Num mundo marcado por desafios urgentes, a fraternidade é uma necessidade vital. Enfrentar a escassez de recursos, a destruição ambiental, a desigualdade, a pobreza e as pandemias requer um compromisso global com a solidariedade e a justiça. O cristianismo, com a sua ênfase na preservação da "Casa Comum" e no amor ao próximo, oferece orientações valiosas para esse imperativo de sobrevivência. A fraternidade não é apenas uma virtude moral,

¹⁹ Cf. Francisco Ortega, *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault* (Rio de Janeiro: Sinergia, 2009), 32-34.

²⁰ Cf. Derrida, *The Politics of Friendship*, 142.

²¹ Cf. Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*, trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva (São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2009), 47.

mas também um caminho prático para garantir um futuro sustentável e justo para toda a humanidade.

2.1. *Escassez de recursos e destruição ambiental*

Ao longo da história, o conceito de fraternidade foi reconhecido como um meio de avanço e um modo de sobrevivência. Enraizada na noção de que os indivíduos têm obrigações uns para com os outros, a fraternidade postula que maiores realizações podem ser obtidas através do esforço coletivo em direção a um objetivo comum. Notavelmente, os projetos centrados na assistência mútua servem como ilustrações primordiais da eficácia da fraternidade na resolução de desafios por meio da ação colaborativa, em vez de depender apenas da ajuda externa.²² Ao colaborar, os indivíduos podem reunir recursos, habilidades e conhecimento para superar desafios e garantir a continuidade da sua existência; além disso, a fraternidade promove a ação coletiva, a cooperação e a ajuda mútua, essenciais para enfrentar os desafios da sociedade. Quando os indivíduos reconhecem as suas responsabilidades uns para com os outros, tornam-se mais propensos a participar ativamente de iniciativas destinadas a melhorar as suas comunidades. A fraternidade encoraja as pessoas a olhar além dos seus próprios interesses e a considerar o bem-estar dos outros, leva à formação de laços fortes e ao desenvolvimento de um sistema de apoio.²³ Esta interligação cultiva a resiliência e permite que as comunidades resistam e se recuperem da adversidade.

Atualmente, a escassez de recursos e a destruição ambiental são duas questões interligadas que representam desafios significativos para o bem-estar do nosso planeta e comprometem a vida de cada ser humano. À medida que a população global continua a crescer e a procura por recursos naturais aumenta, os ecossistemas são incapazes de lidar com a extração excessiva de recursos, levando à perda de biodiversidade e à deterioração do mundo natural.²⁴ Por outro lado, a destruição ambiental, como a fragmentação e destruição de habitats, impacta diretamente na disponibilidade de recursos e contribui para a sua escassez.²⁵

Uma das principais causas da escassez de recursos é o uso insustentável dos recursos naturais. À medida que as economias procuram crescimento e desenvolvimento, o consumo de

²² Dean Spade, «Mutual Aid», acessado a 04 de janeiro de 2021, Mutual Aid | The Anarchist Library.

²³ Paul Spicker, «Fraternity and solidarity», acessado a 29 de dezembro de 2020, <https://doi.org/10.1332/policypress/9781861348418.003.0006>.

²⁴ Terrapass, «Overconsumption of Natural Resources the Problems We Face», acessado a 22 de março de 2021, Terrapass: Buy Carbon Offsets to Reduce Carbon Footprint.

²⁵ EW Chu e JR Karr, «Environmental Impact: Concept, Consequences, Measurement», acessado a 10 de fevereiro de 2021, <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809633-8.02380-3>.

recursos aumenta, no entanto, quando os recursos são consumidos a uma taxa mais rápida do que podem regenerar, ocorre o esgotamento dos recursos que podem ser renováveis ou não. Por exemplo, o desmatamento e a pesca excessiva são exemplos de práticas insustentáveis que esgotam os recursos renováveis, como florestas e estoques de peixes. Por outro lado, a extração de recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis, também contribui para a escassez, pois esses recursos são finitos e a sua extração leva ao seu eventual esgotamento. Além disso, a escassez de recursos também pode ser atribuída à competição por recursos limitados. Com o aumento da população global e a crescente procura por recursos, os conflitos sobre recursos escassos são mais prevalentes. À medida que os recursos se tornam mais escassos, comunidades e nações podem recorrer a medidas agressivas para garantir o acesso a esses recursos, levando a uma maior degradação ambiental e agitação social. Aqueles com mais poder e riqueza geralmente conseguem garantir o acesso a esses recursos, deixando comunidades marginalizadas e populações vulneráveis em desvantagem. Além disso, a escassez de recursos pode prejudicar o desenvolvimento e o crescimento econômico, pois as indústrias e os negócios lutam para atender às suas necessidades de recursos.

Diante dos dilemas contemporâneos, torna-se obrigatório encontrar soluções que vão além da mera condenação dos outros por meio da intimidação. Isto inclui abster-se de recorrer ao uso de armas nucleares, químicas ou biológicas, independentemente das complicadas regulamentações que as regem. Portanto, no contexto do cenário global diversificado e interligado de hoje, caracterizado por múltiplos centros de poder, torna-se necessário considerar as principais ameaças à paz e à segurança. Essas ameaças abrangem várias dimensões, como terrorismo, conflitos assimétricos, segurança cibernética, desafios ambientais e escassez de recursos. A importância dessas preocupações torna-se ainda mais elevada quando se tem em conta as desastrosas ramificações humanitárias e ambientais como cruciais para a nossa sobrevivência, consequências essas que surgem da exploração imprudente e não verificável de recursos limitados, levando a resultados devastadores que abrangem o tempo e o espaço (Cf. LS 24). Portanto, há que desafiar a noção de uma harmonia baseada no medo em relação à defesa, pois essa abordagem serve apenas para intensificar o medo e tensionar os laços de segurança entre as nações. A conquista da paz e estabilidade internacional não pode ser construída sobre uma falsa sensação de segurança, perpetuada pela ameaça de extermínio mútuo ou de um extermínio total.

Neste contexto, o propósito final é combater a escassez de recursos, reconhecendo a devastação ambiental como um desafio urgente que deve ser enfrentado no âmbito humanitário. A crescente interdependência e a globalização do nosso mundo indicam que,

quando confrontados com a ameaça iminente de recursos limitados, a abordagem deve ser de colaboração e estratégica, fundamentada na confiança mútua. Essa confiança só pode ser fomentada por um diálogo aberto e honesto centrado no bem-estar coletivo e não na salvaguarda de interesses pessoais ocultos.²⁶

O ser humano necessita compreender a importância de salvaguardar o meio ambiente e a natureza para a humanidade futura:

Custa-nos a reconhecer que o funcionamento dos ecossistemas naturais é exemplar: as plantas sintetizam substâncias nutritivas que alimentam os herbívoros; estes, por sua vez, alimentam os carnívoros que fornecem significativas quantidades de resíduos orgânicos, que dão origem a uma nova geração de vegetais. Ao contrário, o sistema industrial, no final do ciclo de produção e consumo, não desenvolveu a capacidade de absorver e reutilizar resíduos e escórias. Ainda não se conseguiu adoptar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que exija limitar, o mais possível, o uso dos recursos não-renováveis, moderando o seu consumo, maximizando a eficiência no seu aproveitamento, reutilizando e reciclando-os. A resolução desta questão seria uma maneira de contrastar a cultura do descarte que acaba por danificar o planeta inteiro, mas nota-se que os progressos neste sentido são ainda muito escassos. (LS 22)

Nem sempre é possível indemnizar o prejuízo causado ao meio ambiente no seu estado natural, sendo que a restituição ao *status quo* raramente acontece, sendo certo que, depois do acontecimento do dano, já ocorreram os prejuízos e, mesmo que se tente resolver, já não estamos perante o mesmo sistema.

2.2. *Desigualdade, pobreza e pandemias*

É importante rejeitar a noção de que diferenças de rendimento e posições de autoridade são justificadas, alegando que os privilégios desfrutados por alguns indivíduos compensam as desvantagens enfrentadas por outros em diferentes circunstâncias. Além disso, é fundamental reconhecer que a compensação por violações à liberdade não é uma solução válida. A encíclica *Fratelli Tutti* de Francisco faz aproximações subentendidas com:

- a) a teoria crítica;
- b) a teoria construtivista para exame das ligações internacionais.

²⁶ Cf. Papa Francisco, «Mensagem do Papa Francisco à conferência da ONU finalizada a negociar um instrumento juridicamente vinculante sobre a proibição das armas nucleares, e que leve à sua total eliminação.», 2017, acedido a 15 de setembro de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2017/documents/papa-francesco_20170323.

De forma ampla, as teorias críticas abrangem os princípios fundamentais que sustentam a ordem global, estabelecendo um quadro dialético e interligado. Esta estrutura reconhece que o mundo atual não é fixo ou imutável, mas sim o produto de um exame cuidadoso e metódico da história. Desigualdades e injustiças surgem como resultado de um processo social historicamente construído, que sofre uma persistente força transformadora rumo ao desenvolvimento de uma nova forma de multilateralismo.²⁷

Sugere-se assim um projeto de libertação cosmopolita. Isso implica a necessidade de expandir os limites éticos das comunidades políticas atuais por um quadro ético cosmopolita que desafie a legitimidade moral das fronteiras nacionais, particularmente as suas deficiências éticas. Dessa forma, as metodologias críticas auxiliam na alteração transformadora e progressiva do mundo, promovendo a libertação e a inclusão.

Em contraste, a teoria construtivista afirma que o conhecimento e a verdade são perpetuamente moldados por meio do entendimento compartilhado e da construção social. As principais áreas de pesquisa relativas à desigualdade, miséria e doenças generalizadas elucidam a influência das normas políticas e sociais, o igualitarismo e os regulamentos que regem as ações dos atores dentro desse reino. Além disso, destaca os desafios e prioridades inerentes ao domínio da política internacional.²⁸

O conceito de construtivismo oferece uma vantagem distinta em como os direitos humanos influenciam o estabelecimento de regulamentações internacionais sobre pobreza, desigualdade e pandemia. Além disso, destaca a importância da cultura, igualdade, regras e práticas na formação da dinâmica social e interações na comunidade internacional.²⁹

Na encíclica *Fratelli Tutti*, do capítulo terceiro ao oitavo, Francisco apresenta seis recomendações para a aplicação do "modelo samaritano" de fraternidade inclusiva em situações como a que considerámos. Estas recomendações visam fomentar o diálogo e estabelecer uma comunidade global que defenda os princípios delineados na doutrina social da Igreja, nomeadamente, a importância da fraternidade e a responsabilidade social da propriedade. «O direito à propriedade privada só pode ser considerado como um direito natural secundário e derivado do princípio do destino universal dos bens criados, e isto tem consequências muito concretas que se devem refletir no funcionamento da sociedade.» (FT 120). Por exemplo,

²⁷ Cf. Andre Linklater, *International Relations: critical concepts in political science* (London: Routledge, 2000), 63-65.

²⁸ Cf. Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics* (Cambridge: University Press, 1999), 1-4.

²⁹ Cf. Emanuel Mendes, «As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina», *Relações Internacionais*, n.º 61 (2019): 99-103, acessado a 23 de agosto de 2021, <http://dx.doi.org/10.23906/ri2019.61a08>.

apoiar a noção de igualdade de oportunidades para todas as pessoas, valorizando uma sociedade de companheirismo, garantindo assim que a tríade de valores do modernismo, ou seja, liberdade, igualdade e fraternidade, transcenda a mera retórica e se torne um pilar fundamental do sistema de livre mercado: «O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar “os direitos humanos, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos”» (FT 122).

Neste sentido, proteger os direitos dos povos é apresentado como: «O direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres; nem acima do respeito pelo ambiente, pois “quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos”» (FT 122).

Desta forma, trata-se de fabricar «uma nova rede nas relações internacionais» (FT 126) que avalize direitos sem fronteiras:

ninguém pode ser excluído; não importa onde tenha nascido, e menos ainda contam os privilégios que outros possam ter porque nasceram em lugares com maiores possibilidades. Os confins e as fronteiras dos Estados não podem impedir que isto se cumpra. Assim, como é inaceitável que uma pessoa tenha menos direitos pelo simples facto de ser mulher, de igual modo é inaceitável que o local de nascimento ou de residência determine, de por si, menores oportunidades de vida digna e de desenvolvimento. (FT 121)

Na sua discussão, Francisco aborda as questões de desigualdade e pobreza em várias regiões. No entanto, enfatiza especificamente a interligação entre disparidade e desperdício. Francisco argumenta que esta interligação leva a uma mudança na perceção do indivíduo, que não é mais considerado apenas como um fim em si mesmo, como propõem os princípios morais da filosofia kantiana,³⁰ sendo este um facto que golpeia os direitos humanos, que se apresentam como não satisfatoriamente universais, e que fornecem um panorama onde: «Persistem hoje no mundo inúmeras formas de injustiça, alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo económico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem.» (FT 22).

O epicentro surge como a própria conceptualização de dignidade humana, o princípio expressamente deformado num enquadramento que demonstra «“uma cultura dos muros, de erguer os muros, muros no coração, muros na terra, para impedir este encontro com outras culturas, outras pessoas.”» (FT 27).

³⁰ Cf. Immanuel Kant, *Metafísica dos Costumes: princípios metafísicos da Doutrina do Direito* (Lisboa: Edições 70, 2004), 142-150.

2.3. *Cristianismo, e preservação da “Casa Comum”*

A generalidade dos seres que coabitam o planeta Terra, denominado como a nossa casa comum (LS 1), pertencem a uma única espécie, o *Homo sapiens*. Neste sentido, os estudos da biologia são demonstrativos que os cromossomas são iguais em todos os países, autonomamente da raça e dos atributos particulares de cada povo. Os direitos humanos baseiam-se na dignidade reconhecida de todos os seres humanos, na sua igualdade e fraternidade, e o dever de respeitar estes direitos tem um carácter universal. A promoção desses direitos é um fator de paz; a sua violação é a causa de tensões e até mesmo distúrbios a nível internacional.³¹

Toda a vida se origina de Deus, e é Nele que está enraizada a própria essência da existência, e, assim, somos efetivamente todos irmãos, pois Deus é o Pai supremo de todos, sem exceções. Os seres humanos não são meras estatísticas ou membros de um determinado grupo; cada indivíduo é único, sagrado e possui um valor inerente que não pode ser transferido. Portanto, todo indivíduo é um fim em si mesmo, não apenas um produto da progressão da espécie ou da preservação dessa mesma espécie. Segundo o cristianismo, cada ser humano, na sua pequenez, é criação de Deus (Cf. LS 69), que o chama individualmente pelo seu próprio nome e os trata como filhos. Assim, fraternidade, no sentido cristão, vai para além da biologia e do sangue, «cada criatura é objeto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo.» (LS 77). Por isso, o ser humano tem o dever de cuidar da Criação mas também e «“sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo”» (LS 79).

O diálogo fecundo entre fé e razão não pode deixar de tornar mais eficaz a ação da caridade na sociedade, e constitui o quadro mais apropriado para incentivar a colaboração fraterna entre crentes e não-crentes na perspetiva comum de trabalhar pela justiça e a paz da humanidade. [...] Segundo os crentes, o mundo não é fruto do acaso nem da necessidade, mas de um projeto de Deus. Daqui nasce o dever que os crentes têm de unir os seus esforços com todos os homens e mulheres de boa vontade de outras religiões ou não-crentes, para que este nosso mundo corresponda efetivamente ao projeto divino: viver como uma família, sob o olhar do seu Criador. (CV 57)

A fraternidade cristã faz do ser humano o principal responsável pela casa comum, responsável pelo seu semelhante, porque a construção de um modelo de felicidade ecuménica é da responsabilidade geral. Desta forma, a fraternidade proposta na DUDH, recupera, no cristianismo, um significado mais penetrante e tentador, criando a capacidade de cada ser

³¹ Papa Pablo VI, «Mensaje de su Santidad Pablo VI en el XXV Aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos», 1973, acedido a 09 de julho de 2021, https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19731210_diritti-uomo.html.

humano ser corresponsável pelo seu idêntico.

A antropologia cristã deixou um traço profundo na visão do ser humano ocidental em muitas áreas do conhecimento, sobretudo na antropologia atual. O cristianismo obriga a uma nova representação de Deus e do ser humano, que se assume como uma figura aberta ao outro, seu idêntico e transcendental, formado à imagem e semelhança de Deus (Cf. Gn 1, 26), que é particular e expõe o ser humano com um Tu, com uma denominação e uma face, uma figura capaz de transmitir conhecimento com os homens numa ligação de amor.³²

Para aqueles que só de fora o conhecem, o cristianismo parece desesperadamente complicado. Na realidade, considerado nas suas linhas mestras, ele contém uma solução do mundo extremamente simples e espantosamente ousada. No centro, e de tal modo aparente que nos desconcerta, a afirmação intransigente de um Deus pessoal: Deus-Providência, que conduz o universo com solícitude, e Deus-Revelador, que se comunica ao homem no plano e pelas vias da inteligência. Ser-me-á fácil, após tudo o que tenho dito, fazer sentir daqui a pouco o valor e a atualidade deste personalismo tenaz, não há muito ainda olhado como obsoleto e condenado. O que importa fazer notar neste momento é como, no coração dos fiéis, tal atitude dá lugar e se alia sem esforço a tudo o que há de grande e de são no universal.³³

Mesmo nas discussões mais laicizadas e no campo da antropologia moderna, prevalece a crença da tradição cristã de invocar os direitos humanos, particularmente em relação aos conceitos de liberdade, identidade e promoção da fraternidade. O personalismo cristão engloba uma coleção de ideias que ressurgiram na era moderna, entrelaçando-se com o objetivo mais amplo do pensamento ocidental. Ao fazê-lo, enfatiza o significado do indivíduo e o considera o ponto de partida fundamental para compreender a verdade que envolve a sua existência. O objetivo central da filosofia personalista parte da compreensão cristã do indivíduo, reconhecendo o profundo valor que o cristianismo atribui à pessoa humana. Perante a tal necessidade de assegurar a casa comum, esta visão de fraternidade estreada em Jesus Cristo expõe-se em três graus distintos: na pequena coletividade, no combinado das sociedades cristãs e, por fim, na humanidade.³⁴ Em Jesus Cristo, a noção da casa comum assume-se como realidade na particularidade de que todos os que O aceitam transformam-se em filhos de Deus, perante a mesma habitação e irmandade (Cf. Jo 1,9) através da fé em Cristo. Os seres humanos tornam-se, doravante, irmãos na casa de Cristo por um novo princípio. A humanidade, nata de

³² Cf. Juan Manuel Navarro Cordón e Tomás Calvo Martínez, *História da Filosofia dos Pré-Socráticos à Filosofia Contemporânea* (Lisboa: Edições 70, 2016), 612-619.

³³ Pierre Teilhard de Chardin, *O Fenómeno Humano* (Porto: Livraria Tavares Martins, 1970), 324.

³⁴ Cf. Luis González-Carvajal Santabarbara, *El Padrenuestro explidate com sencillez* (Santander: Sal Terrae, 2009), 121-123.

Deus, apresenta-se com a mesma origem que Cristo que «não se envergonha de lhes chamar irmãos» (Hb 2,11) verificando-se, portanto, uma humanidade de descendentes de Deus, a quem se invoca a denominação de “Abba” (Cf. Rm 8,14-17).

Com Jesus Cristo, ficam delimitados os alicerces da comunidade fraterna, tendo Ele aprimorado os mandatos testamentários respeitantes à correspondência entre irmãos (Cf. Mt 5,21-26) e à correção fraterna (Cf. Mt 18,15) da casa comum.

A Revolução Francesa de 1789 apresentou um exemplo histórico significativo de como a fraternidade foi conceituada. Nesse período, a fraternidade estava intimamente associada à ideia de uma pátria compartilhada e era vista como o alicerce para promover ligações entre os indivíduos. Esta referência histórica permanece altamente relevante para compreender a importância e as implicações da fraternidade.

O conceito desse valor profundamente cristão afirma foi integrado à cultura ocidental desde o início do cristianismo. Como resultado, assume uma posição de igual significado religioso e ético, que se tem traduzido num papel de destaque nas práticas teóricas e políticas. A noção de fraternidade comunitária serve de base à cidadania, unindo a população em geral e permitindo-lhes estabelecer ligações horizontais, transcendendo assim os sentimentos de dependência e fomentando o sentimento de fraternidade entre os diversos indivíduos.

Síntese

A conceptualização da fraternidade gira em torno da ideia de fomentar um sentido mais amplo de solidariedade social. Funciona como uma série de camadas interligadas, estendendo-se até às noções de compaixão e amizade que possuem uma inclinação universal. A fraternidade é percebida como um vínculo formado por relações de sangue, laços de parentesco, proximidade geográfica ou uma combinação dos três. Abrange ligações com famílias, clãs, bairros ou qualquer outro grupo dentro de um bairro. No contexto do cristianismo, a fraternidade enfatiza a responsabilidade inerente do indivíduo para com o lar coletivo. Ressalta a importância do reconhecimento dessa responsabilidade, pois a construção de um modelo de felicidade cristã torna-se uma obrigação coletiva. É neste contexto que no capítulo seguinte percorreremos a encíclica *Fratelli Tutti* como modelo de educação para a fraternidade.

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PARA A FRATERNIDADE NA CARTA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI*³⁵

A encíclica *Fratelli Tutti* emerge num contexto global marcado por divisões, desigualdades e conflitos. No texto, o Papa Francisco destaca a necessidade de repensar a economia, a moral e as relações humanas. Aborda a relação entre fraternidade e economia, ao questionar modelos económicos que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar humano. Propõe assim uma mudança de visão e enfatiza que a fraternidade vai além das fronteiras geográficas, religiosas e culturais, chamando-nos a reconhecer a humanidade comum que compartilhamos e a solidariedade como alicerce para as relações globais, superando o egoísmo e o isolamento. Desafia a cultura do descarte e do individualismo, promovendo um novo paradigma moral baseado na responsabilidade mútua e no cuidado pelo próximo, convidando-nos assim a agir com empatia, justiça e amor, reconhecendo que somos todos irmãos e irmãs na grande família humana. Será esta a linha de pensamento da primeira parte deste capítulo (A encíclica *Fratelli Tutti* – do contexto no tempo, ao contexto no texto).

A segunda parte do capítulo (A encíclica *Fratelli Tutti* – da urgência da fraternidade) mostra como a encíclica destaca a urgência de cultivar a fraternidade como resposta aos desafios do mundo atual. Trata da liberdade, da igualdade e da dignidade, como tendo sentido tendo por base a fraternidade, opondo-se ao egoísmo e à indiferença.

Na última parte (A encíclica *Fratelli Tutti* – da educação para a fraternidade) destaca-se o pensamento da encíclica no direito universal à educação de qualidade, que deve ser acessível a todos, independentemente da sua origem ou condição, deve ensinar a cooperação, o diálogo e o respeito mútuo. Deve igualmente promover a consciência social e a responsabilidade em relação ao próximo e ao mundo. Finalmente, destaca-se a importância de educar para os valores que sustentam a fraternidade, como a justiça, a solidariedade e o amor ao próximo; enfatiza-se a formação de cidadãos comprometidos com a construção de sociedades mais justas e inclusivas, preservando, em simultâneo, a identidade cultural e religiosa de cada um.

³⁵ Todo o Capítulo II resulta da leitura da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Santo Padre Francisco sobre a Fraternidade e a Amizade social, dado a 3 de outubro de 2020, junto ao túmulo de São Francisco, na véspera da Memória litúrgica do referido santo.

1. A encíclica *Fratelli Tutti* – do contexto no tempo, ao contexto no texto

Tendo em conta o contexto histórico, bem como o conteúdo do texto, Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco publicada a 3 de outubro de 2020 pode ser vista como um documento significativo que aborda vários aspetos da fraternidade humana e da solidariedade social. Ao mergulhar nas complexidades da nossa experiência humana compartilhada, fornece uma análise abrangente dos desafios que enfrentamos no mundo de hoje. Além disso, oferece uma visão para uma sociedade mais inclusiva e igualitária, enfatizando a importância do diálogo, da cooperação e da promoção do bem comum. Ao longo da encíclica, o Papa Francisco explora a interligação de várias questões sociais, como pobreza, migração e degradação ambiental, e pede um compromisso renovado com a justiça, a compaixão e a solidariedade. Ao fazer isso, desafia indivíduos e comunidades a refletir sobre as suas responsabilidades uns para com os outros e a trabalhar ativamente para um mundo mais justo e compassivo.

1.1. *A fraternidade e a economia*

A economia e a fraternidade aparentam ser dois conceitos que estão longe de estar relacionados, mas cedo neste capítulo descobriremos como ambos não podiam estar mais correlacionados.

A própria palavra de Francisco de Assis é instrumentalizada como mecanismo de abordagem dos seus irmãos, na generalidade, para lhes propor um formato de vida com «sabor a Evangelho» (FT 1). Com a construção destes conselhos, o Papa Francisco insiste no destaque para o convite daquilo que entende como um amor de tal forma sublime que consiga ultrapassar os limites instaurados pelo campo geográfico e espacial, existindo, desta forma, uma declaração feliz daquele que exerce essa prática do carinho e do amor sobre o outro, mais especificamente «“o seu irmão, tanto quando está longe, como quando está junto de si”» (FT 1). Através do recurso a simples expressões, demonstra-nos aquilo que é o fundamental na área da fraternidade e na sua materialização, o que possibilita ser facilmente reconhecido e valorizado, através da generalidade dos indivíduos, independentemente do campo inerente ao distanciamento físico, ou do ponto terrestre em que cada humano existe enquanto ser orgânico.

São Francisco de Assis, glorificado por João Paulo II em 1979, enquanto defensor daquele que pretendia salvaguardar o meio ambiente,³⁶ marcou, de forma profunda, a compreensão da

³⁶ Cf. Joseph Ratzinger, *El resplandor de Dios en nuestro tiempo* (Barcelona: Herder Editorial, 2008), 278- 280.

fraternidade e da economia, enquanto campo para a preservação ecológica, que «recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços» (LS 1).

Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. (LS 11)

A confirmação está no estabelecimento de uma base no indivíduo, reconhecendo a sua capacidade de promover ligações e procurar outras pessoas na busca da unidade, felicidade e vida em comunidade. Esta base estende-se além do campo físico e mergulha no espiritual, revelando a transcendência inerente a cada pessoa, tornando-a distinta e insubstituível.³⁷ Ao considerar a relação entre fraternidade e economia, torna-se necessário reconhecer e valorizar os vários elementos que constituem o ser humano. Esses elementos devem ser reconhecidos como componentes dinâmicos da identidade pessoal.³⁸

Quando o fenómeno religioso é examinado isoladamente num contexto mais amplo e universal, para além do âmbito da conclusão lógica, torna-se evidente que existe uma falta de compreensão e conhecimento sobre a religião. Essa falta de conhecimento dá origem à intolerância. A questão do analfabetismo religioso, portanto, torna-se um desafio significativo para a civilização, principalmente porque é por meio dessa compreensão que a nossa percepção do mundo é moldada.³⁹

Para Francisco de Assis, o amor fraterno, tema que sempre lhe foi muito caro, obriga igualmente a uma simplicidade e alegria, que serviu para o próprio Papa Francisco obter inspiração para a temática da fraternidade, que é visível desde logo pela escolha do nome do vigário de Cristo: a influência de Francisco de Assis sente-se como irmão emanado a todas as facetas da natureza e com uma ligação umbilical aos seres humanos a partir da sua própria carne, semeando uma doutrina de paz pelo mundo, nomeadamente junto das franjas sociais mais pobres, abandonadas, doentes e diligentes.

Assim, salienta-se uma tríade na semântica da encíclica que vale a pena mencionar:

- a ponderação enquanto procedimento;
- o viés social;
- a proteção de uma nova ficção que concerne à prática.

³⁷Cf. Policarpo, «A Educação Moral e Religiosa Católica, ao serviço da construção da pessoa», 57-60.

³⁸ Cf. João Duque, «Sobre a educação integral do ser humano», *Pastoral Catequética* 26 (2013): 11-18.

³⁹ Cf. Alfredo Teixeira, «A cultura religiosa na escola», *Pastoral Catequética* 5 (2006): 53-55.

Os verbos "protestar" e "resistir" são relevantes no contexto atual, pois incorporam o espírito de procurar soluções alternativas na desordem mundial existente, caracterizada por uma crise universal que impacta as diversas manifestações da vida. Ao examinar esta encíclica, particularmente os seus aspetos sociais e políticos, pode-se discernir os elementos inerentes às relações multinacionais delineadas na carta. O documento enfatiza a importância da Santa Sé em contribuir para a consciência global contemporânea.⁴⁰

Interpreta-se, portanto, a possibilidade do vislumbrar da tríade de graus, em que deve comparecer uma teoria analítica, no que respeita à conduta humana:

- o normativo;
- o da reedificação sociológica;
- a que alvitra uma praxeologia rejuvenescida.⁴¹

A encíclica *Fratelli Tutti* possibilita-nos aqui um campo de ação, dado que a análise e a explicação proposta por Francisco apresentam diretrizes normativas, ainda que apresente também uma orientação regulamentar da coletividade comunitária inerente ao plano multinacional, e, com o ato de reação, apresenta alguns atos globais que ultrapassam as contradições do tempo presente.

Compreende-se a atitude vanguardista do Papa Francisco no seu ativismo, sobretudo no campo da fraternidade e economia, mas igualmente naquilo relativo a temáticas como a questão social, com destaque para o tema dos direitos humanos. Se em papados contemporâneos, como é o caso do de João Paulo II, a ligação mais central se concentrou entre a comunidade e a Igreja, Francisco aumenta os sustentáculos desta ligação e trata de temáticas que permanecem de certa maneira tabu na mundividência cristã, com particular incidência nas questões inerentes à homossexualidade.⁴²

Francisco introduziu outra mudança notável ao estabelecer relações mais estreitas com Estados que antes não faziam parte da lista oficial da Santa Sé. Essa mudança marca um afastamento do foco anterior do Vaticano nas nações ocidentais em direção a uma abordagem mais inclusiva e universal.⁴³

⁴⁰Cf. Agemir Bavaresco e João H. S. Jung, «A encíclica *Fratelli Tutti* e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas», (2020):4-8, acessado a 18 de maio de 2021, DOI:10.36592/9786587424439-3.

⁴¹Cf. Bavaresco e Jung, «A encíclica *Fratelli Tutti* e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas», 2.

⁴²Cf. Bavaresco e Jung, «A encíclica *Fratelli Tutti* e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas», 6-7.

⁴³Cf. Manguiera, «O olhar do Papa Francisco para o Sul Global», 7-14.

Segundo a encíclica *Fratelli Tutti*, o mundo é visto como estando a caminho de uma integração, após alturas de desencontros, desavenças, lutas e guerras. «Durante décadas, pareceu que o mundo tinha aprendido com tantas guerras e fracassos e, lentamente, ia caminhando para variadas formas de integração.» (FT 10). Convém recordar «a firme convicção dos Pais fundadores da União Europeia, que desejavam um futuro assente na capacidade de trabalhar juntos para superar as divisões e promover a paz e a comunhão entre todos os povos do continente» (FT 10). Neste contexto, a carta insiste sobre a ideia da fraternidade, no sentido em que somos todos irmãos e unidos, pelo que devemos ter o objetivo comum na harmonia mundial, na integração de todos os seres num só caminho de paz.

Francisco principia a sua carta com uma observação da realidade mundial e compreende que se encontra sob domínio das “sombras de um mundo fechado”, como denominado no próprio título do primeiro capítulo. A igualdade e a fraternidade foram quase esquecidas ou rejeitadas do ideário das agendas globais. Francisco, com esta encíclica, recomenda a reaquisição da ideia de fraternidade como decisiva na dinâmica de uma renovada organização internacional:

A fraternidade não é resultado apenas de situações onde se respeitam as liberdades individuais, nem mesmo da prática duma certa equidade. Embora sejam condições que a tornam possível, não bastam para que surja como resultado necessário a fraternidade. Esta tem algo de positivo a oferecer à liberdade e à igualdade. (FT 103)

O desígnio da carta é recomendar, perante o surgimento dos nacionalismos ascendentes e encerramentos territoriais, um paradigma que transponha as trincheiras geográficas e espaciais, isto é, ultrapassar o plano nacionalista contemporâneo que emana a partir do território cerrado, em direção a um protótipo de “fraternidade e amizade social”. Expressa-se, assim, um destaque provocativo para as ligações globais e multinacionais: “Sem fronteiras” para fabricar a “fraternidade e a amizade social”. Todavia, com o surgimento da COVID-19, nunca se vira um mundo tão desconectado.

Mas a história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrónicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais. (FT 11)

A este nível, há que lembrar a corrida às vacinas da COVID-19, as quais cada nação pretende adquirir para si e para os seus cidadãos, esquecendo que muitos outros cidadãos de

outras nações não terão igual oportunidade. A ideia de “Abrir-se ao mundo” é mencionada por Francisco como uma forma das economias nacionais se transformarem em economias mundiais e tentarem impor a sua visão ou a sua verdade.

“Abrir-se ao mundo” é uma expressão de que, hoje, se apropriaram a economia e as finanças. Refere-se exclusivamente à abertura aos interesses estrangeiros ou à liberdade dos poderes económicos para investir sem entraves nem complicações em todos os países. Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único. (FT 12).

Tal imposição torna todos mais próximos, mas, em simultâneo, mais afastados uns dos outros, pois Francisco entende que a globalização permitiu aumentar os mercados, os consumidores e os espetadores, isto é, a riqueza dos mais poderosos, ao passo que os mais pobres e vulneráveis, se tornam cada vez mais dependentes destes “poderosos”, seja porque necessitam de uma vacina, porque têm fome ou, porque o Estado os tira o pouco que têm. Neste sentido, as disparidades entre as classes sociais tornam-se cada vez mais distintas, neste mundo globalizado.

Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espetadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes económicos transnacionais que aplicam o lema “divide e reinarás”. (FT 12)

Francisco alerta ainda para o facto de já não sabermos quem somos visto que esquecemos a nossa história e seguimos a vertente do consumismo, ao procurar a riqueza financeira em vez da tão necessária riqueza espiritual.

Pelo mesmo motivo, favorece também uma perda do sentido da história que desagrega ainda mais. Nota-se a penetração cultural duma espécie de “desconstrucionismo”, em que a liberdade humana pretende construir tudo a partir do zero. De pé, deixa apenas a necessidade de consumir sem limites e a acentuação de muitas formas de individualismo sem conteúdo. (FT 13)

Além disso, sinaliza também para o perigo de um mundo meramente preocupado com interesses económicos, questionando como pode o ser humano estar ao lado dos restantes homens, ou como pode apoiar os mais frágeis, quando domina uma cultura imposta, que mais não é do que a propagação da violência, negligência, a lei do mais forte, sendo que «a melhor

maneira de dominar e avançar sem entraves é semear o desânimo e despertar uma desconfiança constante, mesmo disfarçada por detrás da defesa de alguns valores.» (FT 15).

Quando a cultura predominante é aquela que prospera em menosprezar, negar ou lançar dúvidas sobre os outros, como pode uma pessoa realmente confiar na outra? A razão para isto é simples: tudo se resume ao poder.

Usa-se hoje, em muitos países, o mecanismo político de exasperar, exacerbar e polarizar. Com várias modalidades, nega-se a outros o direito de existir e pensar e, para isso, recorre-se à estratégia de ridicularizá-los, insinuar suspeitas sobre eles e reprimi-los. Não se acolhe a sua parte da verdade, os seus valores, e assim a sociedade empobrece-se e acaba reduzida à prepotência do mais forte. Desta forma, a política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efêmeras de *marketing* cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro. Neste mesquinho jogo de desqualificações, o debate é manipulado para o manter no estado de controvérsia e contraposição. (FT 15)

Isto significa que o ser humano esqueceu os valores, quem é e, sobretudo, esqueceu o bem comum. Esta perda de valores e de espiritualidade e o foco crescente nos aspetos económicos levaram a que o importante seja vencer, sem olhar a custos. Tudo é válido, inclusive destruir o outro. O importante é ganhar, é a riqueza e é o poder. Francisco escreve:

Nesta luta de interesses que nos coloca a todos contra todos, onde vencer se torna sinónimo de destruir, como se pode levantar a cabeça para reconhecer o vizinho ou ficar ao lado de quem está caído na estrada? Hoje, um projeto com grandes objetivos para o desenvolvimento de toda a humanidade soa como um delírio. Aumentam as distâncias entre nós, e a dura e lenta marcha rumo a um mundo unido e mais justo sofre um novo e drástico revés. (FT 16).

Deste modo podemos afirmar que o desenvolvimento da economia levou a uma crise humana. Isto aconteceu essencialmente porque o desenvolvimento moral humano não acompanhou o desenvolvimento económico. Se anteriormente dominava a noção de uma maior necessidade de união e justiça, assiste-se atualmente, a uma mudança de atitude. O mundo aparenta andar no sentido de uma maior injustiça e desunião, onde o importante é provar quem é o mais forte aqui e agora. Francisco refere mesmo que «Nesta cultura que estamos a desenvolver, vazia, fixada no imediato e sem um projeto comum, é previsível que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações.» (FT 17). O mesmo será dizer que serão criadas as condições para a perpetuação da procura de poder, riqueza e egoísmo, em vez de se procurar o crescimento espiritual e o desenvolvimento de valores e atitudes assentes numa lógica de fraternidade.

Devido à necessidade de conquistar mais recursos, adquirir mais poder ou obter mais riqueza, existe a tendência a esquecer-se do outro. E que significa isto? Significa que se pode sacrificar qualquer coisa, sendo que aqui se inclui vidas humanas. Será fácil compreender que os mais vulneráveis ou pouco aptos (e.g., idosos, pessoas com deficiência) serão os primeiros a ser descartados.

Partes da humanidade parecem sacrificáveis em benefício duma seleção que favorece a um setor humano digno de viver sem limites. No fundo, “as pessoas já não são vistas como um valor primário a respeitar e tutelar, especialmente se são pobres ou deficientes, se ‘ainda não servem’ (como os nascituros) ou ‘já não servem’ (como os idosos). Tornamo-nos insensíveis a qualquer forma de desperdício, a começar pelo alimentar, que aparece entre os mais deploráveis”. (FT 18)

À luz dos acontecimentos recentes, é evidente que o valor atribuído à vida está a morrer. O Papa chama a atenção para a infeliz realidade dos idosos que perderam a vida durante o surto da COVID-19. Tragicamente, esses indivíduos morreram em condições de isolamento, privados da oportunidade de estar com os seus entes queridos. Podemos inclusive citar outras situações de descarte que levam igualmente à diminuição da fraternidade, como os cortes com custos laborais, que levam muitas vezes a despedimentos. O mesmo com o racismo, escravatura, discriminação, desigualdade de oportunidade entre homens e mulheres, violência, exclusão das comunidades migrantes, entre outros (estes mesmos aspetos são encontrados ao longo da encíclica *Fratelli Tutti*). Tudo isto são formas de a economia desprezar a fraternidade.

Assim, evidencia-se que os aspetos considerados conquistados pela sociedade humana, não estão afinal garantidos, sendo necessário continuar pela sua luta (pela igualdade, pela equidade, pela não discriminação, etc.), de forma a garantir a dignidade humana, independentemente de raças, classe social, idade, orientação sexual, ou qualquer outra característica inerente à população. Todos merecemos os mesmos direitos e o mesmo tratamento, especialmente considerando a sociedade globalizada, onde a informação está cada vez mais disponível e onde estamos cada vez mais em contacto com o outro, «De novo nos envergonham as expressões de racismo, demonstrando assim que os supostos avanços da sociedade não são assim tão reais nem estão garantidos duma vez por todas.» (FT 20).

Desta forma, Francisco concluiu ainda que, infelizmente, os direitos humanos não são reconhecidos para todos, sendo apenas dignos de alguns. Como tal, alimentam-se as situações de injustiça, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A economia mundial e a sede de poder destruíram a fraternidade, a ideia de povos unidos em harmonia e da conquista de um bem comum entre todos e para todos. Será esta recuperável?

1.2. *Uma mudança de visão*

Enquanto o mundo se desenvolvia economicamente através do progresso tecnológico e da redução dos custos humanos, surge uma pandemia mundial, que obrigou a parar e a olhar para todos os seres humanos. Neste sentido, Francisco afirma que «A tribulação, a incerteza, o medo e a consciência dos próprios limites, que a pandemia despertou, fazem ressoar o apelo a repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e sobretudo o sentido da nossa existência.» (FT 33). Ou seja «[...] a pandemia da COVID-19 despertou, por algum tempo, a consciência de sermos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, onde o mal de um prejudica a todos. Recordamo-nos de que ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos.» (FT 32).

A encíclica *Fratelli Tutti* diz que as relações entre as nações são influenciadas principalmente pela teoria realista e os seus vários ramos sobre ligações transnacionais. Como resultado, chega-se ao entendimento de que, na ausência de um órgão regulador internacional, os países se aliciam persistentemente na luta pelo poder a fim de garantir a sua própria sobrevivência e manter a integridade territorial. É importante reconhecer que a ocorrência de guerras e incursões militares é sempre uma possibilidade. Francisco argumenta, portanto, sobre uma disputa de benefícios de todos contra todos; «o princípio “salve-se quem puder” traduzir-se-á rapidamente no lema “todos contra todos”, e isso será pior que uma pandemia» (FT 36). A luta de todos contra todos toma assim uma nova figuração nas plataformas digitais: «Entretanto os movimentos digitais de ódio e destruição não constituem – como alguns pretendem fazer crer – uma ótima forma de mútua ajuda, mas meras associações contra um inimigo.» (FT 43).

Vale ainda a pena destacar que Francisco menciona o interlocutor do mundo oriental um quinteto de vezes, no seu diagnóstico partilhado sobre os acontecimentos internacionais, ao identificar os avanços, por um lado: «O Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb e eu não ignoramos os avanços positivos que se verificaram na ciência, na tecnologia, na medicina, na indústria e no bem-estar, sobretudo nos países desenvolvidos.» (FT 29). Por outro lado, as contradições, tais como a liberdade do mercado, não garantem tudo (Cf. FT 168); os «regimes políticos populistas» (FT 37), aqueles que com as suas estratégias escapam à respeitabilidade humana nas fronteiras e desconsideram que «“as migrações constituirão uma pedra angular do futuro do mundo”».» (FT 40); a «perda progressiva de contacto com a realidade concreta» (FT 43), isto é, «a conexão digital não basta para lançar pontes, não é capaz de unir a humanidade.» (FT 43); interroga-se a identidade nacional, a cultura, a independência e emancipação dos povos, «caindo num desprezo da própria identidade cultural como se fosse a causa de todos os seus

males.» (FT 51). O diagnóstico de um realismo sombrio, cerrado nas suas limitações “sem dignidade”, é narrado numa quaternária de graus:

a) histórico, com o “fim da consciência histórica”; b) dos “direitos humanos que não são suficientemente universais”; c) da globalização que não tem um projeto comum e não é capaz de enfrentar “as pandemias e os flagelos da história”; d) e da comunicação, que identifica a ilusão das plataformas digitais, a “agressividade despidorada” e a “informação sem sabedoria”.⁴⁴

O intuito principal da encíclica *Fratelli Tutti* percorre com realismo os acontecimentos de obediência e menosprezo daquilo que, em relação ao ser humano, conseguiria fundamentar «todo o tipo de determinismo ou fatalismo» (FT 57). Contudo, Francisco termina o capítulo com a certeza do construtivismo do alento: «Apesar destas sombras densas que não se devem ignorar, nas próximas páginas desejo dar voz a tantos percursos de esperança.» (FT 54).

O surgimento de uma pandemia é um evento que, por si só, consegue certamente promover mudanças. Neste sentido, podemos ler «Se tudo está interligado, é difícil pensar que este desastre mundial não tenha a ver com a nossa maneira de encarar a realidade» (FT 34). Francisco alerta para que os seres humanos se recordem das lições que a história os tentou ensinar, esperando que esta não sirva para acentuar, ainda mais, as desigualdades, a pobreza, a falta de valores, etc., mas, antes, que ajude a construir o “nós” que o mundo tanto precisa. «Passada a crise sanitária, a pior reação seria cair ainda mais num consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta. No fim, oxalá já não existam “os outros”, mas apenas um “nós”. Oxalá não seja mais um grave episódio da história, cuja lição não fomos capazes de aprender.» (FT 35).

E como poderia a humanidade construir esse nós? É ao longo da encíclica que o Santo Padre nos deixa pistas para conquistar a tão desejada união, nomeadamente mencionando a escuta do outro, para que o ser humano alimente a comunicação e conseqüentemente o sentimento de união:

Sentar-se a escutar o outro, característico dum encontro humano, é um paradigma de atitude recetiva, de quem supera o narcisismo e acolhe o outro, presta-lhe atenção, dá-lhe lugar no próprio círculo. [...] E transformou tudo isso num estilo de vida. Desejo que a semente de São Francisco cresça em tantos corações. (FT 48).

Podemos buscar juntos a verdade no diálogo, na conversa tranquila ou na discussão apaixonada. É um caminho perseverante, feito também de silêncios e sofrimentos, capaz de recolher pacientemente

⁴⁴ Bavaresco e Jung, «A encíclica *Fratelli Tutti* e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas», 4.

a vasta experiência das pessoas e dos povos. [...] O problema é que um caminho de fraternidade, local e universal, só pode ser percorrido por espíritos livres e dispostos a encontros reais. (FT 50).

Como tal, Francisco promove a reflexão acerca de como a fraternidade pode ser conseguida, falando da necessidade de uma abertura à vida, um aceitar incondicional do outro, ao ouvi-lo, ao aprender com as suas histórias e ensinamentos, sem precisar de julgar, injustiçar, agredir, ignorar ou descartar. Assim, cuidar uns dos outros e superar as nossas dificuldades, as nossas inseguranças, os nossos preconceitos, «habilita-nos a criar uma cultura diferente, que nos conduza a superar as inimizades e cuidar uns dos outros.» (FT 57).

Portanto, este encontro misericordioso entre um samaritano e um judeu é uma forte provocação, que desmente toda a manipulação ideológica, desafiando-nos a ampliar o nosso círculo, a dar à nossa capacidade de amar uma dimensão universal capaz de ultrapassar todos os preconceitos, todas as barreiras históricas ou culturais, todos os interesses mesquinhos. (FT 83).

E como podemos ultrapassar essas dificuldades, inseguranças, preconceitos? Francisco cita vários exemplos, que culminam no amor ao próximo. Apesar deste amor estar inicialmente condicionado à família, vai se alargando, posteriormente, a toda uma nação, através das expressões «“amarás o teu próximo como a ti mesmo”» ou «“O que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles, porque, isto é, a Lei e os Profetas.”» (FT 60). Para além do amor, outro aspeto importante que parece permitir o desenvolvimento da fraternidade diz respeito à não indiferença. «Digamos que crescemos em muitos aspetos, mas somos analfabetos no acompanhar, cuidar e sustentar os mais frágeis e vulneráveis das nossas sociedades desenvolvidas. Habitúamo-nos a olhar para o outro lado, passar à margem, ignorar as situações até elas nos caírem diretamente em cima.» (FT 64). Com esta realidade à porta de cada um de nós Francisco apela a que:

a sociedade se oriente para a prossecução do bem comum e, a partir deste objetivo, reconstrua incessantemente a sua ordem política e social, o tecido das suas relações, o seu projeto humano. Com os seus gestos, o bom samaritano fez ver que “a existência de cada um de nós está ligada à dos outros: a vida não é tempo que passa, mas tempo de encontro. (FT 66)

Este aspeto demonstra a necessidade de o ser humano ter a capacidade de tomar uma atitude e agir em prol do bem-comum. Só assim será possível reconstruir e reabilitar uma sociedade doente. Em jeito de conclusão, citemos o parágrafo 68 da carta encíclica, que é claro relativamente ao que deve ser feito para a sociedade se reerguer:

[...] fomos criados para a plenitude, que só se alcança no amor. Viver indiferentes à dor não é uma

opção possível; não podemos deixar ninguém caído “nas margens da vida”. Isto deve indignar-nos de tal maneira que nos faça descer da nossa serenidade alterando-nos com o sofrimento humano. Isto é dignidade. (FT 68)

Através desta encíclica, o Papa coloca, então, em destaque, a necessidade de regenerar a sociedade e a fraternidade que se tem vindo a perder, mencionando como a pandemia piorou a situação, ao acentuar a diferença entre os pobres e os ricos, através especialmente do acesso a vacinas e cuidados de saúde. Ao longo da história, as guerras provaram ser um assunto grave e evidenciaram a ausência de solidariedade entre os diferentes grupos de pessoas. Para evitar a repetição de tais atrocidades não se pode esquecer o passado e, neste sentido, é igualmente fundamental cultivar um senso de empatia e compaixão para com os outros.

Podemos concluir o presente subponto com a seguinte ideia: «Com efeito, é o “amor que rompe as cadeias que nos isolam e separam, lançando pontes; amor que nos permite construir uma grande família onde todos nos podemos sentir em casa (...). Amor que sabe de compaixão e dignidade”» (FT 62).

1.3. Uma mudança de paradigma moral

Até agora abordamos a questão de amar o próximo e de como cada ser humano trata os outros com indiferença. Francisco vem desmistificar esse egoísmo dizendo:

O ser humano está feito de tal maneira que não se realiza, não se desenvolve, nem pode encontrar a sua plenitude “a não ser no sincero dom de si mesmo” aos outros. E não chega a reconhecer completamente a sua própria verdade, senão no encontro com os outros: “Só comunico realmente comigo mesmo, na medida em que me comunico com o outro”. Isso explica por que ninguém pode experimentar o valor de viver, sem rostos concretos a quem amar. Aqui está um segredo da existência humana autêntica, já que “a vida subsiste onde há vínculo, comunhão, fraternidade; e é uma vida mais forte do que a morte, quando se constrói sobre verdadeiras relações e vínculos de fidelidade. Pelo contrário, não há vida quando se tem a pretensão de pertencer apenas a si mesmo e de viver como ilhas: nestas atitudes prevalece a morte. (FT 87)

Esta citação resume-se ao significar que precisamos dos outros para podermos crescer, ser saudáveis e felizes. Outra forma de olhar para este aspeto é ao considerar que a busca pelo bem comum implica que as próprias sociedades estejam preocupadas com o desenvolvimento moral de todos e de cada um, sendo que não seremos felizes ao vivermos isolados. Na carta encíclica está escrito que «Feitos para o amor, existe em cada um de nós “uma espécie de lei de ‘êxtase’: sair de si mesmo para encontrar nos outros um acrescentamento de ser”» (FT 88).

Somos, portanto, seres feitos de amor, prontos para amar na nossa essência, pelo que nos devemos deixar guiar, então, por este amor que, embora parta de cada um de nós, deve ser dirigido ao outro, apesar deste não dever considerar o outro como restrito apenas às famílias e amigos.

Mas não posso reduzir a minha vida à relação com um pequeno grupo, nem mesmo à minha própria família, porque é impossível compreender-me a mim mesmo sem uma teia mais ampla de relações [...] A minha relação com uma pessoa, que estimo, não pode ignorar que esta pessoa não vive só para a sua relação comigo, nem eu vivo apenas relacionando-me com ela. A nossa relação, se é sadia e autêntica, abre-nos aos outros que nos fazem crescer e enriquecem. O mais nobre sentido social hoje facilmente fica anulado sob intimismos egoístas com aparência de relações intensas. Pelo contrário, o amor autêntico, que ajuda a crescer, e as formas mais nobres de amizade habitam em corações que se deixam completar. O vínculo de casal e de amizade está orientado para abrir o coração em redor, para nos tornar capazes de sair de nós mesmos até acolher a todos. Os grupos fechados e os casais autorreferenciais, que se constituem como um “nós” contraposto ao mundo inteiro, habitualmente são formas idealizadas de egoísmo e mera autoproteção. (FT 89).

Enquanto o ser humano não se abrir totalmente ao outro, não terá a capacidade de se conhecer verdadeiramente, de se desenvolver, não passando de um ser egoísta que vive para si próprio e, como tal, condenado à infelicidade. Francisco defende que, em primeiro lugar, está o amor.

A estatura espiritual duma vida humana é medida pelo amor, que constitui “o critério para a decisão definitiva sobre o valor ou a inutilidade duma vida Humana”. Todavia há crentes que pensam que a sua grandeza está na imposição das suas ideologias aos outros, ou na defesa violenta da verdade, ou em grandes demonstrações de força. Todos nós, crentes, devemos reconhecer isto: em primeiro lugar está o amor, o amor nunca deve ser colocado em risco, o maior perigo é não amar (cf. 1 Cor 13, 1-13). (FT 92).

É o amor que deve orientar a vida humana, e não o desejo de riqueza, de poder ou de controlar os outros, como bem vimos no ponto 1.1. E qual o objetivo deste amor incondicional ao outro? Francisco fala-nos, pois, na ideia de uma “amizade social”: «O amor que se estende para além das fronteiras está na base daquilo a que chamamos “amizade social” em cada cidade ou em cada país. Se for genuína, esta amizade social dentro duma sociedade é condição para possibilitar uma verdadeira abertura universal.» (FT 99).

Podemos ainda acrescentar a ideia de que esta amizade social, este amor incondicional ao próprio, levaria à prestação gratuita de cuidados ao outro, uma vez que levaria a uma preocupação genuína com o seu bem-estar. As seguintes palavras do Papa Francisco permitem-

nos ainda chegar a uma conclusão:

A atenção afetiva prestada ao outro provoca uma orientação que leva a procurar o seu bem gratuitamente. Tudo isto parte duma estima, duma apreciação que, em última análise, é o que está por detrás da palavra “caridade”: o ser amado é “caro” para mim, ou seja, é estimado como de grande valor. E “do amor, pelo qual uma pessoa me *agrada*, depende que lhe dê algo *grátis*”. (FT 93).

Neste sentido, acrescenta ainda que «Só cultivando esta forma de nos relacionarmos é que tornaremos possível aquela amizade social que não exclui ninguém e a fraternidade aberta a todos.» (FT 94). Que poderemos então dizer acerca dos indivíduos que não ajudam o próximo devido à sua posição social, etnia, religião, cultura, etc.? Estarão, de facto, a praticar este amor incondicional ou esta amizade social que levaria ao bem comum? Podemos ver a resposta no parágrafo 102 da carta encíclica: «Neste esquema, fica excluída a possibilidade de fazer-se próximo, sendo possível apenas ser próximo de quem me permite consolidar os benefícios pessoais. Assim o termo “próximo” perde todo o significado, fazendo sentido apenas a palavra “sócio”, aquele que é associado para determinados interesses.»

Portanto, a mudança de paradigma moral proposta desafia os indivíduos e sociedades a repensar as suas relações sociais e prioridades, fazendo-se a mudança de uma cultura de indiferença e exclusão para uma cultura de encontro e inclusão. É aqui que se enfatiza o apelo à solidariedade social, exortando indivíduos e sociedades a trabalhar em direção a uma comunidade de pertença e solidariedade. Francisco reconhece a importância de criar um sentimento de fraternidade e amizade social que transcenda as fronteiras e inclua todos os membros da sociedade⁴⁵ e, como referido, enfatiza que bondade, amor, justiça e solidariedade são essenciais para a conquista de um mundo inclusivo e compassivo. Além disso, Francisco critica o neoliberalismo e o seu impacto nas relações sociais e na solidariedade,⁴⁶ ao defender que as sociedades abertas devem integrar todos em espírito de fraternidade, enfatizando a importância da verdadeira vizinhança. O diálogo inter-religioso é necessário para a paz no mundo e é um dever para os cristãos e outras comunidades religiosas,⁴⁷ através do diálogo e do encontro, os indivíduos podem superar as diferenças e fomentar o sentido de fraternidade e de amizade social.

⁴⁵ Isabella Piro, «*Fratelli tutti*: short summary of Pope Francis's Social Encyclical», acedido a 11 de novembro de 2020, <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2020-10/fratelli-tutti-pope-fraternity-social-friendship-short-summary.html>.

⁴⁶ Anthony Annett, «Ten Takeaways from *Fratelli Tutti*», acedido a 15 de outubro de 2022, <https://wherepeteris.com/ten-takeaways-from-fratelli-tutti/>.

⁴⁷ Roberto Catalano, «Pope Francis' Culture of Dialogue as Pathway to Interfaith Encounter: A Special Focus on Islam», acedido a 23 de abril de 2022, <https://doi.org/10.3390/re113040279>.

A encíclica também aborda a questão da migração e dos refugiados, destacando a importância de acolhê-los, protegê-los, promovê-los e integrá-los na sociedade.⁴⁸ Reconhece os desafios e as complexidades que envolvem a migração, mas enfatiza o dever moral de acolher e proteger aqueles que são forçados a deixar as suas casas por vários motivos, como conflitos, pobreza ou degradação ambiental. Pede-se uma abordagem abrangente da migração que aborde as causas profundas e ofereça oportunidades de integração. Ao enfatizar a importância de acolher e integrar migrantes e refugiados, a encíclica promove uma abordagem mais inclusiva e compassiva para a migração. Também oferece uma crítica da justiça social e da desigualdade, pedindo soluções ousadas e integradoras para lidar com as injustiças, argumenta que o atual sistema económico perpetua a desigualdade e a marginalização e pede uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.⁴⁹ O texto destaca a natureza entrelaçada da justiça social e da solidariedade, enfatizando o imperativo de priorizar o bem-estar dos indivíduos mais suscetíveis da sociedade. Além disso, reconhece a natureza intrincada de lidar com a desigualdade e apresenta uma estratégia multifacetada para abordar esse assunto. Reconhece também que a desigualdade vai além das meras disparidades económicas, abrangendo também as facetas sociais, culturais e políticas. Francisco coloca grande ênfase na importância de abordar estas diversas dimensões da desigualdade, a fim de promover uma sociedade justa e inclusiva. Além da sua posição sobre a paz e a eliminação da guerra, a encíclica assume uma posição firme: chama a atenção para os efeitos prejudiciais da guerra e defende uma mudança em direção a uma cultura que valoriza a paz e a não violência, ressalta a importância do diálogo e das negociações como meio de resolver conflitos e promover a paz, desafia a crença de que a guerra e a violência são inevitáveis, afirmando, em vez disso, que surgem de uma falha na comunicação, compreensão e respeito mútuo. A encíclica pede uma reavaliação dos princípios sobre os quais se baseia a paz e enfatiza a importância de promover uma cultura do encontro e da solidariedade para alcançar uma paz duradoura.

⁴⁸ Papa Francisco, «Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial Do Migrante e do Refugiado 2018», 2018, acessado a 15 de setembro de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20170815_world-migrants-day-2018.html.

⁴⁹ Steven A. Ramirez, «Social Justice and Capitalism: An Assessment of the Teachings of Pope Francis from a Law and Macroeconomics Perspective», acessado a 2 de agosto de 2021, <https://lawecommons.luc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1602&context=facpubs>.

2. A encíclica *Fratelli Tutti* – da urgência da fraternidade

A liberdade é um direito humano fundamental que permite às pessoas expressarem as suas opiniões, escolherem os seus caminhos e procurarem o seu próprio bem-estar. No entanto, a verdadeira liberdade não pode ser alcançada num vácuo, isolada da fraternidade e da igualdade. A encíclica destaca que a liberdade só pode ser plenamente realizada quando usada para promover o bem comum e quando respeita a dignidade de todos.

A igualdade, é outra pedra angular da mensagem da encíclica, defendendo a necessidade de combater as desigualdades sociais, económicas e políticas que minam a fraternidade. A dignidade humana tem como princípio central o valor intrínseco e inalienável de todos os seres humanos e a promoção dessa dignidade requer o respeito pelos direitos humanos, a justiça social e a proteção dos mais vulneráveis da sociedade.

Por fim, a encíclica *Fratelli Tutti* aborda também a dicotomia entre fraternidade e egoísmo. O egoísmo, segundo o Papa Francisco, é uma ameaça à fraternidade. Ao optar pelo egoísmo em vez da solidariedade, as sociedades correm o risco de perpetuar divisões, injustiças e conflitos.

2.1. *Liberdade e Igualdade*

Na encíclica podemos ler referências à igualdade e liberdade, sendo que a fraternidade é uma condição quase obrigatória para a existência destas. A liberdade e igualdade não conseguem prosperar na sociedade sem recorrer à fraternidade. «Sucedem que a liberdade se atenua, predominando assim uma condição de solidão, de pura autonomia para pertencer a alguém ou a alguma coisa, ou apenas para possuir e desfrutar. Isso não esgota de maneira alguma a riqueza da liberdade, que se orienta sobretudo para o amor.» (FT 103).

Do mesmo modo, a igualdade precisa de ser alimentada, com recurso à fraternidade, já que é esta que impulsiona a igualdade e a liberdade. Com esta exposição do Santo Padre, denota-se que o patamar de igualdade se alcança não só através da definição de que todos os seres humanos são iguais, mas emana também do «cultivo consciente e pedagógico da fraternidade.» (FT 104). Estas particularidades podem assumir-se como associadas, sobretudo porque têm a faceta de gerar visões de mundo encerradas e, numa esquematização similar, questiona que sentido poderá ter a pessoa que não é um elemento de pertença ao círculo dos sócios e chega com a característica de sonhar com uma vivência melhorada.

Com esta construção, o Papa Francisco aponta que o caminho não se pode modelar através do individualismo, pois este é um trajeto que não faz dos seres humanos entidades e individualidades mais livres, paritárias e irmanadas. A principal capacidade do somatório dos interesses individuais não se torna capaz de conceber e conceptualizar uma cosmovisão melhor para a generalidade da humanidade, mas também não nos pode preservar da incidência de imensos males, sendo que estes malefícios se têm tornado cada vez mais transnacionais e globalizados. O individualismo mostra-se então como um dos principais inimigos à fraternidade e, conseqüentemente, à própria liberdade e igualdade dos seres humanos, sendo necessário combatê-lo constantemente, para assegurar a união.

Posto isto, percebemos que «o individualismo radical é o vírus mais difícil de vencer. Ilude. Faz-nos crer que tudo se reduz a deixar à rédea solta as próprias ambições, como se, acumulando ambições e seguranças individuais, pudéssemos construir o bem comum.» (FT 105).

2.2. *Dignidade e fraternidade*

Numa sociedade verdadeiramente fraterna torna-se imprescindível reconhecer o valor da vida humana. Toda e qualquer vida humana deve ter o mesmo valor, independentemente do seu local de nascimento, das suas condições de vida ou dos seus recursos. Todo o ser humano deve, por isso, viver com dignidade e ter a oportunidade de se desenvolver plenamente, sem que nada, nem ninguém, possa negar esse seu direito.

Na dinâmica solidária que o Sumo Pontífice concebe, o caminho em direção a um cenário de amizade social e a uma conseqüente fraternidade global, é necessário efetivar um reconhecimento basilar e fundamental inerente à valia do ser humano em qualquer circunstância aplicável.

Em nenhum espaço nacional pode ser negado ao ser humano a dignidade de viver e se desenvolver num plano integral e com todas as condições de segurança. Desta feita, mesmo aqueles que são moderadamente eficientes, nomeadamente por terem nascido num meio pouco signficante em recursos e com imensas limitações, esta particularidade não diminui a dignidade imensa da pessoa humana, que se deve basear e sustentar no valor do seu ser.

Sempre que não existe a perenidade de salvaguarda deste princípio elementar, não se vislumbra a construção de um futuro para a efetivação da tal fraternidade, e também não se consegue esquematizar a sobrevivência da humanidade. Francisco assume mesmo que «Quando

não se salvaguarda este princípio elementar, não há futuro para a fraternidade nem para a sobrevivência da humanidade.» (FT 107). A encíclica é explícita ainda ao afirmar que

“enquanto o nosso sistema económico-social ainda produzir uma só vítima que seja e enquanto houver uma pessoa descartada, não poderá haver a festa da fraternidade universal”. Uma sociedade humana e fraterna é capaz de preocupar-se por garantir, de modo eficiente e estável, que todos sejam acompanhados no percurso da sua vida, não apenas para assegurar as suas necessidades básicas, mas para que possam dar o melhor de si mesmos, ainda que o seu rendimento não seja o melhor, mesmo que sejam lentos, embora a sua eficiência não seja relevante. (FT 110)

Isto significa que todos devem estar presentes na sociedade e contribuir para a sua edificação, bem como desenvolver-se no seu seio. Neste sentido, o problema surge quando o ser humano se vira para si próprio, procurando os direitos individuais sobre o outro ou sobre o bem-comum, o que terminará em conflito e violência, tal como defendido por Francisco (Cf. FT 111).

Em determinadas sociedades esta faceta de acolhimento é bem entendida, nomeadamente porque se abraça a ideia de que haja possibilidade para todos, mas, em simultâneo, defende que tudo é dependente de cada um. Assume-se, desta forma, uma perspetiva parcial onde «não teria sentido “investir para que os lentos, fracos ou menos dotados possam também singrar na vida”.» (FT 108).

É no investimento nos extremos das sociedades, aquelas onde residem as maiores fragilidades, que o Papa Francisco aponta o caminho, ainda que não seja muito rentável do ponto de vista financeiro. No entanto, esta prática requer uma figura do Estado como elemento robusto e ativo nas instituições e organizações que compõem a sociedade civil e que ultrapassem a liberdade dos mecanismos eficientes de determinados sistemas, assim como modelos económicos, como é o caso do neoliberalismo e da generalidade do capitalismo. Ao contrário destes modelos predatórios, pensar a sociedade inclui o cuidado com o bem comum e com as pessoas, e não a competição voraz e desenfreada do utilitarismo.

Resumindo, existe a necessidade de garantir a dignidade humana de todos, nomeada e especialmente daqueles que detêm menos recursos e, conseqüentemente, são talvez vistos como inferiores, ou menos dignos, por outros membros da sociedade mais abastados, já que é a dignidade que permite que haja a união ou a fraternidade, e que permite também que existam recursos alocados a todos, com destaque para aqueles que mais necessitam.

Terminamos este subcapítulo com uma frase presente na carta encíclica que nos serviu de reflexão: «“quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos”.» (FT

122). Este aspeto levou-nos a considerar que nada pode estar acima dos direitos humanos, nem mesmo as leis da economia, já que estas leis deviam estar ao serviço de todos os cidadãos, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento integral, independentemente da origem do cidadão, das suas dificuldades ou das suas capacidades.

2.3. *Fraternidade versus egoísmo*

Talvez o egoísmo seja um dos aspetos mais abordados até agora, pois constitui um aspeto transversal e sempre presente ao longo de todos os subcapítulos. Por este motivo, escreveremos alguns pontos de reflexão. Em relação a este egoísmo, podemos concluir que existe uma relação contrária entre estes dois princípios (egoísmo e fraternidade).

O egoísmo e a valorização dos próprios interesses tornam o ser humano menos livre, menos igual e menos próximo do outro. Este foco no individual engana, já que o homem pensa que se está a proteger, a zelar pelas suas posses e pelos seus familiares próximos e consequentemente, estará a construir um mundo melhor. Todavia, estes aspetos não contribuem para o bem comum, promovendo antes os conflitos, a insegurança e a desconfiança do outro. Francisco entende que o egoísmo existe desde sempre na humanidade, sendo que o ser humano tem uma tendência para o egoísmo, o qual é definida na carta encíclica como:

a inclinação do ser humano a fechar-se na imanência do próprio eu, do seu grupo, dos seus interesses mesquinhos. Esta concupiscência não é um defeito do nosso tempo; existe desde que o homem é homem, limitando-se simplesmente a transformar-se, adquirir modalidades diferentes no decorrer dos séculos, utilizando os instrumentos que o momento histórico coloca à sua disposição. Mas, é possível dominá-la com a ajuda de Deus. (FT 166)

É nesta linha que precisamos desenvolver os princípios morais de uma sociedade doente, de modo a promover o bem, não só para nós, mas para todos. Só assim promoveremos o crescimento pleno realizado em conjunto. Caso contrário reinará a lei do mais forte, o egoísmo e a indiferença, pois o egoísmo transforma os outros em meros incómodos, sendo obrigatório ultrapassá-los, surgindo o típico «Salve-se quem puder» (FT 222). O egoísmo mostra-se então como uma ameaça a combater, devendo prevalecer o seu oposto: o altruísmo. Ao sermos altruístas, ao pensarmos no próximo aquando das nossas próprias ações, estamos a assegurar que não existe uma distinção direta entre nós e o outro, que estamos a agir com vista à igualdade, à fraternidade e, consequentemente, a evitar conflitos antes que estes possam sequer surgir. O egoísmo é, portanto, uma ideia completamente oposta à fraternidade, sendo possivelmente o seu pior impedimento.

3. A encíclica *Fratelli Tutti* – da educação para a fraternidade

O direito universal à educação é um dos pilares centrais da encíclica e, neste contexto, é apresentada uma visão inspiradora sobre como a educação pode ser um forte veículo para promover a fraternidade entre todos os seres humanos. O Papa Francisco enfatiza que a educação é um direito fundamental de todos, independentemente da sua origem étnica, religião, nacionalidade ou condição socioeconômica. Assim, a educação não deve ser vista como um privilégio, mas como um bem comum acessível a todos.

Além disso, a encíclica destaca a importância de educar para a fraternidade e a cooperação. A educação deve capacitar os indivíduos a contribuir para o bem-estar das suas comunidades e da sociedade como um todo. Isso implica ensinar não apenas habilidades técnicas, mas também valores éticos que orientem as ações em direção ao bem comum. A fraternidade implica reconhecer a humanidade comum que compartilhamos e trabalhar juntos para superar desafios globais, como a pobreza, a desigualdade e a exclusão.

3.1. *O direito universal à educação*

Apenas a educação terá a capacidade de devolver aos seres humanos a habilidade de olhar para o lado e ver o seu irmão, a habilidade de crescer de forma plena através da aprendizagem dos princípios morais, começando este crescimento no seio de cada família, como dito por Francisco:

Constituem o primeiro lugar onde se vivem e transmitem os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e do cuidado pelo outro. São também o espaço privilegiado para a transmissão da fé, a começar por aqueles primeiros gestos simples de devoção que as mães ensinam aos filhos. (FT 114)

É através dos ensinamentos em casa que as crianças começam a dar os primeiros passos para a fraternidade, sendo que, num simples “obrigado” reside tanto amor. Esta educação para a fraternidade está longe de ser apenas responsabilidade das famílias, sendo também responsabilidade da escola, do Estado, das mais diversas instituições e organizações, dos meios de comunicação social, assim como da sociedade em geral. Todos têm a sua quota de responsabilidade no desenvolvimento integral do indivíduo e na sua educação. A sociedade humana necessita, antes de mais, de reconhecer que precisa mudar, seja através da mudança de

hábitos, de estilos de vida, mas sobretudo através da mudança de corações. Sobre isto, a carta encíclica salienta:

A tarefa educativa, o desenvolvimento de hábitos solidários, a capacidade de pensar a vida humana de forma mais integral, a profundidade espiritual são realidades necessárias para dar qualidade às relações humanas, de tal modo que seja a própria sociedade a reagir face às próprias injustiças, às aberrações, aos abusos dos poderes económicos, tecnológicos, políticos e mediáticos. Há visões liberais que ignoram este fator da fragilidade humana e imaginam um mundo que corresponda a uma determinada ordem que poderia, por si só, assegurar o futuro e a solução de todos os problemas. (FT 167)

Nesta reflexão, podemos verificar que a verdadeira solução para a maior parte dos problemas do mundo reside em cada um de nós, no facto de como cada um de nós cresce e no como cada sociedade depende desse crescimento para o bem comum.

A redistribuição não resolve as desigualdades, pois muitas vezes gera novas formas de diferença, de violência ou de conflito. Veja-se o caso da pandemia da COVID-19, onde a liberdade de mercado não conseguiu dar uma resposta eficaz na contenção da doença, nem na distribuição de recursos, pelo que Francisco alerta que «“devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos.”» (FT 168).

Nesta lógica, onde os interesses económicos governam mais do que a própria política, torna-se essencial reeducar as pessoas, as sociedades, as instituições, as organizações mundiais, entre outros, para o bem mundial comum, o qual envolve a erradicação da fome e a defesa dos direitos humanos de forma imparcial. De modo que o futuro assente neste bem comum mundial é preciso instaurar uma política necessária, a qual não se governe por interesses económicos ou corrupção, mas antes por uma ideologia que se pretende universal e não apenas para favor de alguns.

A educação assume assim o seu papel essencial, sendo que deve ser ensinado a todos, desde cedo, que todos devemos trabalhar para o bem comum, para a sociedade em geral, sem distinção, sendo que o amor, a dignidade, os valores que permitem a união são todos aprendidos com o próximo, aquele que, simultaneamente devemos amar.

3.2 *Educar para a fraternidade – educar para a cooperação*

A política pode, possivelmente, promover grandes aprendizagens nos seus alunos. Não

nos podemos esquecer que transformações profundas e importantes necessitam de ser devidamente conduzidas, sendo este um papel fundamental da política, que tem a capacidade de envolver setores, instituições e conhecimentos na abertura de novos percursos, oportunidades e progressos.

Embora uma pessoa possa ajudar outra que, de momento, passa por uma necessidade, o ideal é unir-se a outras para prestar esse auxílio. Isto leva à criação de processos sociais de verdadeira fraternidade e permite acordar os povos para a caridade social, o que permite compreender que o amor não surge apenas em relações individuais, mas também em relações sociais, económicas e políticas.

Isto exige reconhecer que “o amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor”. Por este motivo, o amor expressa-se não só nas relações íntimas e próximas, mas também nas “macrorrelações como relacionamentos sociais, económicos e políticos”. (FT 81)

Esta caridade social pretende a procura do bem comum, ou o bem-estar geral. A política é, na sua essência, educativa, considerando que permite mudar opiniões, perspetivas e caminhos e, como tal, permite mudar também valores morais. Desta forma, a criação da fraternidade e do amor social deve partir também dos políticos, os quais devem ouvir o outro, o povo, aceitar a diferença e priorizar a dignidade humana.

A partir do “amor social”, é possível avançar para uma civilização do amor a que todos nos podemos sentir chamados. Com o seu dinamismo universal, a caridade pode construir um mundo novo, porque não é um sentimento estéril, mas o modo melhor de alcançar vias eficazes de desenvolvimento para todos. O amor social é uma “força capaz de suscitar novas vias para enfrentar os problemas do mundo de hoje e renovar profundamente, desde o interior, as estruturas, organizações sociais, ordenamentos jurídicos”. (FT 183)

Francisco acrescenta ainda que:

Isto demonstra a urgência de se encontrar uma solução para tudo o que atenta contra os direitos humanos fundamentais. Os políticos são chamados a “cuidar da fragilidade, da fragilidade dos povos e das pessoas. Cuidar da fragilidade quer dizer força e ternura, luta e fecundidade, no meio dum modelo funcionalista e individualista que conduz inexoravelmente à ‘cultura do descarte’ [...]; significa assumir o presente na sua situação mais marginal e angustiante e ser capaz de ungi-lo de dignidade”. (FT 188)

Quer isto dizer que a política devia assentar nas grandes questões humanas e governar para dar uma resposta eficaz para os problemas sociais (pobreza, violência, tráfico...). É isto

que depreendemos de “Cuidar da fragilidade”. Em vez disto os nossos políticos preocupam-se com as questões económicas, com o PIB e com a dívida pública e esquecem as pessoas e os seus verdadeiros objetivos como políticos.

Partindo da sua verdadeira essência, a educação, a política deve abraçar novos desafios e caminhar para assegurar o bem-estar geral de toda a sua população, aprendendo, ela mesma, a mudar. Neste sentido, cabe, não só aos políticos, mas a nós, povo, garantir que estas ideias, tão necessárias à fraternidade, são ensinadas pelo Estado, sendo este, a entidade mais abrangente e mais capaz de aplicar estes valores a toda a sociedade.

3.3 Educar para a procura do bem comum

Como atingir então a fraternidade plena e o bem comum global? Na carta encíclica a construção destes aspetos parte de cada indivíduo, da sua política e da sua sociedade. É preciso compreender a necessidade de amar o outro na sua essência, isto é, amar o outro tal como este é, inclusive com os seus defeitos, com as suas qualidades e com os seus pecados.

Assim, há que reconhecer a dignidade humana em todos os seres humanos, reconhecer a cultura de cada um e o contributo que cada um tem a dar à sociedade. É preciso permitir que a diferença exista no seio social, sem que isso implique a perda de uma identidade cultural, pois a permissão dessa diferença significa, antes de tudo o resto, aprender mais e ser mais rico.

Integrar as realidades diferentes é muito mais difícil e lento, embora seja a garantia duma paz real e sólida. Isto não se consegue agrupando só os puros, porque “até mesmo as pessoas que possam ser criticadas pelos seus erros, têm algo a oferecer que não se deve perder”. Nem consiste numa paz que surja acalmando as reivindicações sociais ou impedindo-as de criar confusão, pois não é “um consenso de escritório nem uma paz efêmera para uma feliz minoria”. O que conta é gerar processos de encontro, processos que possam construir um povo capaz de recolher as diferenças. Armemos os nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro! (FT 217)

Assim, o bem-comum depende de todos nós e devemos ser ensinados, desde pequenos, a garanti-lo, a respeitar a sociedade com todas as suas semelhanças e diferenças, recorrendo a estas questões para todos os seres humanos fazerem parte desta sociedade inclusiva.

3.4 Educação para os valores, para a cidadania, para a identidade

Encontram-se determinadas semelhanças perto das pessoas, no centro duma cidade ou na própria família. Da mesma forma, há um aspeto da abertura universal do amor que não tem

uma abrangência geográfica, mas sim existencial: a aptidão diária de amplificar o meu círculo, regressar àqueles que instintivamente não são sentidos como parte do meu mundo de proveitos, ainda que se encontrem perto de mim. Como tal, é necessário recordar os tais exilados algo ocultos, expostos como pessoas desconhecidas à comunidade,⁵⁰ considerando que vários indivíduos com fragilidades vivem sem uma pertença, ou participação na sociedade circundante, devido à falta de educação e identidade, o que impede o benefício da cidadania plena. Este é um caminho rigoroso e cansativo, que colaborará cada vez mais para a educação de compreensões aptas para legitimar cada um como um sujeito único e irrepetível.

Da mesma forma, os idosos deverão ter um lugar em particular, sobretudo devido à sua carência e necessidades, que são, por vezes, tidas como um peso. Com todos os indivíduos, a ação deve dar uma cotização individual para o bem comum através da sua história original, já que se tende a ter a coragem de dar voz àqueles que, devido à sua conjuntura de insuficiência, são vistos como diferentes até porque em determinadas nações, ainda hoje é difícil reconhecê-los como sujeitos de igual respeitabilidade.⁵¹

Assim sendo, os educadores e formadores detêm a difícil tarefa de ensinar as crianças e os jovens, na escola ou nos vários centros de agregação infantil e juvenil, devendo estar cientes que o seu compromisso implica posteriores medidas morais, espirituais e sociais da pessoa, já que, por exemplo, os valores da liberdade, respeito mútuo e solidariedade podem e devem ser transmitidos desde a mais tenra idade.

De igual forma, os agentes culturais e os meios de comunicação social devem comprometer-se no campo da educação e da formação, particularmente na sociedade atual, onde cada vez mais se vai difundindo o acesso a instrumentos de informação e comunicação.

Assim, todos os membros da sociedade têm a obrigação de aprender e de ensinar, de reconhecer a dignidade humana, em todas as suas diferenças e carências, cabendo a todos educar para a união, com o objetivo fundamental de assegurar uma sociedade e um bem-estar comum e geral, onde todos possam participar e beneficiar, sendo a fraternidade a palavra-chave para que todos nós possamos viver em paz, harmonia e felicidade.

⁵⁰ Cf. Papa Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos membros do corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé por ocasião das felicitações para o Ano Novo», 2019, acedido a 07 de setembro de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/february/documents/papa-francesco_20210208_corpo-diplomatico.html.

⁵¹ Cf. Papa Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a Celebração do XLVII Dia Mundial Da Paz», 2014, acedido a 13 de maio de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxlvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.

Síntese

Com o passar dos anos, o ser humano tornou-se um ser ambicioso que procura avidamente riqueza e poder, esquecendo muitas vezes da sua essência, isto é, do verdadeiro motivo da sua criação e do principal objetivo da humanidade: o amor, o bem comum, a paz mundial. Assiste-se cada vez mais à necessidade de uma mudança de perspetiva e de estilos de vida, os quais devem assentar no desenvolvimento pleno do ser humano através da promoção dos princípios morais: liberdade, igualdade, equidade, responsabilidade, respeito, dignidade e fraternidade.

Só através do desenvolvimento da moral humana será possível viver em harmonia e paz no seio da nossa família humana e na nossa casa (planeta Terra), onde todos nascemos com a mesma dignidade, embora diferentes. Todavia, estas diferenças não podem constituir desculpas para justificar o privilégio de uns em detrimento de outros. Devemos antes, como comunidade, garantir que cada um tem a mesma dignidade e possui iguais oportunidades para o seu desenvolvimento pleno. Como referido pelo Papa Francisco «Com efeito, a paz real e duradoura é possível só “a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira”» (FT 127).

Ainda podemos refletir que a fraternidade será o caminho a percorrer, aquele que permitirá atingir a tão desejada paz em todo o mundo. Francisco refere que isto não implica uniformizar a sociedade, o importante é que aprendam a conviver e a trabalhar juntos, já que perante um certo objetivo comum, poder-se-á contribuir com diferentes propostas técnicas, distintas experiências, e trabalhar em prol do bem comum.

Podemos concluir o presente capítulo com a seguinte frase: toda a vida humana tem a mesma dignidade e o mesmo valor. Devemos preocuparmos com o bem comum de modo que ninguém se tenha de preocupar com o seu bem individual, enquanto este ficará assegurado pelo desejo de um bem comum entre todos e para todos.

Percorrida a base teórica, o capítulo seguinte apresenta a contribuição da Unidade Letiva 3 do 6º ano “A partilha do Pão” no exercício das bases da fraternidade que a escola pode proporcionar. Segue-se a Prática de Ensino Supervisionada onde são apresentadas as planificações, as estratégias e atividades escolhidas, bem como a avaliação da lecionação das aulas.

CAPÍTULO III – EDUCAR PARA A FRATERNIDADE – CONTRIBUTO E PRÁTICA LETIVA DA UNIDADE LETIVA 3 DO 6º ANO: “A PARTILHA DO PÃO”

Como já demonstrado nos capítulos anteriores educar para a fraternidade é cultivar valores que transcendem o individualismo. A “partilha do pão” é um ato simbólico e forte desse compromisso. Envolve não apenas fornecer alimento físico, mas também nutrir a alma com empatia e generosidade. Recorda-nos que somos todos parte de uma única família humana, responsáveis uns pelos outros. Infelizmente, vivemos num mundo marcado pela desigualdade, onde a fome é um flagelo que persiste, apesar dos avanços tecnológicos e económicos. Uma distribuição desigual dos recursos contribui para esta tragédia global, onde muitos têm em excesso enquanto outros lutam para sobreviver. Num mundo marcado por desigualdades sociais e económicas, a esperança desempenha um papel fundamental na busca por uma sociedade mais justa e solidária. A esperança não é apenas um sentimento abstrato, mas uma força motriz capaz de inspirar ações concretas que podem transformar vidas e comunidades. Neste contexto, é fundamental entender como podemos ser “pão para os outros,” identificar as instituições que lutam contra a fome e, primeiro que tudo, viver a esperança. As três primeiras secções deste capítulo abordam esta temática, seguindo-se a quarta secção onde apresentaremos a prática letiva da Unidade Letiva 3 do 6º Ano: “A Partilha do Pão”.

1. A partilha do pão – exercer a fraternidade

Para abordar o relacionamento de partilha, da reciprocidade, da fraternidade entre os seres humanos e as coletividades ao longo da história, é importante recorrer a conceitos relacionados e manifestações tangíveis que vão além da mera noção de fraternidade. A terminologia principal prende-se com a solidariedade, já que ao relacionarmos a questão da solidariedade, surge-nos, como origem etimológica, as expressões latinas *solidum* (completude, soma total) e *solidus* (consistente, espesso, inconsumpto).

O significado de solidariedade aparece no dicionário Priberam como:

1. qualidade de solidário
2. sentimento que leva a prestar auxílio a alguém
3. responsabilidade recíproca entre elementos de um grupo social, profissional, institucional ou de uma comunidade

4. adesão ou apoio a uma causa, a um movimento ou a um princípio
5. sentimento de partilha do sofrimento alheio⁵²

Para a Igreja católica, esta noção conceptual adquiriu uma maior robustez neste último século, que se mostrou bastante violento e mortífero. Assim, este conceito foi esclarecido por João Paulo II como:

antes de tudo da interdependência apreendida como *sistema determinante* de relações no mundo contemporâneo, com as suas componentes — económica, cultural, política e religiosa — e assumida como *categoria moral*. Quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como «virtude», é a solidariedade. [...] determinação *firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos* nós somos verdadeiramente responsáveis por *todos*. (SRS 38)

Da mesma forma, o Papa Leão XIII expressa múltiplas vezes esta origem com a denominação de “amizade”, como alusão à filosofia grega e, desde Pio XI, a solidariedade na partilha do pão é representada como “caridade social”. Já com Paulo VI, existe um recurso a esta noção para se referir à “civilização do amor”.

Neste sentido, para a doutrina social da Igreja, esta terminologia é utilizada para representar o princípio que anuncia a semelhança entre os seres humanos, sendo que a solidariedade se materializa, portanto, como a opção elementar pelos pobres, isto é, como consequência da caridade cristã, com um carácter próprio, comunitário e sociável.

Deste modo, num rumo caridoso e de solidariedade, entendemos a partilha do pão como uma particularidade inerente ao próprio ser humano, uma dinâmica coletiva de reconhecimento da dignidade do outro. Com isto, a solidariedade assume-se como um incentivo à concretização da identidade humana, com o ser humano a conseguir realizar-se através da partilha. O ser humano, pilar fundamental da doutrina social da Igreja, materializa-se como um ser igual aos seus demais, simultaneamente inserido entre os seus demais. Caso isto não seja conseguido e a partilha solidária ficar em segundo plano, o seu papel enquanto pessoa está profundamente diminuído.

O conceito de partilha mútua ilumina a ideia de que o século XIX, fortemente impactado pela revolução industrial, juntamente com o século seguinte, foram períodos marcados por um sentimento de fraternidade. Esta irmandade serviu como uma forma para indivíduos, grupos, associações e a sociedade contestarem o domínio das economias de mercado, o que resultou na

⁵² Infopédia Dicionários Porto Editora, acedido a 20 de setembro de 2021, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/solidariedade>.

acumulação de excesso de riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria lutava para sobreviver. O sentimento de pertença a esta fraternidade foi estabelecido pela ausência de reconhecimento por parte dos outros, visto que a identidade tanto dos indivíduos como dos grupos se estende para além de meras transações de bens e serviços. Em vez disso, reside no desejo de compreensão e reconhecimento mútuos.⁵³

A própria terminologia de partilha surge ligada à noção de dádiva ou oferta, de legado voluntário e sincero, gratuito e desapeçado, livre de qualquer superioridade, aquilo que é oferecido ou arrecadado por alguém. Visto que é algo que se aceita ou que se concede, a distribuição expõe-se sem qualquer condicionante da parte de quem oferece ou de quem aceita. A veracidade da partilha ou da dádiva inclui uma tríade particular e fundamental: o elemento que oferece, o artigo que é oferecido e o indivíduo que recebe aquilo que foi oferecido.⁵⁴

A partilha e a gratuidade, ao ocupar um lugar central naquilo que é apreciado como um dos princípios elementares da doutrina social da Igreja, é apresentado pelo Compêndio dessa mesma doutrina como:

faz do seu existir junto com os outros no mundo, quer as repercussões desta dimensão sobre a consciência do homem, que adverte ser interpelado a gerir de forma responsável e convival o dom recebido. Prova disso é o reconhecimento universal da regra de ouro, em que se exprime, no plano das relações humanas, a lei que inscrita por Deus no homem: «Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles.» (CDSI 20).

Desta forma, aplicar a partilha do pão e a fraternidade não pressupõe apenas uma instância teológica, no sentido em que tudo o que foi atribuído à humanidade foi feito por Deus e através de um plano totalmente gratuito: a criação (Gn 1), a terra, em que todo o género humano recebe a terra para que sustente os seus integrantes, sem exclusões ou privilégios (cf. CA 31), e o progresso, onde o desenvolvimento e evolução social deveriam ser avaliados como momentos históricos iniciados com a própria criação. Denota igualmente uma instância humana, dado que, se tudo foi oferecido à espécie humana, seja num plano direto ou indireto, então é o coletivo que é invocado a partilhar, gratuitamente com os demais, sejam estes indivíduos particulares, populações ou os menos abastados, havendo para estes uma maior incidência (cf. SRS 39).

⁵³ Cf. Anselmo Borges, *Deus e o sentido da existência* (Lisboa: Gradiva, 2011), 131-135.

⁵⁴ Cf. Hoevel, «Hacia el paradigma del don», 92, acedido a 04 de janeiro de 2022, <https://e-revistas.uca.edu.ar/index.php/CECON/article>.

Quando compartilhamos recursos, reconhecemos que a desigualdade e a escassez não são inevitáveis, e que podemos agir de forma coletiva para garantir que todos tenham acesso aos recursos necessários para uma vida digna. Assim, a relação entre a partilha e o exercício da fraternidade é de complementaridade e interdependência. A partilha é uma maneira concreta de expressar a fraternidade, enquanto a fraternidade inspira a praticar a partilha de forma mais ampla e abrangente.

2. Um mundo desigual

Infelizmente a desigualdade é uma característica intrínseca ao nosso mundo, uma triste realidade que persiste apesar dos avanços sociais e tecnológicos alcançados ao longo dos anos. Enfrentar o problema da desigualdade, da fome e da injusta distribuição de bens requer esforços globais coordenados. Envolve não apenas a reforma de sistemas económicos, mas também o fortalecimento dos sistemas educacionais, a promoção da paz e da estabilidade política e a busca de soluções sustentáveis para as mudanças climáticas.

2.1. A fome e a injusta distribuição dos bens

A fome é um tema bastante fraturante, já que são múltiplas as menções alimentares com que nos podemos deparar na Sagrada Escritura, seja no Antigo ou no Novo Testamento, onde se salienta a passagem inicial do fruto proibido da árvore da serpente no jardim do Éden, no livro do Génesis (cf. Gn 3,1-6), a oferenda de Sara e Abraão ao trio de visitantes enigmáticos (cf. Gn 18,1-8), a concessão da primogenitura de Esaú por um prato de lentilhas (cf. Gn 25,29-34) e o engodo de Jacob ao seu progenitor, Isaac, com um guisado (cf. Gn 27,1-29), a fome que leva a família de José para o Egipto (Cf. Gn 41,53), o prometimento de uma Terra onde existe um leito de leite e mel (cf. Ex 3,8;17; cf. Gn 13,5; 33,3; cf. Lv 20,24; cf. Nm 13,27; cf. Dt 6,3;11,9; cf. Js 5,6), o banquete da Páscoa comemorada pelos hebreus anteriormente à sua saída do Egipto (cf. Ex 2,1-28), a dinâmica alimentar entre Deus e o seu povo, durante o tempo de caminho pelo deserto (cf. Ex 15,22;17,7).

Outros momentos da Sagrada Escritura referem a particularidade da partilha alimentar como um momento de fraternidade, através de todos os princípios e códigos dietéticos estabelecidos no Levítico, a refeição fornecida pela viúva de Sarepta a Elias (cf. 1 Reis 17,8-16), as Bodas de Cana (cf. Jo 2,1-10), a proliferação milagrosa dos pães e dos peixes (cf. Jo 6,1-

13), as múltiplas parábolas referentes ao Reino de Deus (cf. Mt 22,2-14; Lc 13,20-21; 16,19-31), a Última Ceia (cf. Mt 14,22-25) ou a fração do pão concretizada pelas sociedades primitivas narradas nos Atos dos Apóstolos (cf. Act 2,42-46).

De entre esta variedade de exemplos, é-nos apresentada uma noção muito inicial do papel da partilha de bens e alimentos, refletindo sobre o simbólico papel da fome e das metáforas socioculturais, religiosas e sagradas a ele inerentes.⁵⁵ No entanto, existe uma questão que parece fundamental, o porquê de a fraternidade ser basilar numa área como a fome. Anselmo Borges esclarece:

Eles também nascem. E crescem. Também amam e esperam. São seres humanos como nós. Também sorriem, mas tristes: a alma afunda-se na negrura da impotência, da dor e da tristeza. Tentam trabalhar. Sofrem, demais. Morrem cedo, demasiado cedo. De desnutrição, de falta de água e de higiene e de remédios. De fome. Faltou-lhes tudo. Eles são os pobres. Aos milhões, cada vez mais. E é uma vergonha para a Humanidade que, quando há possibilidade do mínimo para todos, tantos morram ao abandono da fome. E Deus como no princípio a Caim: "O que fizeste do teu irmão?" Como se pode tolerar que ao mesmo tempo que aumenta a riqueza mundial seja cada vez maior o fosso entre os ricos e os pobres, cujo número, com a crise, não cessa de crescer? São homens e mulheres, aos milhões - muitas crianças - a quem foi negada a dignidade humana. Este é que é o problema maior da Humanidade, que tem de ter uma solução.⁵⁶

Desta forma, o autor apresenta o tema do futuro da humanidade, recomendando a fraternidade como um paradigma de contestação e materialização do amor cristão que alie a partilha e a justiça, ao combate pela fome. Desde sempre, o conceito filosófico foi assegurando e abrangendo o ser humano como uma existência sociável. Todo o ser humano denota em si a carência de amar e de corresponder esse amor que lhe é acometido, e este ser humano só existe em plenitude com o outro, só existe quando plasmado na humanidade que se encontra no centro da fé cristã, como se pode descortinar no «ser humano como capacidade de relação, vocacionado para a descoberta dos outros, para a amizade, para a fraternidade, para a comunhão de amor, para a corresponsabilidade, para a vida em sociedade».⁵⁷

Como fim desta temática da fome e da iniquidade distributiva, descobrimos que «O ser humano foi criado com uma tendência primária para o amor, para a relação com o outro. Não é um ser autárquico, fechado em si mesmo, uma ilha na existência. Não, ele é naturalmente relação».⁵⁸

⁵⁵ Cf. Luís Lavrador, *Ao Sabor da Bíblia* (Lisboa: Alêtheia Editores, 2017), 178-183.

⁵⁶ Borges, *Deus e o sentido da existência*, 92.

⁵⁷ José Policarpo, *A Educação Moral e Religiosa Católica ao serviço da construção da Pessoa* (Lisboa: SNEC/Faculdade de Teologia, 1999), 59.

⁵⁸ Joseph Ratzinger, *Deus e o Mundo* (Coimbra: Tenacitas, 2006), 298.

O princípio da partilha, que para os romanos se refere ao relacionamento de membros da mesma linhagem que alicerça o conceito de comunidade, demonstra que existe uma perda em cerca de um terço dos alimentos produzidos (cf. LS 50), da mesma forma que a comida que se perde é como se fosse extorquida da alimentação do pobre (cf. LS 50). Presentemente, verifica-se uma lacuna naquilo que é o poder dos Estados nacionais, principalmente porque o enquadramento económico-financeiro, de cariz global, tende a sobressair perante a política. É de extrema importância assegurar o desenvolvimento de instituições globais mais fortes e estruturadas com eficiência. Tais instituições devem ter representantes nomeados de forma justa e equitativa através de acordos entre os governos nacionais. Além disso, devem possuir autoridade para ratificar decisões e políticas (cf. LS 175).

Ao referir uma possível estrutura para autoridade internacional guiada por princípios legais (cf. CV 67), deve-se evitar pensar nos limites de uma hierarquia de poder específica. No entanto, é importante considerar a possibilidade de estruturas globais mais eficazes que tenham a capacidade de promover o bem comum da comunidade internacional, eliminar a fome e a pobreza, proteger os direitos humanos fundamentais e garantir a distribuição equitativa desses benefícios. Desta forma, uma reparação «quer da Organização das Nações Unidas quer da arquitetura económica e financeira internacional, para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações» (CV 67), demonstra-se como obrigatória.

Para evitar as imposições culturais e a erosão das liberdades fundamentais impostas por nações mais dominantes devido a diferenças ideológicas, é necessário estabelecer limites legais e fronteiras eficazes para os países mais fracos. Esses limites legais podem servir como meio de resistência e proteção contra a violação das liberdades básicas. Assim sendo, «a comunidade internacional é uma comunidade jurídica fundada sobre a soberania de cada Estado-membro, sem vínculos de subordinação que neguem ou limitem a cada qual a sua independência.» (CDSI 434).

a tarefa das Nações Unidas, com base nos postulados do Preâmbulo e dos primeiros artigos da sua Carta constitucional, pode ser vista como o desenvolvimento e a promoção da soberania do direito, sabendo que a justiça é um requisito indispensável para se realizar o ideal da fraternidade universal. (...) É preciso garantir o domínio incontestado do direito e o recurso incansável às negociações, aos mediadores e à arbitragem, como é proposto pela Carta das Nações Unidas, verdadeira norma jurídica fundamental.⁵⁹

⁵⁹ Papa Francisco, «Visita à Organização Das Nações Unidas. Discurso Do Santo Padre. Nova Iorque, Palácio de Vidro» 2015, acessado a 10 de dezembro de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html.

Portanto, é fundamental reconhecer que o descrédito dessa organização deve ser eliminado, pois os seus desafios e deficiências podem ser enfrentados e resolvidos coletivamente. Isso requer bravura e imparcialidade para estabelecer objetivos comuns e garantir a aplicação de princípios fundamentais que são universalmente aplicáveis e equitativamente distribuídos. Para isto ser realmente proveitoso, deve ser amparado na «exigência de fazer fé nos compromissos subscritos (*pacta sunt servanda*)» (CDSI 437), a fim de evitar «a tentação de fazer apelo mais ao *direito da força* que à *força do direito*». ⁶⁰ Neste ponto de vista, «os instrumentos normativos para a solução pacífica das controvérsias devem ser repensados de tal modo que lhes sejam reforçados o alcance e a obrigatoriedade» (CDSI 439).

É importante priorizar o apoio de acordos multilaterais entre nações e os seus executivos de governo ao considerar instrumentos legais. Esses acordos são vistos como mais eficazes na promoção do bem comum de uma comunidade globalizada e no fornecimento de orientação e assistência a estados vulneráveis em comparação a acordos bilaterais. As deficiências da comunidade internacional em coordenar esforços para combater a fome e abordar questões complexas como distribuição justa de bens e proteção dos direitos humanos básicos são mitigadas por diversos grupos da sociedade civil e estruturas orgânicas. Esses grupos desempenham um papel decisivo em garantir a vigilância e abordar disparidades críticas em comunidades específicas.

A fome e a distribuição desigual dos bens ficam evidenciados pela não observância dos princípios da paridade e da equidade. Esses princípios garantem o envolvimento e a contribuição das comunidades e organizações locais, que atuam em conjunto com entidades governamentais. É notável testemunhar os extraordinários atos de coragem demonstrados por alguns indivíduos em busca do bem maior, que servem como um testemunho da bondade inerente que ainda existe na espécie humana.

⁶⁰ João Paulo II, “Mensagem De Sua Santidade João Paulo II Para A Celebração Do XXXVII Dia Mundial Da Paz» 2004, acessado a 05 de janeiro de 2022, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20031216_xxxviii-world-day-for-peace.html.

2.2. *Causas da pobreza e da fome*

A percepção de todas as atrozes proporções da pobreza extrema não é ato acessível, considerando todos os fatores oscilantes que fazem parte desse problema. Entretanto, para aqueles que almejam essa realidade, tudo pode ser resumido à simples possibilidade de conseguirem contar com três refeições por dia e, assim sendo, livrá-los da dor insuportável da fome. Os múltiplos conceitos e definições que compõem a terminologia de pobreza, enunciados no século XX, reconheceram as imediatas extensões fundamentais: carências básicas de acesso a alimento, saúde, habitação e saneamento básico.⁶¹

A pobreza assume múltiplas caras e dimensões, e pode, em consonância, ser sentida e experienciada em formatos diferenciados por grupos distintos. A noção de injustiças sociais, entrelaçada com fatores como a desigualdade de rendimentos e as causas da pobreza, dá origem ao conceito de pobreza relativa em oposição à pobreza absoluta. A pobreza relativa refere-se a um estado em que os indivíduos não têm acesso às necessidades básicas necessárias para o bem-estar físico.⁶² Neste sentido, limitar o juízo de pobreza à compreensível conjuntura de escassez de rendimento pessoal seria um inadmissível reducionismo.⁶³

A pobreza deve ser compreendida dentro de um quadro mais amplo de carência, que abranja a totalidade da existência e da dignidade humana. Não pode ser percebido como um mero meio para um fim, ou como um conceito parcial ou condicional, segundo os princípios de analogias ou imperativos kantianos. É obrigatório que cada indivíduo tenha a oportunidade de expressar e utilizar livremente as suas habilidades únicas. Isto inclui a capacidade de participar autonomamente no mercado de trabalho, o que, por sua vez, permite obter os meios necessários para o exercício dos seus direitos enquanto cidadão reconhecido. Do ponto de vista estritamente biológico, é provável que se defina a fome e a pobreza extrema como o estado de não satisfação das necessidades nutricionais básicas incorporadas a uma alimentação balanceada. Esta falta de realização impede o indivíduo de desenvolver as suas habilidades físicas, ocupacionais e cognitivas inerentes ao ser humano normal.⁶⁴ Ao debater a pobreza, é importante evitar a simplificação da sua definição apenas como falta de alimentos. Esta perspectiva estreita desconsidera outros elementos cruciais, como laços familiares, ambientes sociais harmoniosos

⁶¹ Cf. António Crespo e Elaine Gurovitz, «A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional», acessado a 18 de abril de 2022, <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf>.

⁶² Cf. Adir Valdemar Garcia, *A pobreza humana: concepções, causa e soluções* (Florianópolis: Editoria em Debate, 2012), 333-335.

⁶³ Cf. Amartya Sen, *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações* (Lisboa: Terramar, 1999), 73-75.

⁶⁴ Cf. Crespo, «A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional».

e o reconhecimento das capacidades individuais. Ao reduzir os indivíduos a meros animais, essa definição limitada falha em reconhecer a sua humanidade inerente.⁶⁵

Entre as diversas definições formuladas na década de 1980, parece razoável acolher aquela que considera a pobreza como a privação relativa de alimentação adequada, conforto físico e inclusão social.⁶⁶ A definição concetual de privação relativa deve ser ampliada de forma a poder compreender outras tipologias de necessidade. Tal paradigma só será mudado quando os frágeis adquirirem poderes efetivos para tomar deliberações livres sobre a sua vida exclusiva, o qual serve de expressão à conjuntura em que os pobres se tornam causas dos seus próprios destinos e, assim, cidadãos de direitos.⁶⁷

A justiça é a principal virtude das formações sociais, como a realidade o é dos modelos de pensamento. A imparcialidade social apenas se verificará se todos os elementos de uma mesma sociedade forem estimados como cidadãos capazes de participar dos procedimentos deliberativos com paridade de direitos.⁶⁸

A noção abrangente de justiça como equidade gira em torno do acordo fundamental que seria salvaguardado pelos princípios de justiça que estabelecem a estrutura central da sociedade.⁶⁹ Para realizar com sucesso esta tarefa, seria decisivo estabelecer uma base justa para a colaboração, guiada pelo princípio da justiça imparcial. Nesse contexto, o objetivo final da justiça é promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva que englobe limites adequados para que várias formações sociais reconheçam os seus direitos e se envolvam numa distribuição justa dos benefícios resultantes da cooperação mútua. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 25, reconhece o acesso a uma alimentação salutar como um direito fundamental. Garante a todo o ser humano o direito a um estilo de vida que assegure o bem-estar e a saúde, os seus e da sua família, abrangendo nutrição, vestuário, habitação, saúde, serviços sociais essenciais e segurança em situações como desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou circunstâncias imprevistas que resultem na perda de meios de subsistência fora do seu controle.⁷⁰

⁶⁵ Cf. Giselli Caetano dos Santos e Ana Cristina Brito Arcoverde, “Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil”, acessado a 10 de fevereiro de 2022, http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SO_CIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf

⁶⁶ Cf. Crespo, «A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional».

⁶⁷ Cf. Deepa Narayan, et al., *Voices of the poor: Crying out for change* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000), 79-86.

⁶⁸ Cf. John Rawls, *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 2000), 153-156.

⁶⁹ Cf. Rawls, *Uma teoria da justiça*, 201-203.

⁷⁰ Cf. ONU, «Declaração Universal dos Direitos Humanos», acessado a 10 de setembro de 2021, <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>.

Com base nos dados do Banco Mundial, estima-se que uma parcela significativa dos alimentos produzidos para consumo humano vai para o lixo. Isso equivale a cerca de 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos descartados a cada ano, o que representa cerca de um quarto a um terço do total de alimentos produzidos. Os alimentos desperdiçados variam, abarcando 30% de cereais, 40% a 50% de raízes, frutas, legumes e oleaginosas, 20% de carne e produtos lácteos e 35% de peixes.⁷¹ Além das implicações óbvias para a segurança alimentar, a questão do desperdício de alimentos também tem profundas consequências económicas. Esgota recursos valiosos, incluindo o trabalho humano e insumos naturais, particularmente em regiões onde a pobreza é predominante. Os esforços para combater o desperdício de alimentos são, portanto, cruciais não apenas para combater a fome, mas também para promover o desenvolvimento económico sustentável.

Conforme relatado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), esses casos de privação sucedem no decurso de todas as etapas do processo de produção de alimentos. Cerca de 28% dessas instâncias são atribuídas ao desperdício do próprio consumidor, enquanto outros 28% são atribuíveis a falhas no modelo de produção. Outros 17% das privações ocorrem durante a fase de venda e distribuição, com 22% durante o manuseio e armazenamento. Os restantes 6% dos casos decorrem de métodos inadequados de processamento de alimentos.⁷² Há, igualmente, que se considerar que os alimentos considerados impróprios para venda geralmente contêm elementos nutricionais vitais e ainda podem ser utilizados para consumo humano. Por outro lado, impõe-nos a incómoda reflexão ao questionar até que ponto se deve responsabilizar exclusivamente o poder público pela má gestão da riqueza pública e qual a real dimensão da falta de empenho do cidadão comum em contribuir para a solução de problemas que afetam toda a comunidade da qual ele próprio faz parte, como é o caso da privação de alimentos para um enorme contingente de pessoas que vive nas periferias daqueles que descartam alimentos no lixo. Desta forma, é importante pensar qual o fragmento de compromisso que compete a cada um de nós pela conservação e coabitação com seres humanos que aguentam a fome num plano crónico.

O direito à alimentação é, de entre a generalidade dos direitos incluídos no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) da ONU, o mais

⁷¹ Cf. The World Bank, «Food Price Watch: Prices decline at a slower pace; focus on food loss and waste», acessado a 07 de março de 2022, <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/publication/food-price-watch-february-2014>.

⁷² Cf. FAO, «Pérdidas y desperdicios de alimentos en América Latina y el Caribe», acessado a 02 de janeiro de 2022, <https://www.fao.org/3/i3942s/i3942s.pdf>.

incumprido.⁷³ A FAO considera que, dos 7 mil milhões de habitantes do planeta, quase mil milhões sofrem de fome crónica. O estrago apresentado pela fome não é somente corpóreo, podendo transbordar para problemas neurológicos irreversíveis, sendo acompanhados de perturbações nos âmbitos cognitivos e sensoriais. Desanimado física e mentalmente, o ser humano subalimentado apresenta-se como desprotegido e vê afetadas as suas funções essenciais e capacidades para efetuar um trabalho regular.⁷⁴ Assume-se que a “dor de fome” seja inexplicável aos que dela não sofrem, sendo observada, mas não sentida, estar em estado de fome absoluta significa ser forçado a degradar-se para adquirir o sustento básico, sacrificando a dignidade por comida e vivendo em constante medo da fome, tornando-se efetivamente prisioneiro das garras da fome.⁷⁵

Desde o início da vida de uma criança, a fome causada pela pobreza extrema torna-se uma realidade sombria, condenando-a essencialmente a uma vida de desnutrição crónica e deficiência física e mental, sentenciando, praticamente, esse ser humano à circunstância de subnutrido crónico, deficiente físico e mental, pessoa decididamente carente do desempenho futuro da cidadania.⁷⁶ A desnutrição vivida durante os primeiros anos de vida inflige danos irreversíveis ao desenvolvimento do sistema nervoso central.⁷⁷ Ainda mais alarmante é o facto que muitas dessas crianças já são afetadas por essa condição catastrófica ainda no ventre das suas mães, pois elas próprias já sofrem de desnutrição crónica. Para perceber melhor os malefícios consequentes da má repartição de alimentos no mundo, é essencial distinguir a fome estrutural da fome conjuntural. A fome estrutural é duradoura, aquela que devasta o corpo, a mente e a dignidade do indivíduo, o essencial responsável por forçar um padecimento que será unicamente terminado com o óbito físico daquele ser humano. A fome conjuntural surge esporadicamente como resultado de desastres naturais, como terremotos e inundações, ou no contexto da guerra, que atrapalha o progresso económico das nações afetadas.⁷⁸

Existem três grupos populacionais distintos que são particularmente vulneráveis quando se trata de fome temporária: os que vivem na pobreza nas áreas rurais, os que vivem na pobreza

⁷³ Cf. ONU, «*Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais*», acedido a 09 de novembro de 2021, https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pacto_internacional_sobre_os_direitos_economicos.pdf.

⁷⁴ Cf. ONU, «*Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais*».

⁷⁵ Cf. Flávio Luiz Schieck Valente, «Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos», *Saúde e Sociedade* 12, n.1 (2003): 51-60,

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/?format=pdf&lang=pt>.

⁷⁶ Cf. Eliane Elisa de Sousa e Azevedo, *O direito de vir a ser após o nascimento* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000), 50-58.

⁷⁷ Cf. Jean Ziegler, *Destruição em massa: geopolítica da fome* (São Paulo: Cortez, 2013), 32-33.

⁷⁸ Cf. Ziegler, *Destruição em massa*, 43-48.

nas áreas urbanas e os afetados por desastres ambientais. Cerca de 900 milhões de indivíduos residentes em regiões rurais vivem em situação de pobreza absoluta, enquanto a população pobre urbana é de cerca de 300 milhões.⁷⁹ Os pobres urbanos, que lutam para sobreviver com recursos financeiros limitados, muitas vezes estão nas periferias das grandes cidades e são privados até mesmo dos serviços mais básicos de saneamento urbano. Constituem o segmento marginalizado da sociedade, sem as condições mínimas necessárias para uma existência humana digna. Segundo estatísticas fornecidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef),⁸⁰ um terço da população mundial é incapaz de realizar o seu potencial físico e intelectual devido à escassez de alimentos, sofrendo posteriormente de várias doenças associadas ao sistema imunológico enfraquecido. Indivíduos que constantemente carecem de acesso a alimentos para as suas necessidades biológicas básicas geralmente experimentam um declínio na dignidade pessoal e uma diminuição na autoestima.

3. Notas de esperança para uma sociedade justa e solidária

Num mundo frequentemente marcado por desafios e desigualdades, as 'Notas de Esperança' ressoam como melodias suaves e inspiradoras que ecoam através do caos. São mais do que meras palavras ou conceitos abstratos; são manifestações tangíveis de otimismo, são como acordes suaves de música, recordando-nos de que, apesar das adversidades que enfrentamos, ainda há razões para acreditar num amanhã melhor. A esperança ecoa quando vemos atos de bondade, compaixão e empatia, quebrando as barreiras da desigualdade e promovendo a equidade.

3.1. O outro somos nós – Ser pão para os outros

“Quem come deste pão viverá eternamente” (Jo 6,51)

A marca de uma sociedade que defende a justiça e a solidariedade é a sua adesão aos princípios de igualdade, imparcialidade e ligação comunitária. Dentro de tal sociedade, os indivíduos são estimados e respeitados, e todos têm acesso equitativo a oportunidades e

⁷⁹ Cf. ONU, «*Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais*».

⁸⁰ Cf. Fundo das Nações Unidas Para a Infância, *Situação mundial da infância 2006: excluídas e invisíveis* (Nova Iorque: Unicef, 2006), 22-25.

recursos. Os valores de empatia e benevolência são valorizados, fomentando uma cultura de entreajuda e elevação. Esta visão de uma sociedade justa e compassiva reconhece a interligação de todos os indivíduos e cultiva um espírito de unidade e responsabilidade coletiva.

Na busca de uma sociedade justa e solidária, é decisivo promover um senso de comunidade e compaixão. O papel da sociedade civil não pode ser exagerado nesse esforço, pois serve como um estímulo para fortalecer a unidade e defender a justiça social. Além disso, as empresas podem contribuir para o avanço de uma sociedade justa e coesa através de iniciativas relacionadas à responsabilidade social corporativa. Também, ao inculcar os valores de empatia e apoio nas crianças desde tenra idade, podemos fazer contribuições significativas para melhorar a qualidade de vida nas nossas comunidades. Esses esforços coletivos são fundamentais para cultivar uma sociedade onde os indivíduos se envolvem ativamente na promoção do bem-estar dos outros.

A responsabilidade de estabelecer uma sociedade equitativa e unida recai não só sobre os indivíduos, mas também sobre os órgãos de governo e instituições. O direito à educação é um direito humano fundamental que serve de base para sociedades mais igualitárias.⁸¹ Além disso, o avanço do crescimento económico e a mitigação das disparidades são vitais no estabelecimento de uma sociedade mais justa e solidária. Este empreendimento é um empreendimento coletivo que necessita da colaboração e cooperação de várias partes interessadas, que incluem indivíduos, organizações e órgãos governamentais. Trabalhando em uníssono, será possível construir uma sociedade em que a justiça, a compaixão e a solidariedade sirvam como princípios orientadores. Em resumo, a visão de uma sociedade justa e acolhedora é aquela que se esforça para promover a prosperidade mútua e o bem-estar para todos.

A base de uma sociedade justa e empática está no princípio: "O Outro somos Nós". Para apreender esse conceito, é necessário reconhecer a importância de perceber o outro como um indivíduo, semelhante a nós mesmos, com os seus próprios encontros, sentimentos e necessidades. Ao abraçar esse reconhecimento, podemos dismantlar a noção de que o outro é perpétua e exclusivamente o outro e começar a perceber neles um reflexo da nossa própria essência divina (Cf. CV 11).

Abraçar a diversidade dentro da nossa comunidade humana é determinante para promover uma sociedade que promova a inclusão. Que estabeleçamos vínculos e nos aceitemos como somos, demonstrando respeito e amor. A educação desempenha um papel fundamental

⁸¹ Lia Diskin e Laura Gorresio Roizman, *Paz, como se faz? Semeando cultura de paz nas escolas* (São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021), XII, acessado a 02 de janeiro de 2022, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379604>.

nesse esforço, não apenas na transmissão de normas sociais, mas também no cultivo da empatia e incentivo ao reconhecimento dos outros como espelhos de nós mesmos. Essa abordagem possibilita a construção de uma sociedade mais igualitária, onde a diversidade é valorizada e a inclusão torna-se alcançável.

"Ser pão para os outros" destaca a importância da abnegação e do serviço ao próximo na construção de uma sociedade justa e solidária. Essa noção incita os indivíduos a imitar o papel do pão, oferecendo nutrição, apoio e cuidado aos que os rodeiam. Implica doar-se e espalhar o amor aos mais vulneráveis. Abraçar e compreender esse conceito é essencial para cultivar uma sociedade que valoriza a compaixão, a empatia e a solidariedade.

Estabelecer uma sociedade justa e equitativa depende fortemente do conceito de altruísmo. Quando os indivíduos priorizam conscientemente o bem-estar e as necessidades dos outros sobre os seus próprios, contribuem ativamente para o desenvolvimento de uma sociedade caracterizada pela compaixão e justiça, atos de abnegação e serviço têm o potencial de derrubar barreiras e promover a causa da justiça social. Ao demonstrar cuidado e preocupação com os outros sem esperar nada em troca, os indivíduos que personificam o altruísmo desempenham um papel vital na criação de uma sociedade harmoniosa baseada em princípios de justiça. Os valores de empatia, compaixão e altruísmo são de extrema importância na promoção de uma sociedade que coloca o bem comum em primeiro plano e se esforça para elevar todos os membros.

São inúmeras as instâncias de indivíduos e organizações que incorporam nas suas ações o conceito de "ser pão para os outros". Esses indivíduos e organizações dedicam generosamente o seu tempo, recursos e energia para ajudar os necessitados e efetuar mudanças positivas na sociedade. As suas ações servem como fonte de inspiração e otimismo, mostrando a possibilidade de uma sociedade melhor, pois através dos seus atos de benevolência contribuem para a sustentabilidade de uma sociedade generosa e igualitária. A sua dedicação à construção de uma sociedade justa e compassiva fundada no valor inerente de cada ser humano é louvável. É, portanto, através dos seus esforços coletivos que os princípios de "ser pão para os outros" podem ser atualizados, levando a uma sociedade que valoriza e eleva cada indivíduo.

3.2. Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome

A UNICEF – Fundo da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Infância – é um organismo que trabalha em 158 países e dedica-se à promoção dos direitos das crianças e dos jovens, pretendendo dar resposta às suas carências básicas e colaborar para o seu pleno

desenvolvimento. A sua existência surge, inicialmente, da designação de “Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças”, sendo que a UNICEF foi criada em dezembro de 1946 para coadjuvar as crianças europeias, no rescaldo da II Guerra Mundial. Em 1953, tornou-se uma agência permanente da ONU, tendo a sua denominação sido alterada para “Fundo das Nações Unidas para a Infância”. No entanto, a sigla UNICEF, que se tornou conhecida em todo o mundo, permaneceu.

No que toca às suas áreas de atuação, mais de metade dos recursos da UNICEF reserva-se a campanhas de vacinação infantil, cuidados de saúde materno-infantil, nutrição, acesso à água potável e saneamento básico. Esta agência da ONU centra ainda os seus esforços na prevenção da transmissão do HIV de mãe para filho. Para diminuir este flagelo, disponibiliza tratamento pediátrico, previne a infeção entre os jovens e protege as crianças órfãs e vulneráveis devido à SIDA.⁸²

Outra instituição de importância é a CARE, que está presente em 94 países e tem por incumbência salvar vidas, diminuir a pobreza e conseguir a equidade social. O seu foco são as meninas e as mulheres, e a principal razão para se centrar neste espetro social é porque estes grupos são os primordiais rostos da pobreza nas sociedades mais pobres do mundo. Além disso, as quase sete décadas de experimentação da CARE apresentam uma capacitação da população feminina como a chave para famílias inteiras deixarem uma situação de pobreza extrema. O seu aparecimento deu-se nos Estados Unidos em 1945, através da junção de 22 organizações norte-americanas que se movimentaram para amparar os sobreviventes da II Guerra Mundial, através do envio de *Care Packages*, que incluíam comidas e outros bens essenciais. Atualmente, a CARE assume-se como uma confederação global composta por 14 estruturas, que se encontra entre as primordiais organizações deste género a retornar ao terreno em situações de perturbação humanitária. Durante uma disposição de emergência, a estrutura humanitária sacia as carências imediatas das pessoas afetadas, provendo comida, abrigo, água potável e produtos de higiene. Através dos seus desígnios de ocorrência, a CARE presta auxílio anualmente a 12 milhões de pessoas. Além disso, auxilia pessoas, famílias e coletividades a produzirem as suas vidas após uma crise humanitária. A estrutura prepara-as ainda para trabalhar com cataclismos futuros, de modo a amenizar o seu impacto. No seu trabalho com raparigas, a CARE fabrica escolas e assegura o seu direito à educação, fortalecendo também ações para obstruir os casamentos infantis, anteriores aos 18 anos, mas também os casamentos forçados.⁸³

⁸² Cf. UNICEF para todas as crianças, acessado a 15 de abril de 2022, <https://www.unicef.pt/?altTemplate=StartView>.

⁸³ Cf. CARE, acessado a 16 de abril de 2022, <https://www.care-international.org/>.

Outra das instituições de relevo é a *Save The Children*, Organização Não Governamental (ONG), cujo objetivo é proteger os direitos das crianças e trabalhar em conjunto para concretizar todo o seu potencial. O seu surgimento deu-se em 1919, em Londres, com a deliberação de auxiliar as crianças nas áreas arruinadas pela I Guerra Mundial. Atualmente encontra-se presente em 120 países, do Ruanda ao Bangladesh, da Serra Leoa ao Iraque. As suas áreas de atuação principal correspondem a situações de urgência despoletadas por cataclismos naturais, fome, conflitos bélicos ou surtos de doença, amparando e protegendo as crianças. Tem, de igual forma, outra das preferências de atuação na educação. A *Save The Children* patrocina projetos de educação para crianças, tanto nas escolas como em casa, também partilha livros e brinquedos educativos. Os cuidados de saúde compõem, da mesma forma, uma área de atuação prioritária para a ONG. De acordo com este organismo, 5,9 milhões de crianças perecem anualmente como vítimas de doenças que podem ser evitadas. Esta organização está ainda dedicada na luta contra a pobreza infantil, uma barreira ao desenvolvimento pleno das crianças. Como a pobreza está indissociavelmente relacionada à fome, a organização também atua para diminuir a subnutrição nas regiões mais pobres do Mundo. Para esse efeito, tem projetos focados para a melhoria do acesso aos alimentos, das práticas agrícolas e das finanças familiares. O propósito é coadjuvar os pais a abastecerem as necessidades básicas dos seus filhos.⁸⁴

Em termos nacionais, surge a AMI (Assistência Médica Internacional), ONG de ajuda humanitária portuguesa que tem como desígnio principal a luta contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as conclusões da guerra em qualquer geografia do Mundo. No plano internacional, a AMI assenta no progresso de três grandes intervenções:

- Missões de Emergência;
- Missões de Progresso com grupos expatriados;
- Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais (PIPOL).

A AMI foi fundada em 1984 pelo médico-cirurgião português Fernando Nobre. Assume-se como uma organização humanitária inovadora em Portugal vocacionada para missões internacionais e, desde 1987, esta organização já concretizou missões em 79 países, tendo enviado centenas de voluntários e toneladas de ajuda. As suas principais áreas de atuação são a água e o saneamento, alimentação e nutrição, ambiente, educação e formação, inclusão social, luta contra a pobreza e saúde. Um dos paradigmas mais óbvios da sua intervenção na área da alimentação e nutrição é um projeto expandido na Colômbia, num bairro da cidade de

⁸⁴ Cf. Save the Children, acedido a 23 de abril de 2022, <https://www.savethechildren.org/>.

Cartagena das Índias, onde existem muitos deslocados. A missão visa calcular o estado nutricional das pessoas que aí se deparam, fortalecer ações de geração e capacitação agrícola, concretizar campanhas de saúde e consentir o acesso à saúde da segurança social. Na mesma área, em Lisboa, a AMI concede amparo domiciliário, saciando carências básicas de pessoas que se deparam em situação de isolamento e impossibilitadas de se deslocarem.⁸⁵

Finalmente, uma das organizações fundamentais é a Médicos sem Fronteiras (MSF), cujo objetivo é oferecer ajuda médica e humanitária a multidões afetadas por antagonismos armados, epidemias, catástrofes naturais e sem terem direito a mecanismos de saúde, seja qual for a localidade do globo, assumindo-se, desta forma, a principal tarefa dos MSF, a suma ONG de auxílio humanitária a nível global, isto no campo da saúde. Esta estrutura tem, igualmente, como propósito, chamar a atenção para situações de violação dos direitos humanos mais elementares. A sua prática de coadjuvação humanitária civil e autónoma das influências políticas, valeu-lhe o Prémio Nobel da Paz, em 1999.

Esta estrutura organizativa foi criada em 1971, na França, através da vontade de médicos jovens e jornalistas que laboraram como voluntariosos, ao longo dos anos 60 do século passado, sobretudo no palco do conflito militar do Biafra, na Nigéria. A missão primária desta organização foi em Manágua, capital da Nicarágua, em 1972, após a destruição provocada por um terramoto e a conseqüente destruição de grande parte da cidade e da morte de entre 10 000 e 30 000 pessoas.

Em tempos contemporâneos, os MSF fortalecem projetos em 71 países, circundando milhares de profissionais que vão desde a área da saúde até à gestão e logística. A atuação da organização é fundamentalmente médica. Os MSF fornecem cuidados de saúde básicos, realizam cirurgias, lutam contra epidemias, administram hospitais e clínicas e realizam campanhas de vacinação. As suas atividades compreendem ainda o auxílio a pessoas feridas e o provimento de ajuda humanitária. Sempre que indispensável, criam sistemas de saneamento e fornecem água potável, entre outras práticas.⁸⁶

Os esforços coletivos destas e de outras organizações são essenciais para melhorar o acesso a alimentos nutritivos, desenvolver a resiliência da comunidade e alcançar a segurança alimentar em todo o mundo. Estas instituições, com os seus programas feitos com caráter de emergência e iniciativas de desenvolvimento sustentável, desempenham papéis

⁸⁵ Cf. AMI-Assistência Médica Internacional, acedido a 16 de abril de 2022, <https://ami.org.pt/>.

⁸⁶ Médicos sem Fronteiras, acedido a 29 de março de 2022, <https://msf.org.pt/>.

complementares no combate à fome e à insegurança alimentar. São sinais vivos de alento e esperança.

3.3. *Viver a esperança*

O afastamento e o encerramento em nós mesmos ou nos exclusivos benefícios nunca serão o caminho para tornar a dar a expectativa e concretizar uma modernização, mas é a contiguidade, a cultura do agrupamento, sendo a proximidade o caminho.

Mesmo com aquelas sombras espessas que não se devem desconhecer, deve-se dar palco vocal a algumas esperanças. Com efeito, Deus continua a espalhar sementes de bem na humanidade. A pandemia da COVID-19 permitiu readquirir e considerar tantos discípulos e parceiras de viagem que, entre o medo, resistiram dando vida.

A aptidão de reconhecimento das nossas vidas são entrelaçadas e suportadas por pessoas análogas que, sem dúvida, compuseram os acontecimentos determinantes da história compartilhada, seja na figura dos médicos, dos enfermeiros e enfermeiras, dos farmacêuticos, dos funcionários dos supermercados, do pessoal de limpeza, dos cuidadores, dos transportadores, dos homens e mulheres que trabalharam para prover obrigações fundamentais e de segurança, voluntários, clérigos, religiosos, todos estes levaram à conclusão que ninguém se salva isolado e que só é possível através da vida em esperança.⁸⁷ É a esperança que:

nos fala duma realidade que está enraizada no mais fundo do ser humano, independentemente das circunstâncias concretas e dos condicionamentos históricos em que vive. Fala-nos duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor. [...] A esperança é ousada, sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para se abrir aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna.⁸⁸

A crença de cada indivíduo na sua capacidade de contribuir para o bem comum é moldada pela esperança. Isto recorda que, apesar dos desafios aparentemente intransponíveis, cada um possui habilidades, talentos e potencial que podem ser usados para construir uma

⁸⁷ Cf. Papa Francisco, «Momento Extraordinário De Oração Em Tempo De Epidemia Presidido Pelo Papa Francisco Adro da Basílica de São Pedro», 2020, acessado a 06 de junho de 2020, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2020/documents/papa-francesco_20200327_omelia-epidemia.html.

⁸⁸ Papa Francisco, «Saudação Do Santo Padre Aos Jovens Do Centro Cultural Padre Félix Varela Havana Domingo», 2015, acessado a 02 de fevereiro de 2020, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150920_cuba-giovani.html.

comunidade justa e solidária. Ao reconhecer que cada indivíduo possui conhecimentos, habilidades e perspectivas únicas, abraçamos a diversidade de ideias e experiências porque acreditamos que todos têm capacidade de contribuir e que juntos, por meio da colaboração e do esforço conjunto, podemos enfrentar os problemas coletivos. Esta crença coletiva no poder do conhecimento e das habilidades compartilhadas alimenta a esperança e leva a um objetivo comum.

Na percepção da força do poder coletivo reside a compreensão de que os esforços individuais se acumulam e aumentam, resultando num impacto significativo que vai para além da nossa capacidade solitária. A chama da esperança motiva a colaborar, ajusta as habilidades, recursos e determinação para enfrentar os obstáculos sociais, financeiros e ecológicos. Na nossa cultura, a esperança é a força motriz que ajuda a vencer o individualismo dominante e a competição acirrada, o que capacita a ver o bem comum como um objetivo coletivo, onde a realização de um não exige o fracasso do outro. Em vez disso, acreditamos que, unidos, podemos construir uma sociedade justa e solidária, onde o progresso e a abundância sejam alcançados de forma equitativa.

4. Prática Letiva da Unidade Letiva 3 do 6º Ano: “A Partilha Do Pão”

No âmbito do ensino da Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) do 6º ano, a Unidade Letiva 3, intitulada "A Partilha do Pão", assume um papel de destaque na formação dos alunos. Esta unidade, profundamente enraizada nos valores humanos e religiosos, convida os alunos a explorarem os princípios fundamentais de partilha, solidariedade e fraternidade.

Neste tópico exploraremos em profundidade a prática letiva associada àquela unidade curricular, destacando como ela desempenha um papel fundamental no desenvolvimento moral e ético dos alunos. Serão apresentadas as atividades, estratégias pedagógicas e os objetivos educacionais que estão no centro desta experiência de aprendizagem, que visa não apenas transmitir conhecimento, mas também cultivar a sensibilidade e a consciência social dos estudantes. No final será apresentada a avaliação das aulas lecionadas.

4.1. Breve caracterização da escola e da comunidade educativa

Para elaborar a caracterização da escola e da comunidade educativa foi necessário recorrer ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio.⁸⁹ Em abril de 2013 nasceu o grupo AESAS (Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio), fruto da fusão da Escola Secundária Alberto Sampaio com o já extinto Agrupamento de Escolas de Nogueira.

Espalhadas num raio de cinco quilómetros estão as suas unidades, que se situam na freguesia de Esporões e nas freguesias de Lomar e Arcos, Nogueira, Fraião e Lamações, São José de São Lázaro e São João do Souto, e nas freguesias de Morreira e Trandeiras.

O AESAS é constituído por onze unidades orgânicas, que incluem uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos, uma escola secundária com o 3.º ciclo do ensino básico, quatro escolas básicas do 1.º ciclo com jardim de infância, três jardins de infância e duas escolas básicas do 1.º ciclo. A Escola E.B. 2,3 de Nogueira e a Escola Secundária de Alberto Sampaio albergam cerca de dois terços da sua população estudantil.

Ocasionalmente rural, mas principalmente urbano/ periurbano, é o contexto em que o Agrupamento existe. As unidades educacionais diferem significativamente no seu público e também nos seus ambientes físicos. Certas unidades estão situadas no limite do concelho, onde o terreno já é predominantemente rural, e outras em áreas fortemente urbanas.

Conforme o ciclo de escolaridade, a cobertura do Agrupamento é flutuante, mas abrange um número substancial de crianças e adolescentes residentes no município. Do total de alunos, 91,7% são portugueses, enquanto o Brasil representa 6,1% ou 184 alunos e Angola tem 0,5% ou 14 alunos. Venezuela, Espanha, Itália, Ucrânia, Moçambique e Zâmbia representam 0,2% cada. Quanto ao resto dos estudantes diurnos com percentagens mais baixas, são oriundos de uma vasta gama de países, incluindo os Estados Unidos da América, Turquia, Lituânia, França, Mónaco, Paquistão, Suíça, África do Sul, Roménia, Porto Rico, Suriname e Turcomenistão. Nas aulas noturnas do ensino secundário, existem cursos de português disponíveis para estrangeiros, que reúnem um corpo discente diversificado de trinta e oito nacionalidades, sendo muitos alunos oriundos de países fora da Europa. Quanto ao género, 50,8% são do sexo feminino e 49,2% do sexo masculino, com exceção dos cursos profissionais, onde 30,37% são do sexo feminino e 69,63% do sexo masculino.

Realçamos que, no âmbito da legislação em vigor, a oferta educativa por parte do Agrupamento contempla os Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em que uma

⁸⁹ Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, *Projeto Educativo 2016-2018*, 3-16.

Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Aluno garante a inclusão educativa e social, o acesso ao sucesso educativo, à autonomia, à estabilidade emocional, à preparação para o prosseguimento dos estudos ou para uma adequada transição da escola para a vida profissional das crianças e dos jovens. O número de alunos assinalados com NEE no AESAS é de 54, ou 1,7% do total de alunos.

4.2. Caracterização da turma

A Prática de Ensino Supervisionada realizou-se entre 10/05/2021 e 21/06/2021 na Escola E.B. 2,3 de Nogueira, pertencente ao Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio em Braga. Previamente à primeira aula lecionada por mim, assisti a quatro aulas da professora cooperante. Foi atribuída a turma do 6B, constituída por vinte e um alunos, dez raparigas e onze rapazes, com idades compreendidas entre os onze e os quinze anos. No que se refere à nacionalidade, apenas dois alunos não têm nacionalidade portuguesa, sendo oriundos do Brasil. Compõem a turma dois meninos de etnia cigana, que não se encontram inscritos na disciplina de EMRC e também se encontram em situação de abandono escolar, apesar de todos os esforços envidados. No que concerne aos serviços de ação social escolar (ASE), sete alunos são abrangidos pela medida, dois alunos no escalão A, quatro no B e um, no escalão C. A turma insere-se no padrão normal e considerado adequado para a faixa etária em que se encontra, revelando-se interessada e participativa nas atividades propostas. Destacam-se alguns alunos pela qualidade da sua participação e trabalho desenvolvido. De um modo global, os alunos revelam interesse pelo diálogo, análise e debate sobre os assuntos relativos aos conteúdos programáticos das disciplinas, assim como pelas atividades desenvolvidas. São alunos com curiosidade pelo saber e com espírito crítico. De referir alguns alunos com dificuldades de atenção e concentração. Na avaliação global dos alunos, o aproveitamento e comportamento foram considerados bastante satisfatórios.

4.3. Proposta de planificação da Unidade Letiva 3 do 6º ano de escolaridade – “A Partilha do Pão”

A planificação das aulas é um elemento essencial no processo ensino-aprendizagem, representa a base sólida sobre a qual o professor constrói as suas atividades de ensino, e a sua importância é visível em todos os níveis de ensino. Permite que o professor organize o conteúdo de maneira lógica e estruturada, pois uma aula bem planificada segue uma linha de raciocínio clara, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e eficaz. Efetivamente, planificar é

«o instrumento de trabalho mais essencial do professor, o instrumento através do qual este toma as decisões que lhe cabem, adapta a leção aos alunos que tem na frente, previne as interrupções e tenta manter-se em controlo do que se passará na sala de aula».⁹⁰ Com a planificação o professor economiza tempo durante a aula, pois terá a oportunidade de se concentrar em interações significativas com os alunos, em vez de gastar tempo a elaborar material ou estratégias a utilizar e também reduz o stress associado a improvisações de última hora.⁹¹

A planificação permite ao professor adaptar as suas aulas conformes necessidades dos alunos, identificar objetivos específicos, estratégias de ensino e materiais adequados para atender a um grupo particular, levando a um ensino mais personalizado, que aborda as habilidades e interesses individuais dos alunos. Através de uma boa planificação, o professor pode integrar atividades de avaliação formativa nas aulas, o que ajuda a medir o progresso dos alunos e a identificar as áreas que precisam de reforço.

Assim, a planificação das aulas desempenha um papel crucial no processo ensino-aprendizagem. É uma ferramenta indispensável que permite ao professor criar ambientes de aprendizagem eficazes, personalizados e envolventes. Ao investir tempo e esforço na boa preparação das aulas, o professor contribui significativamente para o desenvolvimento escolar e pessoal dos alunos.

A planificação da UL 3 do 6º ano teve presente o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, principalmente no que respeita aos objetivos e conteúdos (sempre adaptados à turma e aos alunos),⁹² as Aprendizagens Essenciais (AE), em articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO),⁹³ e o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio.⁹⁴

O programa de EMRC está estruturado em UL distintas que correspondem a diferentes níveis de ensino. As Aprendizagens Essenciais são parte integrante de cada UL e constituem a

⁹⁰ Cristina Sá Carvalho, “Pressupostos Epistemológicos e Pedagógicos No Desenvolvimento Curricular Em Educação Moral e Religiosa Católica, Edição 2014”, *Pastoral Catequética* 31/32, 2015, 38.

⁹¹ Cf. José Augusto Pacheco, *Currículo: Teoria e Práxis*, 2ª edição (Porto: Porto Editora, 2001), 104.

⁹² Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 68-69.

⁹³ Direção-Geral de Educação, “Aprendizagens Essenciais”, acessado a 08 de fevereiro de 2021, <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.

⁹⁴ Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Projeto Educativo 2016-2018, acessado a 10 de maio de 2021, https://aesas.pt/wp-content/uploads/2021/11/PE_AESAS_2016_2018.pdf.

base dos objetivos programáticos da unidade. Estes objetivos servem como meio de implementação dos conteúdos da Unidade Letiva.⁹⁵

Os objetivos programáticos da Unidade Letiva “A partilha do Pão” são:⁹⁶

- Descobrir a dimensão simbólica da refeição.
- Reconhecer situações sociais nas quais esteja patente a injusta distribuição dos bens.
- Identificar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome.
- Reconhecer o valor da solidariedade.
- Reconhecer nos relatos da Última Ceia o seu significado essencial para a mensagem cristã.
- Tomar consciência de que a partilha dos bens supõe a partilha de si.
- Valorizar a atitude de voluntariado.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das dez Áreas de Competências do Perfil dos Alunos (ACPA)⁹⁷ delineadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória:

- (A) Linguagens e textos
- (B) Informação e comunicação
- (C) Raciocínio e resolução de problemas
- (D) Pensamento crítico e pensamento criativo
- (E) Relacionamento interpessoal
- (F) Desenvolvimento pessoal e autonomia
- (G) Bem-estar, saúde e ambiente
- (H) Sensibilidade estética e artística
- (I) Saber científico, técnico e tecnológico

⁹⁵ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 8-10.

⁹⁶ Secretariado Nacional da Educação Cristã, 68.

⁹⁷ Direção-Geral de Educação, “Aprendizagens Essenciais”.

- (J) Consciência e domínio do corpo

E sendo estas a base de referência para a aprendizagem de todos os alunos, temos as Aprendizagens Essenciais para a UL 3 “A Patilha do Pão” do 6º ano:

- Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens (CN, Port, ET, CD).
- Compreender a dimensão simbólica da refeição (CN, Port, CD).
- Explicar o significado dos relatos da Última Ceia (Port, EV).
- Caracterizar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome (Port, CD, Ing).
- Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si (Port, CD).
- Assumir a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade (Port, CD, EV, ET).

Apresenta-se de seguida a proposta de planificação da Unidade Letiva 3, “A partilha do pão”, do 6º ano de escolaridade do programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Em cada aula será disponibilizado e explicado o conjunto de estratégias a utilizar conjuntamente com a grelha da planificação, com a representação dos domínios, aprendizagens essenciais, conteúdos, estratégias de ensino orientadas para o perfil dos alunos, os descritores do perfil do aluno, os recursos, o tempo previsto e a avaliação formativa.

4.3.1. Aula 1 – A dimensão cultural da refeição e a refeição como património cultural

A primeira aula desta Unidade Letiva teve como Aprendizagem Essencial compreender a dimensão cultural da alimentação e a importância da refeição enquanto património cultural, abordados a partir do Domínio da ética e da moral.

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: Após o acolhimento e saudação aos alunos, foi feita a apresentação da professora e dos alunos, dado que já havia decorrido algum tempo desde o último encontro. Seguidamente foi registado no quadro o sumário da aula e lido em voz alta. Por forma a tornar mais dinâmica a transmissão dos conteúdos desta aula foi apresentado um *PowerPoint* dinâmico com imagens sugestivas (Cf. Anexo I).

Chuva de ideias sobre a importância da alimentação: Após uma breve introdução à Unidade Letiva a professora promoveu uma chuva de ideias sobre a importância da

alimentação, registando as respostas dos alunos no quadro. Com esta dinâmica pretendeu-se que os alunos se motivassem para o tema e, em simultâneo, foi uma forma de a professora ficar ciente do que sabiam os alunos sobre o tema. A professora resumiu o que foi dito pelos alunos e acrescentou informação sobre a relevância de se obter uma alimentação de qualidade para promover a saúde física e mental. Na imagem apresentada os alunos visualizam como a alimentação deve ser variada, equilibrada e completa. Após a explicação, e a apresentação do diapositivo com três imagens relativas à alimentação, estabeleceu-se um diálogo vertical e horizontal, onde os alunos colocam algumas dúvidas e também têm a oportunidade de partilhar os hábitos alimentares das suas famílias.

Diálogo vertical sobre “A passagem do nomadismo ao sedentarismo e a alteração da alimentação humana”: De seguida a professora explicou como a passagem do nomadismo ao sedentarismo alterou a alimentação humana, com ênfase no facto de que a transformação dos alimentos é especificamente humana e que só aconteceu porque o ser humano, a certa altura na história da evolução, dominou o fogo e tornou-se sedentário.

Dinâmica de apresentação de pratos típicos de diferentes países: A professora apresentou diversas imagens de pratos típicos de diferentes países onde os alunos foram convidados a adivinhar a que cultura ou país pertencem determinados pratos. Cada prato foi apresentado individualmente e, após as respostas dos alunos, o *PowerPoint* mostrou o nome do país e o nome do prato de modo a confirmar se a resposta dada pelos alunos se mostrou correta. Seguidamente, a professora explicou que os nossos hábitos alimentares são expressão de uma herança cultural milenar, fruto do conhecimento acumulado em diferentes culturas. Estes também dependem da localização geográfica e dos bens ali disponíveis. A cozinha portuguesa tem influências mediterrânicas, sobretudo ao nível dos alimentos utilizados e da forma como são preparados. Sofreu influência dos hábitos alimentares romanos, gregos, judeus e árabes. Mais tarde, paralelamente a estas descobertas, a gastronomia portuguesa acolheu novos alimentos, condimentos e formas de os preparar vindos de África, da Índia e das Américas.

Realização de um jogo no *wordwall*: Após a explicação sobre os diferentes pratos típicos de cada país e como os hábitos alimentares são expressão do património cultural, foi proposto aos alunos a realização de um jogo na plataforma *wordwall* (<https://wordwall.net/resource/1518001>), sobre provérbios populares portugueses com o tema da alimentação. Esta atividade foi realizada para enfatizar a importância dada à alimentação pelos portugueses, de tal ordem que esses provérbios já fazem parte da nossa consciência cultural. Utilizou-se a ferramenta *wordwall* para tornar a atividade mais apelativa e motivadora. Joga-se da seguinte forma: a professora apresentou o jogo na plataforma, projetado na sala de

aula, os alunos acederam ao jogo utilizando o telemóvel. Cada provérbio foi apresentado com as palavras trocadas com o objetivo de as ordenar para obter a frase correta, ganhou mais pontos quem conseguiu ordenar a frase num espaço de tempo mais curto. Para finalizar, a professora explicou que a alimentação envolve mais do que simplesmente ingerir alimentos, a experiência da refeição é mais agradável quando a fazemos com companhia, pois possibilita um momento de paragem e confraternização onde se pode conviver e partilhar sobre o nosso dia, o que não correu tão bem assim e aquilo que nos deixou felizes. Se repararmos grandes momentos da vida dos seres humanos são acompanhados por refeições, normalmente bastante especiais: batizados, casamentos, aniversários, comemorações e festas em geral.

Apresentação, visualização e exploração de um vídeo: Para ajudar a compreender melhor a refeição como experiência de encontro, foi apresentado e visualizado o vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=yLsSy64xILI>) “eat together”. Após a apresentação a professora questiona o que mais chamou a atenção aos alunos, provocando um diálogo vertical e horizontal. No final apresenta uma breve conclusão sobre a importância da refeição como experiência de encontro.



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **Unidade Letiva 3: “A Partilha do Pão”**

Aula n.º 1/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 10/05/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento / Sumário SUMÁRIO: Unidade Letiva3: “A Partilha do Pão” A dimensão cultural da alimentação. A importância da refeição.			- Acolhimento aos alunos. - Apresentação da professora e alunos. - Registo do sumário	Sistematizador /organizador (A, B, C, I)	Computador Caderno diário e material de escrita	5'	Assiduidade, pontualidade
Ética e Moral	Compreender a dimensão cultural da alimentação e a importância da refeição	Importância da alimentação no dia a dia.	Após uma breve introdução à Unidade Letiva a professora promove uma chuva de ideias sobre a importância da alimentação, registando as respostas dos alunos no quando. A professora resume o que foi dito pelos alunos e acrescenta informação.	Sistematizador /organizador (A, B, C, D, I)	Quadro, marcadores ou giz e <i>PowerPoint</i> . Computador, projetor e ligação à internet	8'	Participação, atenção, cooperação
		A transformação dos alimentos significa a passagem de um nível mais primitivo para um nível cultural. Do nomadismo à sedentarização.	Explicação pela professora de como a passagem do nomadismo ao sedentarismo alterou a alimentação humana.	Conhecedor/ sabedor/ culto/ informado (A, B, I)	Computador, projetor e ligação à internet: Imagem projetada (<i>PowerPoint</i>)	5'	Atenção, empenho

		A gastronomia como referência cultural	Apresentação de pratos típicos de vários povos/países: os alunos tentam, voluntariamente, adivinhar a que cultura ou país pertencem determinados pratos.	Crítico/Analítico/Culto (A, B, D, H)	Computador, projetor e ligação à internet: Imagem projetada (<i>PowerPoint</i>)	5'	Participação, empenho, cumprimento das regras, respeito pelos colegas e pelo professor
		O conhecimento do povo sobre a importância da alimentação.	Realização de um jogo no <i>wordwall</i> , https://wordwall.net/resource/1518001 , sobre provérbios populares com o tema da alimentação.	Sistematizador / organizador (A, B, C, D,)	Computador, projetor e ligação à internet	7'	Grelha de observação
		A refeição como experiência de encontro.	Apresentação do vídeo https://www.youtube.com/watch?v=yLsSy64xILI ("eat together"). Após a apresentação a professora questiona o que mais chamou a atenção aos alunos, provocando um diálogo vertical e horizontal. No final apresenta uma breve conclusão sobre a importância da refeição como experiência de encontro.	Comunicador (A, B, C, D, E, F)	Computador, projetor e ligação à internet	15'	Participação, empenho, cumprimento das regras, respeito pelos colegas e pelo professor

4.3.2. Aula 2 – O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição

A segunda aula teve como Aprendizagem Essencial compreender a dimensão simbólica da refeição a partir do Domínio da cultura cristã e da visão cristã da vida. Os conteúdos abordados foram o significado simbólico religioso do alimento e da refeição, e apresentação e explicação dos alimentos simbólico-religiosos: o pão, o azeite, o vinho, a água e o cordeiro.

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: A professora cumprimentou os alunos quando entram na sala de aula, perguntou como foi o fim de semana e desejou que esta seja uma semana boa para todos. Esta interação inicial, que se repete nas aulas seguintes, prepara um ambiente de empatia entre os alunos e entre os alunos e a professora. De seguida foi registado no quadro o sumário da aula e lido em voz alta.

Recapitulação da aula anterior: Breve diálogo vertical e horizontal acerca da aula anterior para recordar o tema, atividades e conclusão.

Diálogo vertical sobre o “O significado simbólico religioso do alimento e da refeição”: A professora explicou aos alunos a importância do alimento e da refeição na cultura hebraica, realçando a prática no Antigo Testamento e a novidade introduzida por Jesus: o bem de todas as pessoas é o centro da atenção de Deus. Enquanto se dava esta explicação foi projetada uma imagem de fundo (diapositivo *PowerPoint*), (Cf. Anexo II).

Disponível para os seres vivos, o alimento é uma dádiva de Deus na cultura hebraica que integra elementos essenciais para a sobrevivência. Mas os autores bíblicos do Antigo Testamento acreditavam que nem todos os alimentos eram adequados para consumo humano, normas religiosas regulavam e orientavam a preparação dos alimentos, alguns alimentos deveriam ser ingeridos, outros não. Os fariseus da época de Jesus tinham um rígido código de regras para as refeições, que visava preservar o seu significado espiritual. O normativo legal determinava tanto o que era permitido quanto o que era proibido para consumo humano. Frequentemente em disputa com os fariseus, Jesus aponta o seu foco excessivo nos ritos de purificação, levando-os a esquecer a verdade fundamental: a preocupação primária de Deus é cuidar da humanidade e que cada ser humano tenha acesso à alimentação.

Para concluir a explicação e dar o mote para a atividade seguinte, a professora explicou que para o povo de Deus alguns alimentos apresentam um valor simbólico-religioso peculiar.

***PowerPoint* dinâmico sobre o “O valor simbólico-religioso dos alimentos”** (Cf. Anexo II): Os alimentos apresentados foram o pão, o azeite, o vinho, a água e o cordeiro. Para envolver os alunos e estimular o interesse pelo tema, a professora começou por apresentar

algumas palavras referentes ao alimento, incentivando os alunos a descobrirem a qual alimento nos referimos. Após a identificação do alimento, os alunos foram convidados a partilhar com a professora e com a turma alguns detalhes sobre aquele determinado alimento. Em seguida, a professora explicou o significado simbólico-religioso do alimento. A estratégia referida percorreu os cinco alimentos.

Jogo Kahoot “O significado simbólico- religioso do alimento e da refeição”: Para aferir os conhecimentos adquiridos nesta aula, foi utilizado um jogo do *Kahoot*: <https://create.kahoot.it/details/3cbecc34-07fa-4d2e-8cd8-5ca71e36ceef> composto por 21 questões. Os alunos foram convidados a usar os seus telemóveis (*smartphone*) e, se porventura alguém não tivesse trazido o seu telemóvel, poderia se juntar a outro colega e fazer duplas para jogar. A opção pela utilização do jogo para avaliação de conhecimentos justifica-se pelo entusiasmo gerado nos alunos e, em simultâneo, fornece uma síntese do conhecimento adquirido.



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **Unidade Letiva 3: “A Partilha do Pão”**

Aula n.º 2/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 17/05/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento / Sumário			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário	Sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Computador Caderno diário e material de escrita	5'	Assiduidade e pontualidade
SUMÁRIO: Unidade Letiva3: “A Partilha do Pão” O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição.							
Cultura cristã e visão cristã da vida	Compreender a dimensão simbólica da refeição.	O significado simbólico religioso do alimento e da refeição.	Explicação aos alunos da importância do alimento e da refeição na cultura hebraica, realçando a prática no Antigo Testamento e a novidade introduzida por Jesus: o bem de todas as pessoas é o centro da atenção de Deus. Imagem de fundo projetada (<i>PowerPoint</i>).	Sistematizador/organizador (A, B, I)	Computador, projetor	10'	Grelha de observação direta
		Apresentação e explicação dos alimentos simbólico-religiosos: o pão, o azeite, o vinho, a água e o cordeiro.	Com a utilização do <i>PowerPoint</i> , a professora apresenta inicialmente algumas características dos alimentos, incentivando os alunos a descobrirem a qual alimento nos referimos. Após a identificação do alimento os alunos são	Conhecedor/sabedor/culto/informado/participativo/ (A, B, C, D, I)	Computador, projetor e ligação à internet: Imagem projetada (<i>PowerPoint</i>)	20'	Atenção, participação, empenho, cooperação

			<p>convidados a partilhar com a professora e com a turma algum detalhe sobre esse determinado alimento. De seguida a professora explica o significado simbólico-religioso do alimento. A estratégia referida percorre os cinco alimentos.</p> <p>Jogo <i>Kahoot</i> “O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição” (https://create.kahoot.it/details/3cbecc34-07fa-4d2e-8cd8-5ca71e36ceef) para aferição dos conhecimentos adquiridos sobre a dimensão simbólico-religiosa dos cinco alimentos.</p>	Participativo/ Sistematizador/ (A, B, C, D, F)	Computador, projetor, ligação à internet, smartphone (alunos) com aplicação <i>Kahoot</i>	10'	Avaliação dos conhecimentos transmitidos e adquiridos
--	--	--	--	---	---	-----	---

4.3.3. Aula 3 – A produção e o comércio dos alimentos

A fome e a injusta distribuição dos Bens

Esta aula teve como Aprendizagem Essencial Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens, que se insere no Domínio da Ética e da Moral. Os conteúdos apresentados foram “A produção dos alimentos e o comércio justo”; “A fome, as suas causas: naturais e da responsabilidade humana”; “O desperdício alimentar. A pobreza e a injusta distribuição de bens”.

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: A professora recebeu os alunos, cumprimentou-os e perguntou como correu o fim de semana. De seguida registou o sumário no quadro, lendo-o também em voz alta: “A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta distribuição dos bens.”

Chuva de ideias sobre “O comércio justo”: A professora escreveu no quadro “Comércio justo” e pediu aos alunos que transmitissem o que este nome lhes suscitava, registando no quadro as suas respostas. Após um breve diálogo vertical e horizontal a professora explicou o que é o comércio justo e escreveu no quadro a sua definição: é uma forma de garantir que os produtores recebem uma quantia monetária justa pelo seu trabalho e pelo seu produto. Para aprofundar o tema a professora indicou uma atividade para fazer em casa: pesquisar em www.equacao.org sobre o comércio justo em Portugal. Na próxima aula os alunos deverão partilhar o que lhes chamou mais a atenção na pesquisa efetuada. De seguida a professora explicou que, apesar de a produção de alimentos ser suficiente para todos os seres humanos, ainda há muitas pessoas que não têm acesso a todos os bens alimentares, o que faz com que a fome ainda impere em muitas áreas do globo.

Atividade com o *Edpuzzle* sobre a fome e o desperdício alimentar: Foi apresentado o vídeo “Fome e suas causas, desperdício alimentar” através do *Edpuzzle* <https://edpuzzle.com/media/60a817f486fc49413c810b50>. Ao longo do vídeo foram feitas cinco questões para reforçar mensagens importantes. Dependendo do desempenho da turma, poder-se-ia parar por mais ou menos tempo em cada questão, ou então no final da visualização do vídeo a professora suscitaria a participação dos alunos sobre o que acabámos de visualizar.

De seguida a professora explicou que, apesar destas dificuldades, há esperança, porque várias pessoas organizam-se com o objetivo de lutar contra a fome e ajudar quem mais precisa, são as instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome. Para conhecer estas instituições foi proposto um trabalho de grupo a ser realizado durante a semana sobre a FAO -

Food and Agriculture Organization, O Banco Alimentar Contra a Fome, *Reefood*, Conferências Vicentinas e Florinhas do Vouga. Serão cinco grupos de trabalho: quatro grupos de quatro alunos e um grupo de três alunos ($4+4+4+4+3=19$). O trabalho de grupo ficou para ser apresentado na próxima aula. A professora explicou que poderão usar os meios que acharem mais convenientes (*PowerPoint*, texto, imagem, entre outros) e que o trabalho final de cada grupo deverá ser enviado para o *email* da professora. Para ajudar, foi colocado na *classroom* da turma um documento com informação esquematizada para a realização do trabalho (Cf. Anexo III).

Jogo no *Kahoot* “A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta distribuição dos bens.”: para aferir os conhecimentos adquiridos nesta aula foi disponibilizado um jogo no *Kahoot*, <https://create.kahoot.it/details/0bc2c1c2-b99b-4c59-bced-b0875cdfc1e4> .



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **Unidade Letiva 3: “A Partilha do Pão”**

Aula n.º 3/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 24/05/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento / Sumário			Acolhimento aos alunos. Registo do sumário	Sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Computador Caderno diário e material de escrita	5'	Assiduidade e pontualidade
SUMÁRIO: A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta distribuição dos bens							
Ética e Moral	Identificar situações de fragilidade e ameaça à justa distribuição de bens	A produção dos alimentos e o comércio justo.	Chuva de ideias sobre o comércio justo. Após a explicação do que é o comércio justo a professora apresenta no quadro/projeção a definição de comércio justo e pede aos alunos que a escrevam no caderno. A professora indica uma atividade para fazer em casa: pesquisar em www.equacao.org sobre o comércio justo em Portugal. Na próxima aula os alunos deverão partilhar o que lhes chamou mais a atenção na pesquisa efetuada.	Sistematizador/ organizador ((A, B, C, D, I,))	Quadro, marcador/giz, computador	5'	Grelha de observação direta
			Apresentação do vídeo “Fome e suas causas, desperdício alimentar” através do <i>edpuzzle</i> . Ao longo do vídeo são	Conhecedor/ sabedor/culto/ informado/	Computador, projetor e ligação à internet	15'	Atenção, participação, empenho, cooperação

		<p>A fome, as suas causas: naturais e da responsabilidade humana. O desperdício alimentar. A pobreza e a injusta distribuição de bens.</p>	<p>feitas cinco questões para reforçar mensagens importantes. Dependendo do desempenho da turma, poder-se-á parar por mais ou menos tempo em cada questão, ou então no final da visualização do vídeo a professora suscita a participação dos alunos sobre o que acabámos de visualizar.</p>	<p>participativo/ (A, B, C, D, I)</p>			
		<p>Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome</p>	<p>A professora explica que, apesar destas dificuldades, há esperança, porquanto há instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome. Para conhecer estas instituições será proposto um trabalho de grupo a ser realizado durante a semana sobre a FAO e o Banco Alimentar Contra a Fome. Serão cinco grupos de trabalho: quatro grupos de quatro alunos e um grupo de três alunos (4+4+4+3=19). O trabalho de grupo será apresentado na próxima aula. A professora explica que poderão usar os meios que acharem mais convenientes (PowerPoint, texto, imagem, entre outros) e que o trabalho final de cada grupo deverá ser enviado para o email da professora.</p>	<p>Participativo/ colaborador (A, B, C, D, E, F, H, I)</p>		10'	<p>Cumprimento de regras, cooperação e respeito pelos colegas</p>
			<p>Jogo <i>Kahoot</i> “A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta distribuição dos bens.”, https://create.kahoot.it/details/0bc2e1c</p>	<p>Participativo/ Sistematizador/ (A, B, C, D, F)</p>	<p>Computador, projetor, ligação à internet, smartphone (alunos) com aplicação <i>Kahoot</i></p>	10'	<p>Avaliação dos conhecimentos transmitidos e adquiridos</p>

			<u>2-b99b-4c59-bced-b0875cdfc1e4</u> , para aferição dos conhecimentos adquiridos.				
--	--	--	--	--	--	--	--

4.3.4. Aula 4 - Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome

O amor partilhado

Caracterizar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome e descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si, foram as Aprendizagens Essenciais nesta quarta aula da UL, inseridas no Domínio da Ética e da Moral. Os conteúdos apresentados foram algumas das instituições nacionais e internacionais que lutam pela diminuição da fome (FAO – Organização para a Alimentação e a Agricultura, O Banco Alimentar Contra a Fome, *Refood*, As Conferências Vicentinas e As Florinhas do Vouga).

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: A professora começou por saudar os alunos, perguntou se estavam bem de saúde e como tinha corrido o fim de semana, de seguida procedeu ao registo do sumário no quadro, lendo-o também em voz alta: “Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome. O amor partilhado.”

Consulta ao *site* www.equacao.org sobre o comércio justo em Portugal: A professora fez um breve resumo da aula anterior, lembrando que os alunos deveriam ter consultado o *site* proposto para partilhar na aula o que acharam de mais interessante.

Apresentação dos trabalhos de grupo sobre as Instituições nacionais e internacionais que lutam pela diminuição da fome: De seguida, a professora lembrou que também havia uma tarefa a ser realizada em grupos para ser apresentada nesta aula. Assim, os alunos foram convidados a apresentar os trabalhos desenvolvidos, conforme as instruções inseridas na *classroom* da turma. Cada grupo deu a conhecer à turma uma instituição que se preocupa em minimizar o flagelo da fome, criando um diálogo horizontal e vertical.

Visualização do vídeo “Voluntariado - Entregue-se para poder dar (amabilidade, doação)”, <https://www.youtube.com/watch?v=uB9k11a-7Vw> : Após a visualização, foi suscitado o diálogo vertical e horizontal sobre a importância do voluntariado. Por fim, a professora definiu e escreveu no quadro o que é ser voluntário: “Ajudar o próximo sem esperar nada em troca.” Para que a importância do voluntariado fosse sentida de forma mais pessoal, a professora perguntou aos alunos se já haviam participado em alguma experiência de voluntariado, ou se conheciam alguém que já o tivesse feito.



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **A Partilha do Pão**

Aula n.º 4/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 07/06/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento / Sumário		Acolhimento aos alunos. Registo do sumário		Sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Computador Caderno diário e material de escrita	5'	Assiduidade e pontualidade
SUMÁRIO: Instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome. O amor partilhado							
Ética e Moral	Caracterizar instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a eliminação da fome.	Acrescento de informação sobre o comércio justo em Portugal.	Após um breve resumo da aula anterior, a professora questiona a turma se consultaram o <i>site</i> www.equacao.org e solicita a partilha do que acharam mais importante.	Sistematizador/ organizador ((A, B, C, D, F, I)	Quadro, marcador/giz, computador	2'	Grelha de observação direta
	Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si.	Instituições nacionais e internacionais que lutam pela diminuição da fome: <ul style="list-style-type: none">• FAO – Organização para a Alimentação e a Agricultura• Banco Alimentar Contra a Fome• ReFood	Os alunos são convidados a apresentar os trabalhos desenvolvidos em grupo durante a semana, conforme as instruções inseridas na <i>classroom</i> (em anexo à planificação da 4ª aula da UL3).	Participativo/ colaborador/sabedor/ culto/sistematizador (A, B, C, D, E, F, H, I)	Computador, projetor e ligação à internet	30'	Atenção, participação, empenho, cooperação

		<ul style="list-style-type: none"> • Conferências Vicentinas • Florinhas do Vouga <p>O amor partilhado: solidariedade e voluntariado</p>	<p>A professora apresenta o vídeo “Voluntariado - Entregue-se para poder dar (amabilidade, doação)” https://www.youtube.com/watch?v=uB9k11a-7Vw. Após a visualização, suscitar o diálogo vertical e horizontal sobre a importância do voluntariado. Por fim, a professora define o que é ser voluntário: “ajudar o próximo sem esperar nada em troca”. Questionar os alunos se já participaram em alguma experiência de voluntariado, ou se conhecem alguém que já o fez.</p>	<p>Conhecedor/sabedor/culto/informado/comunicador participativo/sistematizador/cuidador de si e do outro (A, B, C, D, E, F, G, H, I)</p>	<p>Computador, projetor e ligação à internet</p>	<p>8'</p>	<p>Atenção, participação, empenho, cumprimento de regras, cooperação e respeito pelos colegas</p>
--	--	--	---	--	--	-----------	---

4.3.5. Aula 5 - A partilha fraterna dos primeiros cristãos

A Última Ceia

No Domínio da “Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida”, a quinta aula teve como Aprendizagem Essencial explicar o significado dos relatos da Última Ceia (Mc 14,12-25). Para alcançar esse objetivo, os conteúdos abordados foram a partilha fraterna dos primeiros cristãos e a Última Ceia.

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: A professora começou por saudar os alunos, de seguida procedeu ao registo do sumário no quadro, lendo-o também em voz alta: “A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia.” Esta aula teve o auxílio do PowerPoint nas suas dinâmicas (Cf. Anexo IV).

Dinâmica com PowerPoint sobre a dificuldade em acabar com a pobreza no mundo: Resumindo a aula anterior e fazendo a ponte para a presente aula a professora, em diálogo vertical e horizontal, explicou a dificuldade de acabar com a pobreza no mundo, mas não a impossibilidade de cada um fazer o que está ao seu alcance, considerando, para isso, o outro como um irmão, dizendo não à indiferença e fomentando a partilha. Foi explicado pormenorizadamente cada um destes três aspetos.

Leitura atenta da citação Act 2, 42-47: A professora explicou que os primeiros cristãos partilhavam entre si, de modo que todos vivessem com dignidade e que nada faltasse a ninguém. Cada aluno recebeu uma folha A5 com a citação bíblica de At 2, 42-47 para que lessem e acompanhassem a leitura que em simultâneo foi reproduzida com música suave de fundo, previamente gravada pela professora.

Definição da palavra “Fraternidade”: A professora chamou a atenção para a palavra fraternidade, questionando a turma se sabiam o seu significado. A professora registou no quadro as diversas definições ou sinónimos de fraternidade. Em seguida, foi exposto o significado de fraternidade, na continuação da apresentação em PowerPoint.

Visualização de um vídeo sobre a Última Ceia: A professora começou por recordar a segunda aula onde aprendemos sobre o significado simbólico religioso do pão e do vinho e explicou que na última refeição que Jesus teve com os Apóstolos é atribuído um novo significado ao pão e ao vinho. Foi apresentado o vídeo [\(855\) A ÚLTIMA CEIA - YouTube](#) sobre a Última Ceia onde os alunos tomam conhecimento sobre esse novo significado, em que o próprio Jesus se torna presente no pão e no vinho sempre que o gesto «Tomem. Isto é o meu corpo.», «Isto é o meu sangue, o sangue da aliança de Deus, derramado em favor da humanidade» é repetido em Seu nome. No meio daqueles que O amam, alimentos simples como

o pão e o vinho ganharam um novo significado como representação de Jesus. A morte de Jesus não significou que os seus amigos foram deixados à própria sorte; em vez disso, significou que ele estava presente sob uma luz diferente. Quem tem fé em Jesus confia na sua presença no Espírito, pois é amigo e companheiro.

Atividade para consolidação de conhecimentos (Cf. Anexo V): Para consolidar o conhecimento adquirido com a visualização do vídeo referido foi entregue aos alunos uma ficha onde, perante cada pergunta, deveriam assinalar a resposta ou respostas que considerem certas. Aquando do término da tarefa fez-se a correção em conjunto. Por fim, sintetizámos o significado dos relatos da Última Ceia.



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **A Partilha do Pão**

Aula n.º 5/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 14/06/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento / Sumário			Acolhimento aos alunos Registo do sumário	Sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Computador Caderno diário e material de escrita	5'	Assiduidade e pontualidade
SUMÁRIO: A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia.							
Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida	Explicar o significado dos relatos da Última Ceia (Port, EV)	A partilha fraterna dos primeiros cristãos.	Resumindo a aula anterior e fazendo a ponte para a presente aula a professora, em diálogo vertical e horizontal, explica a dificuldade de acabar com a pobreza no mundo, mas não a impossibilidade de cada um fazer o que está ao seu alcance, considerando, para isso, o outro como um irmão, dizendo não à indiferença e fomentando a partilha. Ação executada com auxílio do <i>PowerPoint</i> .	Sistematizador/ organizador/ colaborador/ sabedor/culto (A, B, C, D, F, I)	Computador, projetor e ligação à internet	8'	Atenção, participação, empenho, cooperação
			A professora explica que os primeiros cristãos partilhavam entre si, de modo que todos pudessem viver com dignidade e que nada faltasse a ninguém. É	Colaborador/ sabedor/culto/ (A, B, D, F.)	19 Folhas A5 com citação impressa	8'	Atenção, participação, empenho, cooperação

			<p>entregue a cada aluno uma folha A5 com a citação bíblica de At 2, 42-47 para que leiam e acompanhem a leitura que em simultâneo é reproduzida com música suave de fundo, previamente gravada pela professora.</p>				
		A Última Ceia: Mc 14,12-25	<p>A professora chama a atenção para a palavra fraternidade, questionando a turma se sabem o que significa. De seguida apresenta o seu significado, na continuação da exibição do <i>PowerPoint</i>.</p>	Conhecedor/ sabedor/culto/ informado/ comunicador participativo/ sistematizador/ (A, B, C, D, E, F, I)	Computador, projetor e ligação à internet	4'	Atenção, participação, empenho, cooperação
		A Última Ceia: Mc 14,12-25	<p>A professora começa por recordar a segunda aula onde aprendemos sobre o significado simbólico religioso do pão e do vinho e explica que na última refeição que Jesus teve com os Apóstolos é atribuído um novo significado ao pão e ao vinho. É apresentado o vídeo https://www.youtube.com/watch?v=DNQaTSyq70M&t=65s sobre a Última Ceia onde os alunos tomam conhecimento sobre esse novo significado.</p>	Conhecedor/ sabedor/culto/ informado/ comunicador participativo/ sistematizador/ (A, B, C, D, E, F, I)	Computador, projetor e ligação à internet	10'	Atenção, participação, empenho
		A Última Ceia: Mc 14,12-25	<p>Para consolidar o conhecimento adquirido com a visualização do vídeo referido, é entregue aos alunos uma ficha onde, perante cada pergunta, deverão assinalar a resposta ou respostas que considerem certas. Aquando do término</p>	Conhecedor/ sabedor/culto/ informado/ comunicador participativo/ sistematizador	19 fichas A4 para preenchimento pelos alunos	10'	Atenção, participação, empenho, cumprimento de regras

			da tarefa far-se-á a correção em conjunto. Por fim, sintetizamos o significado dos relatos da Última Ceia.	(A, B, C, D, E, F, H, I)			
--	--	--	---	--------------------------	--	--	--

4.3.6. Aula 6 – Ser pão para os outros.

A Aprendizagem Essencial da sexta aula foi descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si e assumir a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade. Esta aprendizagem insere-se no Domínio da Ética e da Moral. Para que esta aprendizagem se tornasse possível foram apresentados os conteúdos “Ser pão para os outros: a doação de si mesmo” e “Exemplo cristão do que é ser pão para os outros”.

Acolhimento, diálogo com os alunos e registo do sumário: A professora começou por saudar os alunos, perguntou sobre a semana e o fim de semana, de seguida procedeu ao registo do sumário no quadro, lendo-o também em voz alta: “Ser pão para os outros”.

Atividade ouvir uma música: A professora distribuiu a letra da música “Dar mais” (Cf. Anexo VI) e explicou que iríamos ouvir a música e acompanhar com a letra fornecida. Ouvimos a música através do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=w9IKZ9CTp0U>. No final, num diálogo vertical e horizontal, os alunos partilharam com a turma qual o trecho da música que mais gostaram e explicaram a razão da escolha. A professora recolheu os pontos principais das partilhas e escreveu-os no quadro.

Descobrir uma vida que foi exemplo de “Ser pão para os outros”: Com o auxílio do *PowerPoint* (Cf. Anexo VII) para dinamizar a atividade, a professora apresentou a imagem da Beata Teresa de Calcutá e perguntou aos alunos se sabiam de quem se tratava. De seguida, num diálogo vertical perguntou o que de diferente fez a Beata Teresa e quais as implicações que a sua vida teve no mundo. A professora resumiu o que foi dito pela turma e acrescentou informação. Por fim, explicou que o exemplo e a vida da Beata Teresa foram grandes e com grandes repercussões, mas está ao alcance de cada um de nós tornar, na nossa simplicidade, a vida do outro muito melhor com os nossos pequenos gestos e boa vontade. No seguimento, apresentámos o vídeo seguinte.

Visualização de um vídeo: Foi apresentado um exemplo de como, de uma forma simples, podemos “ser pão para os outros” (<https://www.youtube.com/watch?v=ll-HehDI6gw>). De seguida a professora explica que, para além de gestos e atitudes diários que estão ao nosso alcance, podemos trabalhar em conjunto com outras pessoas, dando o mote para a atividade seguinte.

Atividade “Exemplo cristão do que é ser pão para os outros”: Os alunos receberam um documento (Cf. Anexo VIII) sobre associações ou organizações que nasceram dentro da Igreja e que são “pão para os outros” (Cáritas Portuguesa, Conferências Vicentinas de S. Vicente de Paulo e Comunidade Vida e Paz). Cada aluno analisa o seu documento e apresenta-

o ao colega do lado. Por sua vez, este colega apresenta outra organização analisada por si. Desta forma, os alunos têm oportunidade de serem eles os protagonistas no processo de aprendizagem. Pretendeu-se que os alunos participassem de forma ativa durante esta atividade, com o objetivo de envolvê-los mais profundamente no processo e solidificar o conhecimento adquirido. Por fim, a professora lançou o desafio: Encontra uma forma de «Ser pão para os outros», criando um diálogo vertical e horizontal. A professora reforçou que ser pão para os outros não é apenas dar coisas, mas pode ser o escutar atentamente, acolher, disponibilizar-se para ajudar, aderir ao voluntariado. No final, cada aluno registou no caderno diário a sua forma de “ser pão para os outros” a partir desta aula.



Planificação de Aula

Unidade Letiva: **A Partilha do Pão**

Aula n.º 6/6

Ano: 6.º Turma: B

Data: 21/06/2021

Tempo previsto: 45 minutos

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
			Acolhimento aos alunos. Apresentação da professora e alunos. Registo do sumário no quadro.	Sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Computador Projetor Quadro Caderno diário e material de escrita Smartphone	5'	Assiduidade e Pontualidade
Ética e Moral	Descobrir que a partilha dos bens supõe a partilha de si (Port, CD) Assumir a atitude do voluntariado e o valor da solidariedade (Port, CD, EV, ET)	Ser pão para os outros: a doação de si mesmo.	A professora distribui a letra da música “Dar mais” e explica que vamos ouvir a música e acompanhar com a letra fornecida. Ouvimos a música através do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=w9IKZ9CTp0U . No final, os alunos deverão partilhar com a turma qual o trecho da música que mais gostaram e explicar porquê. A professora recolhe os pontos principais das partilhas e escreve no quadro.	Conhecedor/sabedor/ sistematizador/ organizador (A, B, C, I)	Folha com a letra da música, caderno diário, material de escrita Computador, projektor e ligação à internet.	8'	Participação Atenção Empenho Cumprimento das regras Respeito

			<p>A professora apresenta a imagem da Beata Teresa de Calcutá e pergunta aos alunos se sabem quem é. De seguida, num diálogo vertical pergunta o que de diferente fez a Beata Teresa e quais as implicações que a sua vida teve no mundo. A professora resume e acrescenta informação.</p>	<p>Sistematizador/ organizador/ culto/ informado (A, B, C, D, I,)</p>	<p>Computador, projektor e ligação à internet: Imagem projetada (PowerPoint)</p>	5'	<p>Atenção Empenho Participação</p>
			<p>Visualização do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=Il-HehDI6gw. Exemplo de como, de uma forma simples, podemos ser pão para os outros. De seguida a professora explica que, para além de gestos e atitudes diários que estão ao nosso alcance, podemos trabalhar em conjunto com outras pessoas, dando o mote para a atividade seguinte.</p>	<p>Conhecedor/ sabedor/ culto/ informado (A, B, I)</p>	<p>Computador, projektor e ligação à internet</p>	7'	<p>Grelhas de observação direta</p>
		<p>Exemplo cristão do que é ser pão para os outros.</p> <p>Cáritas Portuguesa</p> <p>Conferências Vicentinas de S. Vicente de Paulo</p> <p>Comunidade Vida e Paz</p>	<p>Os alunos recebem um documento sobre associações ou organizações que nasceram dentro da Igreja e que são “pão para os outros” (Cáritas Portuguesa, Conferências Vicentinas de S. Vicente de Paulo, Comunidade Vida e Paz). Cada aluno analisa o seu documento e apresenta-o ao colega do lado. Por sua vez, este colega apresenta outra organização analisada por si.</p>	<p>Conhecedor/ sabedor/ culto/ informado (A, B, I)</p> <p>Sistematizador/ organizador/ culto/ informado (A, B, C, D, I,)</p> <p>Comunicador (A, B D, H)</p>	<p>Caderno diário, material de escrita</p>	12'	<p>Participação Atenção Empenho Cumprimento das regras Respeito pelos colegas e pelo professor</p>

			<p>Por fim, a professora lança o desafio: Encontra uma forma de “Ser pão para os outros”, criando um diálogo vertical e horizontal.</p>	<p>Participativo/ Colaborador (A, B, C, D, E, F, H, I)</p> <p>Responsável/ autónomo (C, D, E, F, I)</p> <p>Crítico/analítico (A, B, C, D)</p> <p>Criativo (A, C, D, H)</p>			<p>Participação Atenção Empenho Respeito pelos colegas e pelo professor</p>
			<p>Avaliação formativa de conhecimentos sobre a UL “A Partilha do Pão” através de um questionário no <i>google forms</i>: A Partilha do Pão (google.com)</p>	<p>Participativo/ Colaborador (A, B, C, D, E, F, H, I)</p> <p>Responsável/ autónomo (C, D, E, F, I)</p>	<p>Telemóvel <i>Smartphone</i></p>	8'	

4.4. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada

A avaliação de aulas lecionadas desempenha um papel fundamental no sistema educacional, servindo como um pilar crucial para a melhoria contínua da qualidade do ensino. Ao avaliar as aulas o professor tem a oportunidade de modificar as suas opções pedagógicas e estratégias de ensino. Não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas também de envolver os alunos, estimular o pensamento crítico e promover um ambiente propício à exploração do conhecimento. Promover uma aprendizagem eficaz envolve refletir sobre a própria prática, identificar pontos fortes e identificar áreas que poderiam ser melhoradas.

Descrever a avaliação das aulas lecionadas é o próximo passo, após reconhecer as severas restrições impostas pela pandemia covid-19 que se refletiram no funcionamento da aula. Atividades fora da sala de aula são proibidas, os alunos não podem trocar de lugar e não há partilha de materiais. Tais realidades provocaram mudanças significativas na planificação das aulas, resultando na ausência de atividades de grupo e extracurriculares, por exemplo. Assim, passamos a apresentar a avaliação das aulas lecionadas, a eficácia das estratégias, dos métodos e das atividades desenvolvidas.

A **primeira aula** decorreu conforme a planificação realizada, com os alunos animados e muito acolhedores à professora estagiária. Mostraram-se atentos e curiosos sobre a aula. A chuva de ideias sobre a importância da alimentação foi muito participada, os alunos expressaram de forma entusiasta as suas ideias e, na síntese feita pela professora, tomaram consciência de mais alguns elementos sobre o quanto a alimentação é fundamental para os seres humanos. As imagens apresentadas favoreceram a assimilação de como deve ser uma dieta alimentar saudável e equilibrada. O pedido feito pela professora para partilhar os hábitos alimentares das suas casas gerou um diálogo vertical e horizontal bastante animado, com os alunos a verificarem a diversidade de práticas alimentares. Também se mostraram atentos e curiosos à explicação sobre a passagem do nomadismo ao sedentarismo e como esta alteração teve um impacto extremamente significativo na alimentação humana. No conteúdo seguinte, a alimentação como património cultural, os alunos acertaram prontamente quase todos os pratos típicos. A realização do jogo no *wordwall* sobre os provérbios populares revelou-se um momento de descontração e criatividade, em que todos os alunos participaram de forma divertida. A visualização do vídeo “*eat together*” foi um dos pontos altos da aula, pois a maioria dos alunos havia partilhado anteriormente que frequentemente fazia as suas refeições sozinho, muitas vezes nos seus quartos. Apesar de já estarmos quase no fim da aula, ainda houve oportunidade para todos comentarem sobre o tema e lançado o desafio de, durante a semana, alterarem o hábito de fazerem as refeições sem companhia.

Na **segunda aula** os alunos continuaram recetivos à aula e às atividades propostas pela professora. No entanto, logo no início, mostraram-se muito inquietos e conversadores uns com os outros. Foi necessário abordá-los no sentido de se consciencializarem de que estavam numa sala de aula e seria necessário silêncio e atenção. Quando se conseguiu serenidade na sala de aula, foi-lhes perguntado se na última semana houve oportunidade de partilharem as refeições, principalmente o jantar, com a restante família. Alguns alunos afirmaram que passaram a jantar à mesa, com a família, ou pelo menos parte dela.

O primeiro conteúdo da aula suscitou alguma curiosidade, pois deu a conhecer como o povo hebraico dava importância à alimentação e, também, a apresentação de um Deus que no seu bem-querer a todos os seres humanos está incluído o alimento para todos, sem exceção. Apesar de ser um momento de explanação de conteúdos, a turma iniciou um diálogo vertical e horizontal, e alguns conceitos foram melhor esclarecidos. No entanto, na avaliação da aula tomei consciência de que o conceito de símbolo deveria ter sido clarificado de forma mais exaustiva, para facilitar a compreensão da dimensão simbólico religiosa. A dinâmica sobre o “O valor simbólico-religioso dos alimentos” provocou curiosidade e interesse por parte dos alunos e foi uma oportunidade, para aqueles que estavam menos atentos, de interagir com os pares e com a professora. Os alunos identificaram com sucesso os alimentos e partilharam exemplos pessoais de como alguns desses alimentos estão presentes na sua rotina diária. Ficaram surpresos quando souberam que cada um dos alimentos apresentados tinha um significado simbólico-religioso, principalmente o azeite, a água e o cordeiro.

O jogo no *Kahoot* “O significado simbólico- religioso do alimento e da refeição” foi uma forma eficaz e lúdica de consolidar e enfatizar os conhecimentos adquiridos. Os alunos foram muito recetivos a esta dinâmica, usaram os seus telemóveis e prontamente formaram duplas com quem não tinha telemóvel disponível. A sala deveria ter estado um pouco mais escura para se tornar mais apelativas as imagens onde foi projetado o jogo, mas ainda assim a imagem estava suficientemente visível.

Na **terceira aula** os alunos mostraram-se especialmente recetivos ao tema e às dinâmicas apresentadas. A chuva de ideias sobre o comércio justo mostrou que os alunos têm noção de que o que os trabalhadores recebem é um valor bastante inferior ao que o consumidor final paga, mas não imaginavam que o valor era, por vezes, insuficiente para o produtor manter uma vida digna para si e para a sua família.

A atividade com o *Edpuzzle* sobre a fome e o desperdício alimentar foi muito participada. A decisão de usar um vídeo em português do Brasil nas aulas foi baseada em vários fatores, foi considerado esclarecedor e dinâmico, com amplo conteúdo para beneficiar a turma.

Curiosamente, uma das alunas veio do Brasil, portanto, este diferente sotaque português já era familiar aos alunos. Os alunos estiveram atentos ao vídeo e, na sua maioria, responderam corretamente às questões colocadas. Houve necessidade de parar um pouco mais do que o tempo previsto para esclarecimento de algumas dúvidas como, por exemplo, o conceito de África subsariana (“ao sul do deserto do Saara”). A maioria dos alunos participou ativamente e a professora, ciente dos alunos mais reservados, estimulou-os a participar e a expressar as suas opiniões.

Após a atividade com o *Edpuzzle* os alunos continuaram a participar ativamente na discussão do tema, mas, dado o avançar da hora, a professora resumiu e concluiu o tema, lançando a atividade a ser realizada em casa: pesquisar sobre instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome. Devido à falta de tempo a explicação dada na sala de aula não foi suficiente para que os alunos ficassem esclarecidos sobre a tarefa a desenvolver em casa, no entanto, esta falta foi colmatada com a disponibilização de um documento na *classroom* com informação esquematizada para a elaboração do trabalho. De forma participativa e comprometida, os alunos tiveram a oportunidade de se expressar. Contudo, para respeitar escrupulosamente a planificação, a gestão do tempo deveria ter sido mais incisiva. Ainda assim, a professora não quis perder esta oportunidade.

O jogo no *Kahoot* “A produção e o comércio dos alimentos. A fome e a injusta distribuição dos bens” foi também um momento de empenho e participação da turma. Verificou-se que os conteúdos foram compreendidos e ficou a consciência de que todos podemos fazer a nossa parte para melhorar o combate à fome.

A **quarta aula** começou com a partilha sobre a consulta ao *site* o comércio justo e, logo no início da partilha, a professora verificou que muito poucos alunos consultaram a informação. Assim, foi necessário explicar mais pormenorizadamente o conceito de comércio de justo e dar alguns exemplos ficando assim a turma ficou sensibilizada para a problemática do comércio justo.

No trabalho de grupo para realizar em casa e para apresentar nesta aula, foi pedido aos alunos que pesquisassem e analisassem organizações que combatem a fome à escala global e local. Após a conclusão, os resultados foram bastante satisfatórios e alguns grupos conseguiram até superar as expectativas, demonstrando dedicação e excelência nos seus trabalhos. Em particular, a apresentação de um grupo demonstrou um nível superior de qualidade e compromisso que os destacou dos seus pares. Apesar desta tarefa ter sido feita fora do contexto da sala de aula, sem dúvida serviu como uma valiosa ferramenta educacional para toda a turma.

A apresentação do vídeo “Voluntariado - Entregue-se para poder dar (amabilidade, doação)” suscitou interesse nos alunos e estiveram atentos durante a sua exibição. No diálogo vertical e horizontal que se seguiu, foram partilhados momentos e situações já vividas por alguns dos alunos no que se refere à ajuda ao próximo e ao voluntariado. Ficou claro que todos nós podemos fazer sempre algo pelo outro, seja como indivíduo ou através de um grupo, ou entidade estabelecida, mas o fundamental é o amor e o cuidado que se coloca no ato de estar ao lado do outro.

Na **quinta aula** a professora resumiu os conteúdos da aula anterior, em conjunto com a turma. Estar próximos uns dos outros, demonstrar apoio e ter um sorriso genuíno não é uma tarefa fácil, como explicaram os alunos. Muitas vezes, há falta de motivação ou antipatia pela pessoa que está à nossa frente. Por vezes é necessário muito esforço para sair da nossa zona de conforto e estabelecer uma relação ativa com as outras pessoas. Mais, ajudar a acabar com a pobreza no mundo pode ser uma utopia. Mas a professora não deixou que o desânimo imperasse, mostrando que cada um pode fazer o que está ao seu alcance, e o que pode parecer pouco já fará a diferença. Os alunos tornaram-se mais otimistas quando perceberam que caminhando na identificação do outro como alguém próximo, não sendo indiferentes e partilhando, será possível concretizar o que se considera utopia. A leitura da citação de At 2, 42-47 ajudou a sedimentar a real possibilidade de fazer a diferença. O facto de a professora ter gravado previamente a leitura, que os alunos reconheceram imediatamente como sendo a voz da professora, provocou curiosidade e atenção, o que foi salutar.

De seguida a professora ressaltou a palavra fraternidade, noção que aparece na leitura (“Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações” At 2, 42). A aula revelou-se um desafio quando os alunos foram incumbidos de definir “fraternidade”, percebendo-se que a palavra era estranha ao vocabulário da turma. Contudo, a situação apresentou uma oportunidade ideal para aprofundar o conceito, destacando exemplos de como alcançar a fraternidade na vida quotidiana. Os alunos refletiram sobre experiências pessoais de fraternidade e reconheceram casos em que estava ausente. Este exercício resultou na clarificação e ligação do conceito com as vivências dos alunos.

Na apresentação do vídeo “A Última Ceia” os alunos estiveram atentos e no final partilharam o que mais lhes tocou. Alguns mencionaram que Jesus não só ajudou os seus amigos como deu a vida por eles, não só deu como também se deu. Desta forma, foi possível compreender até onde Jesus pode levar o conceito de fraternidade. Após este momento que gerou alguma introspeção, foi entregue a cada aluno uma ficha de trabalho que foi respondida corretamente pela grande maioria dos alunos, verificando-se a consolidação dos conhecimentos.

A **sexta aula** iniciou com a escuta atenta da música “Dar mais”, com o apoio da letra, fornecida aos alunos. A partilha sobre a palavra, frase, trecho ou ideia que mais chamou a atenção a cada um foi muito participada. Os alunos expressaram as suas ideias com entusiasmo, alguns até fizeram a ligação com o tema da aula anterior, referindo o conceito de fraternidade.

O nome Beata Teresa de Calcutá não é um nome familiar para a maioria dos alunos, apenas três alunos demonstraram ter algum conhecimento sobre a sua vida, mas referiram que pouco tinham ouvido falar dela. A professora então explicou a vida simples e intensa da Beata e o quanto o seu exemplo moveu pessoas em todo o mundo, muitas mulheres seguiram o seu exemplo de forma radical e entraram para a sua congregação para dedicar a sua vida aos outros. A maioria dos alunos mostrou-se interessada em conhecer um pouco sobre a vida da Beata Teresa, muito embora alguns não estiveram particularmente motivados para saber mais sobre a Beata Teresa. A professora explicou que nem todos estamos preparados para algo tão grandioso como foi o exemplo da Beata Teresa, mas pequenas que podemos fazer no nosso dia a dia fazem a diferença, para os outros e para nós. O vídeo que se apresentou a seguir e exemplificou a explanação anterior foi um momento forte da aula, em que os alunos assistiram o vídeo com muito interesse e atenção. No final, partilharam que os gestos deste rapaz eram muito simples, fáceis de realizar na vida diária, só precisamos estar atentos. A partir desta reflexão a professora introduziu o conteúdo seguinte (“Exemplo cristão do que é ser pão para os outros.”) de modo que os alunos ficassem cientes de que para além do que cada um pode fazer sozinho também podemos trabalhar em conjunto com outras pessoas. Os alunos trabalharam o seu documento e cada um apresentou a sua Organização ao colega do lado, este por sua vez também apresentou a sua ao colega. Esta atividade resultou de forma positiva dado que os alunos se sentiram motivados a preparar e apresentar um tema novo, de tal forma que cada um partilhou com a turma um ou dois aspetos sobre a “sua” organização.

A professora fez o resumo da aula e acrescentou que agora estávamos cientes de que ser pão para os outros não é apenas dar, mas dar-se a si mesmo, através de diferentes maneiras e meios. Com esta nova consciência podemos nos comprometer a ser mais generosos com aqueles que nos rodeiam. Os alunos registaram no seu caderno diário uma maneira viável e realista de ser pão para os outros a partir desta aula. Seguiu-se a partilha voluntária por parte dos alunos de gestos e escolhas registadas nos seus cadernos diários. Por fim, os alunos responderam ao questionário do *google forms*, [A Partilha do Pão \(google.com\)](https://www.google.com/forms), que visou a avaliação da UL. Os alunos sentiram-se entusiasmados e motivados a responder ao questionário utilizando esta tecnologia, apresentando resultados bastante satisfatórios, o que mostra que os conteúdos foram assimilados.

Não fossem as restrições da pandemia, a professora teria realizado pelo menos uma visita a uma das organizações da Igreja Católica que são “pão para os outros”, de modo que os alunos tivessem a oportunidade de vivenciar o dia a dia de quem já dedica o seu tempo a ajudar o outro. Algumas das atividades propostas nas aulas poderiam ter sido realizadas em grupos e eventualmente fora do contexto da sala de aula. Ainda assim, com todas as restrições advindas desta realidade foi possível adaptar as estratégias e atividades para tornar as aulas mais apelativas e dinâmicas, aspetos determinantes na consecução das aprendizagens essenciais de cada aula.

Ao longo da lecionação desta Unidade Letiva tomei consciência de que o papel do professor vai muito além da simples transmissão de conhecimentos. Além de dominar os conteúdos, o professor desempenha um papel fundamental na formação dos alunos, pois modela não apenas a compreensão dos assuntos, mas também habilidades, atitudes e comportamentos. Assim, a avaliação constante das próprias aulas surge como uma ferramenta indispensável para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. Ao analisar cada aspeto da sua abordagem pedagógica, desde a preparação do material até à dinâmica da sala de aula, o professor pode identificar pontos fortes e áreas que necessitem de ajustes. Esta prática contínua contribui para um ciclo de aprimoramento constante, permitindo ao professor a adaptação às necessidades e características específicas de cada turma.⁹⁸

Cada grupo de alunos é único, com diferentes níveis de conhecimento prévio, estilos de aprendizagem e desafios individuais. Com a avaliação das aulas o professor pode ajustar o ritmo do ensino, a profundidade dos conteúdos e as estratégias de comunicação para ir ao encontro das necessidades da turma. As aulas resultam assim num ambiente de aprendizagem mais inclusivo, onde cada aluno tem a oportunidade de absorver o máximo de conhecimento possível.

Como conclusão, afirmamos que a necessidade de o professor avaliar as suas aulas para a melhoria do ensino é indiscutível. A capacidade de se adaptar e inovar contribui para a criação de um ambiente na sala de aula mais eficaz, inclusivo e enriquecedor para todos os envolvidos, como já mencionado. Em síntese, a avaliação das aulas lecionadas foi um convite ao desenvolvimento profissional e também pessoal enquanto professora estagiária.

⁹⁸ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, 160.

REFLEXÃO FINAL

A escola desempenha um papel fundamental na sociedade, pois é sem dúvida um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento humano e o progresso social. A sua influência abrange gerações e culturas, e a educação é o principal meio pelo qual podemos compreender melhor o mundo em que vivemos, aprimorar o pensamento crítico e tomar decisões competentes. A educação é a base da democracia, pois capacita os cidadãos a conhecerem os seus direitos e responsabilidades, permitindo-lhes assim cooperar eficazmente para o bem-estar coletivo. Um aspeto importante da escola é a promoção da igualdade e da inclusão, contribuindo para a criação de sociedades mais justas e igualitárias. O ensino pode quebrar barreiras, desafiar estereótipos e criar oportunidades para todos.

No domínio da educação, a Educação Moral e Religiosa Católica ocupa uma posição de destaque na formação da perspetiva moral e ética dos alunos, inculcando uma compreensão abrangente dos ensinamentos e valores da Igreja Católica. Durante a Prática de Ensino Supervisionada tive a oportunidade de trabalhar com valores fundamentais, como fraternidade, solidariedade, respeito, compaixão e justiça, que foram integrados nas aulas como ensinamentos da fé católica. A incorporação de tais ensinamentos não só ajuda os alunos a estabelecerem bases firmes no que concerne aos valores morais, mas também lhes permite refletir sobre os desafios éticos e morais pertinentes às suas rotinas diárias.

Como professora estagiária, aprendi que uma preparação cuidadosa é a chave para aulas bem-sucedidas, o que significou considerar as necessidades dos alunos e escolher os materiais e estratégias mais eficazes. Através da reflexão e da experimentação, aprimorei as estratégias de ensino e vi o seu impacto na aprendizagem dos alunos. Lecionar em tempos de pandemia foi um desafio significativo devido aos diversos constrangimentos e dificuldades que surgiram, com a necessidade de adaptação das estratégias e atividades, de forma a cativar e a envolver os alunos para manter o interesse e entusiasmo pelas aulas.

Em conclusão, a prática letiva como professora estagiária de Educação Moral e Religiosa Católica foi uma parte vital da minha formação como educadora, capacitando-me a desempenhar um papel importante na educação moral e ética dos alunos, ao mesmo tempo em que compartilhei os princípios e valores da fé católica. Acredito que esta experiência enriqueceu não apenas a vida dos alunos, mas também contribuiu, como uma pequena gota de água no vasto oceano, para uma sociedade mais fraterna. Afinal, investir na educação é

investir no futuro, pois ela é a base sobre a qual construímos sociedades mais justas, compassivas, inclusivas, mais atentas ao bem comum e, por consequência, mais evoluídas.

BIBLIOGRAFIA

Magistério da Igreja

Bíblia Sagrada. Fátima: Difusora Bíblica, 2010 Missionários Capuchinhos

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

Papa Bento XVI. «Carta Encíclica *Caritas in Veritate* do Sumo Pontífice Bento XVI aos Bispos aos Presbíteros e Diáconos às Pessoas Consagradas aos Fiéis Leigos e a Todos os Homens de Boa Vontade sobre o Desenvolvimento Humano Integral na Caridade e na Verdade», 2009. Acedido a 3 de março de 2021.

https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html.

Papa João Paulo II. «Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* do Sumo Pontífice João Paulo II pelo vigésimo aniversário da Encíclica *Populorum Progressio*», 1987.

Acedido a 3 de fevereiro de 2022.

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html.

_____. «Carta encíclica *Centesimus Annus* do Sumo Pontífice João Paulo II aos veneráveis irmãos no episcopado ao clero às famílias religiosas aos fiéis da igreja católica e a todos os homens de boa vontade no centenário da *Rerum Novarum*», 1991. Acedido a 20 de fevereiro de 2022.

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html.

_____. «Mensagem De Sua Santidade João Paulo II Para A Celebração Do XXXVII Dia Mundial Da Paz», 2004. Acedido a 05 de janeiro de 2022.

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20031216_xxxvii-world-day-for-peace.html#:~:text=Como%20poderia%20esta%20palavra%2C%20que%20convida%20a%20agir,a%20uma%20esperan%C3%A7a%20que%20vivem%2C%20indestrut%C3%ADveis%2C%20em%20n%C3%B3s%3F.

Papa Francisco. «Carta do Papa Francisco ao Presidente da Pontifícia Academia para a Vida por Ocasão do XXV Aniversário de Fundação (11 de Fevereiro de 1994 - 11 de fevereiro de 2019) - *Humana communitas* (A comunidade humana)».

Acedido a 04 de maio de 2022.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190106_lettera-accademia-vita.html.

_____. «Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Padre Francisco Sobre a Fraternidade e a Amizade Social», 2020. Acedido a 5 de janeiro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.

_____. «Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado da Casa Comum», 2015. Acedido a 8 de janeiro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.htm.

_____. «Discurso do Papa Francisco aos membros do corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé por ocasião das felicitações para o Ano Novo», 2019. Acedido a 07 de setembro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/january/documents/papa-francesco_20170109_corpo-diplomatico.html.

_____. «Mensagem do Papa Francisco à conferência da ONU finalizada a negociar um instrumento juridicamente vinculante sobre a proibição das armas nucleares, e que leve à sua total eliminação», 2017. Acedido a 15 de setembro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2017/documents/papa-francesco_20170323_messaggio-onu.html.

_____. «Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial Do Migrante e do Refugiado 2018», 2018. Acedido a 15 de setembro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20170815_world-migrants-day-2018.html.

_____. «Mensagem do Santo Padre Francisco para a Celebração do XLVII Dia Mundial Da Paz», 2014. Acedido a 13 de maio de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.

_____. «Momento Extraordinário De Oração Em Tempo De Epidemia Presidido Pelo Papa Francisco Adro da Basílica de São Pedro», 2020. Acedido a 06 de junho de 2020.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2020/documents/papa-francesco_20200327_omelia-epidemia.html.

_____. «Saudação Do Santo Padre Aos Jovens Do Centro Cultural Padre Félix Varela Havana Domingo», 2015. Acedido a 02 de fevereiro de 2020.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150920_cuba-giovani.html.

_____. «Visita à Organização Das Nações Unidas. Discurso Do Santo Padre. Nova Iorque, Palácio de Vidro», 2015. Acedido a 10 de dezembro de 2021.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150925_onu-visita.html.

Papa Pablo VI. «Mensaje de su Santidad Pablo VI en el XXV Aniversário de la Declaración Universal de los Derechos Humanos», 1973.

Acedido a 09 de julho de 2021.

https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19731210_diritti-uomo.html.

Bibliografia Geral

Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio. *Projeto Educativo 2016-2018*. Braga, 2015.

Acedido a 10 de maio de 2021. https://aesas.pt/wp-content/uploads/2021/11/PE_AESAS_2016_2018.pdf.

AMI-Assistência Médica Internacional. Acedido a 16 de abril de 2022. <https://ami.org.pt/>.

Annett, Anthony. «Ten Takeaways from *Fratelli Tutti*». Acedido a 15 de outubro de 2022.

<https://wherepeteris.com/ten-takeaways-from-fratelli-tutti/>.

Azevedo, Eliane Elisa de Sousa. *O direito de vir a ser após o nascimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Bavaresco, Agemir e João H. S. Jung. «A encíclica *Fratelli Tutti* e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas». (2020):1-17. Acedido a 18 de maio de 2021. <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/17161?locale=en>.

Borges, Anselmo. *Deus e o sentido da existência*. Lisboa: Gradiva, 2011.

CARE. Acedido a 16 de abril de 2022. <https://www.care-international.org/>.

Carvalho, Cristina Sá. «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos no desenvolvimento curricular em Educação Moral e Religiosa Católica, edição 2014». *Pastoral Catequética* 31/32, 2015.

Catalano, Roberto. «Pope Francis' Culture of Dialogue as Pathway to Interfaith Encounter: A Special Focus on Islam». Acedido a 23 de abril de 2022.

<https://doi.org/10.3390/rel13040279>

Chardin, Pierre Teilhard de. *O Fenómeno Humano*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970.

Chu, EW e JR Karr. «Environmental Impact: Concept, Consequences, Measurement».

- Acedido a 10 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809633-8.02380-3>.
- Conselho Pontifício “Justiça e Paz. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São João do Estoril, Cascais: Principia, 2005.
- Conti, Gregory. «James Fitzjames Stephen's other enemies: Catholicism and Positivism in Liberty, Equality, Fraternity and beyond». *History of European Ideas* 47, n.7 (2021): 1109-1149. Acedido a 5 de julho de 2021. <https://doi.org/10.1080/01916599.2020.1853884>.
- Cordón, Juan Manuel Navarro e Tomás Calvo Martínez. *História da Filosofia dos Pré-Socráticos à Filosofia Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- Costa, António Filipe Rodrigues. *A Fraternidade: Análise filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano de escolaridade Relatório de Estágio*. Porto: Instituto Universitário de Ciências Religiosas, Universidade Católica Portuguesa, 2012.
- Crespo, António e Elaine Gurovitz, «A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional». DOI:10.1590/S1676-56482002000200003. Acedido a 18 de abril de 2022. <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf>.
- Garcia, Adir Valdemar. *A pobreza humana: concepções, causa e soluções*. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.
- Derrida, Jacques. *A escritura e a diferença*. Traduzido por Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2009
- Derrida, Jacques. *The Politics of Friendship*. Traduzido por George Collins. London: Verso, 1997.
- Descartes, René. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Lisboa Editora, 1999.
- Dicionário Online Priberam de Português. Acedido a 8 de maio de 2021. <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=fraternidade>.
- Direção-Geral de Educação. «Aprendizagens Essenciais». Acedido 8 de fevereiro de 2021. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.
- Diskin, Lia e Laura Gorresio Roizman. *Paz, como se faz? Semeando cultura de paz nas escolas*. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, (2021). Acedido a 02 de janeiro de 2022. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379604>.
- Duque, João. «Sobre a educação integral do ser humano». *Pastoral Catequética* 26 (2013): 11-21.
- Emanuel Mendes, «As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina». *Relações Internacionais*, n.º 61 (julho 2019): 99-103.

- Acedido a 23 de agosto de 2021. <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a08>.
- FAO. «Pérdidas y desperdícios de alimentos en América Latina y el Caribe».
- Acedido a 02 de janeiro de 2022. <https://www.fao.org/3/i3942s/i3942s.pdf>.
- Frega, Roberto. «Reflexive cooperation between fraternity and social involvement». *Philosophy & Social Criticism* 45, n° 6 (2019):673-682.
- Acedido a 17 de setembro de 2021. <https://doi.org/10.1177/0191453719842360>.
- Fundo das Nações Unidas Para a Infância. *Situação mundial da infância 2006: excluídas e invisíveis*. Nova Iorque: Unicef, 2006. Acedido a 27 de julho de 2021. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-925930>.
- Giuseppe Tosi. «Cristianismo social. A fraternidade como categoria (cosmo) política». *Nuova Umanità* XXXII (2010): 525-547.
- Gurrentz, Benjamim T. «A Brotherhood of Believers: Religious Identity and Boundary-Work in a Christian Fraternity». *Sociology of Religion* Volume 75, Issue 1 (agosto 2013): 113-135. Acedido a 07/09/2021. <https://doi.org/10.1093/socrel/srt049>.
- Hernandez, Mario Alfredo. «The urgency of fraternity». *Andamios* 16 (2019): 375-382.
- Hoevel, Carlos. «Hacia el paradigma del don». *Revista Cultura Económica*, XXVII, n.º 75-76 (agosto-dezembro 2009): 83-96. Acedido a 04 de janeiro de 2022. <https://e-revistas.uca.edu.ar/index.php/CECON/article/view/2574#:~:text=Hacia%20el%20paradigma%20del%20don%20%7C%20Hoevel%20%7C,en%20entornos%20de%20mercado%20propuestas%20por%20la%20Enc%C3%ADlica>.
- Infopédia Dicionários Porto Editora. Acedido a 20 de setembro de 2021. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/solidariedade>.
- Kant, Immanuel. *Metafísica dos Costumes: princípios metafísicos da Doutrina do Direito*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Lavrador, Luís. *Ao Sabor da Bíblia*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2017.
- Léon-Dufour, Xavier. «Hermano». Em *Vocabulário de teologia bíblica*. Barcelona: Herder, 1985.
- Linklater, Andre. *International Relations: critical concepts in political science*. London: Routledge, 2000.
- Lucas, Juan De Sahagun. *Dios, horizonte del hombre*. Madrid: Biblioteca De Autores Cristianos, 1994.
- Mangueira, Ana Beatriz Costa. «O olhar do Papa Francisco para o Sul Global: uma análise sobre o diálogo entre o Vaticano e a República Popular da China». *Conjuntura Internacional* 16, n.º 3 (dezembro 2019): 1-22. Acedido a 09 de outubro de 2021.

- <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2019v16n3p7>.
- Médicos sem Fronteiras. Acedido a 29 de março de 2022. <https://msf.org.pt/>.
- Narayan, Deepa, Robert Chambers, Meera K. Shah e Patti Petesch. *Voices of the poor: Crying out for change*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.
- ONU. «Declaração Universal dos Direitos Humanos». Acedido a 10/09/2021.
<https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>.
- _____. «Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais».
Acedido a 09 de novembro de 2021.
https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pacto_internacional_sobre_os_direitos_economicos.pdf.
- Ortega, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Sinergia, 2009.
- Pacheco, José Augusto. *Currículo: teoria e Práxis*. 2ª Edição. Porto: Porto Editora, 2001.
- Palaver, Wolfgang. «Fraternity versus Parochialism: On Religion and Populism» *Religions* 11, nº 7 (junho 2020): 6-9. Acedido a 19 de maio de 2021.
<https://doi.org/10.3390/rel11070319>.
- Pannenberg, Wolfgang. *El destino del hombre*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1981.
- Pastoral da Cultura. «A fraternidade é a nova fronteira do cristianismo».
Acedido a 25 de abril de 2022.
https://www.snpcultura.org/a_fraternidade_e_a_nova_frenteira_do_cristianismo.html.
- Pierrard, Pierre. *História da Igreja*. Traduzido por Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- Piro, Isabella. «“Fratelli Tutti”: short summary of Pope Francis's Social Encyclical».
Acedido a 11 de novembro de 2020.
<https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2020-10/fratelli-tutti-pope-fraternity-social-friendship-short-summary.html>.
- Policarpo, José. *A Educação Moral e Religiosa Católica ao serviço da construção da Pessoa*. Lisboa: SNEC/Faculdade de Teologia, 1999.
- Ramirez, Steven A. «Social Justice and Capitalism: An Assessment of the Teachings of Pope Francis from a Law and Macroeconomics Perspective».
Acedido a 21 de agosto de 2021.
<https://lawecommons.luc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1602&context=facpubs>.
- Ratzinger, Joseph. *Deus e o Mundo*. Coimbra: Tenacitas, 2006.
- _____. *El resplandor de Dios en nuestro tiempo*. Barcelona: Herder Editorial, 2008.
- Rawls, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- Santabarbara, Luis González-Carvajal. *El Padrenuestro explidade com sencillez*. Santander: Sal Terrae, 2009.
- Santos, Giselli Caetano dos e Ana Cristina Brito Arcoverde, “Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil”. Acedido a 10 de fevereiro de 2022.
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf.
- Save the Children. Acedido a 23 de abril de 2022. <https://www.savethechildren.org/>.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014.
- Sen, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- _____. *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar, 1999.
- Spicker, Paul. «Fraternity and solidarity». Acedido a 29 de dezembro de 2020.
<https://doi.org/10.1332/policypress/9781861348418.003.0006>.
- Spade, Dean «Mutual Aid». Acedido a 04 de janeiro de 2021.
<https://theanarchistlibrary.org/library/dean-spade-mutual-aid>.
- Teixeira, Alfredo. «A cultura religiosa na escola». *Pastoral Catequética* 5 (2006): 41-67.
- Terrapass. «Overconsumption of Natural Resources The Problems We Face». Acedido a 22 de março de 2021.
https://terrapass.co.uk/?utm_source=terrapass.com&utm_medium=referral&utm_campaign=redirect.
- The World Bank. «*Food Price Watch: Prices decline at a slower pace; focus on food loss and waste*». Acedido a 07 de março de 2022.
<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/publication/food-price-watch-february-2014>.
- Tourault, Philippe. *História Concisa da Igreja*. Traduzido por Maria Georgina Segurado. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda., 1996.
- UNICEF para todas as crianças. Acedido a 23 de abril de 2022.
<https://www.unicef.pt/?altTemplate=StartView>.
- Urbano, Elisa, Mónica Pires, e Sérgio Martins. *Estou Contigo! Manual do 6º ano de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.
- Valente, Flávio Luiz Schieck. «Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos». *Saúde e Sociedade* 12, n.1 (2003): 51-60.
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/?format=pdf&lang=pt>.

Watson, Adam. *A evolução da Sociedade Internacional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Wendt, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: University Press, 1999.

Ziegler, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXOS

Anexo I – *PowerPoint* dinâmico sobre “A Partilha do Pão. A dimensão cultural da alimentação. A importância da refeição.”

Sumário: A Partilha do Pão. A dimensão cultural da alimentação. A importância da refeição.



A partilha do pão
6º Ano – Unidade Letiva 3
1ª aula

Todos sabemos a importância que a alimentação tem na nossa vida



A transformação dos alimentos é especificamente humana e significou a passagem de um nível mais primitivo e natural para um nível cultural.



Os vários povos começaram a utilizar e a transformar os diferentes alimentos de forma particular, atribuindo-lhes características e valor simbólico próprios.



Japão (Sushi)



Índia (Peixe e leite de coco)



África (Arroz amarelo - açafrão)



Portugal (Cotido à portuguesa)

Os vários povos começaram a utilizar e a transformar os diferentes alimentos de forma particular, atribuindo-lhes características e valor simbólico próprios.



Itália (Massa)



Turquia (Kebab)



Brasil (Feijoada com feijão preto)

Os nossos hábitos alimentares são a expressão de um **património cultural** antigo, resultado da acumulação de saberes de diferentes culturas. A gastronomia portuguesa tem características mediterrânicas.



Tarefa



<https://wordwall.net/resource/1518001>



A refeição como experiência de encontro

<https://www.youtube.com/watch?v=y1s5y64xIU>

Sumário: O significado simbólico--religioso do alimento e da refeição.

O significado simbólico-religioso do alimento e da refeição.



Na cultura hebraica, à semelhança de tantas outras tradições religiosas com milhares de anos de História, os alimentos são uma dádiva de Deus, Criador de tudo.

Os alimentos estão, assim, à disposição dos seres vivos, integrando os elementos necessários à sua sobrevivência.

**Farinha, trigo,
água, sal**



**Extraído
da azeitona, o
fruto
da oliveira.**



**Extraído
da videira,
fermentação
do sumo da
uva.**



**Essencial à
sobrevivência,
cobre grande parte
da superfície
terrestre, constitui
oceanos, rios e
lagos.**



A ÁGUA

Símbolo mais antigo da Páscoa, símbolo da aliança feita entre Deus e o povo judeu na páscoa da antiga lei.



O CORDEIRO

Para os **judeus**: o cordeiro é a aliança feita entre Deus e o povo judeu na páscoa na antiga lei.



Para os **cristãos**: o cordeiro é o próprio Jesus. É a nova Aliança de Deus realizada por Seu Filho, Jesus, com todos os povos.

Anexo III – Trabalho de grupo sobre as instituições nacionais e internacionais que lutam contra a fome.






Olá, bom dia!

Espero que estejam bem de saúde e como combinado deixo-vos as instruções para os trabalhos de grupo.

Recordam-se que falámos na pobreza, nas causas da fome e na falta e desperdício de comida. Perante as desigualdades na distribuição da riqueza, a sociedade civil foi-se organizando e criando organizações com o intuito de defender as populações dos abusos, das injustiças, do real direito à alimentação.

Cada grupo vai trabalhar uma dessas instituições e apresentar na próxima aula, com as seguintes instruções:

- A apresentação não deverá ultrapassar os 5 minutos.
- Poderão apresentar em qualquer formato: *Powerpoint*, texto, oralmente, entre outros.
- Indico o *site* de cada instituição mas poderão pesquisar também em outros *sites* ou fontes.

Grupos:	Instituição a apresentar:
Grupo 1	A organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO - Food and Agriculture Organization) http://www.fao.org/portugal/pt/  Food and Agriculture Organization of the United Nations
Grupo 2	Banco Alimentar Contra a Fome https://www.bancoalimentar.pt/ 
Grupo 3	Reefood  https://www.re-food.org/pt/nucleos/portugal/minho-tras-os-montes/braga
Grupo 4	Conferências Vicentinas https://www.aoassvp.pt/ser-vicentino/as-conferencias/ 
Grupo 5	Florinhas do Vouga http://www.florinhasdovouga.pt 

Constituição dos grupos:

Grupo 1
Margarida Ferreira Daniel Melo Marta Fernandes Leonor Pereira

Grupo 2
Diana Ferreira Carolina Fernandes Mariana Ferreira João Lopes

Grupo 3
Afonso Veiga Rúben Reis Maria Leitão Diogo Fernandes

Grupo 4
Francisco Veloso Rodrigo Oliveira Leonor Carvalho Diogo Cracel

Grupo 5
Carolina Rinaldi André Silva Raúl

Até 2ª feira!

Anexo IV – *PowerPoint* dinâmico sobre o “A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia”.

Sumário: A partilha fraterna dos primeiros cristãos. A Última Ceia.



A comunidade dos primeiros Cristãos tinham esta consciência: o amor partilhado.



At 2, 42-47

Apóstolo Paulo a pregar
(1774), pomenoc.
Giovanni Paolo Pannini



A palavra de Jesus se torna ação concreta, demonstração clara de vivência da **Fraternidade**, de uma opção de vida em prol do bem comum.



- ❖ parentesco entre irmãos
- ❖ relação de união como aquela que existe entre irmãos
- ❖ afeto ou carinho entre irmãos
- ❖ amor ao próximo
- ❖ convivência amigável entre pessoas, comunidades, etc.; relações harmoniosas

A Última Ceia



Nesta refeição Jesus atribui um novo significado ao pão e ao vinho!



A Última Ceia

Tarefa



Correção da Tarefa



Significado dos relatos da Última Ceia:

A Última Ceia foi a última refeição que Jesus tomou com os seus Apóstolos na noite em que foi traído e preso no Jardim das Oliveiras.



Significado dos relatos da Última Ceia:

Nesta refeição Jesus atribuiu um novo significado ao pão ("isto é o meu corpo") e ao vinho ("isto é o meu sangue").



Significado dos relatos da Última Ceia:



A atitude de dádiva fraterna pelas pessoas é repetida cada vez que se celebra a Eucaristia.



Anexo V – Ficha sobre “A Última Ceia”

Escola EB 2,3 Nogueira

EMRC – 6B – UL 3 A Partilha do Pão

14/06/2021

O significado dos relatos da Última Ceia



A Última Ceia (1997). Walter Rane



Assinala a(s) opção(ões) correta(s):

- ✚ A Última Ceia não foi uma refeição muito importante para os Apóstolos.
 - Verdadeiro
 - Falso

- ✚ Nesta refeição Jesus atribuiu um novo significado ao pão e ao vinho:
 - Partiu o pão e disse: “Isto é o meu corpo”, a seguir bebeu o vinho e disse: Isto é o meu sangue”.
 - Jesus anunciou que ele próprio se encontrava presente no pão e no vinho.

- ✚ A morte de Jesus não significou o abandono e a solidão dos seus amigos, mas uma nova forma de presença: no Espírito, Jesus é companhia amiga para todos os que nele confiam.
 - Verdadeiro
 - Falso

- ✚ Jesus deu a sua vida pelo bem da humanidade, em cada ato, em cada palavra, em cada gesto realizado, até ao limite da morte.
 - Verdadeiro
 - Falso

- ✚ Esta atitude de dádiva fraterna só se realizou quando Jesus morreu.
 - Não, porque continua a realizar-se cada vez que se celebra a Eucaristia.
 - Sim, agora já não se realiza.

Anexo VI – Letra da música “Dar mais”.

Letra da música:

Se a tua voz trazer mil vozes para cantar,
Vais descobrir mil harmonias belas
Que ao céu hão-de chegar.
Fica mais rica a alma de quem dá,
Chega mais alto o hino
De quem vive a partilhar.

**Tu tens que dar um pouco mais do que tens,
Tens que deixar um pouco mais do que há,
Se vais ficar muito orgulhoso vê bem,
Tens que te lembrar.**

És um grãozinho de uma praia maior,
E deves dar tudo o que tens de melhor,
Para avaliar a tua alma há leis,
Tu tens que dar um pouco mais do que tens.
Olhou p'ro céu, sentiu que a sorte estava ali,
E com valor, foi conseguido tornar bom
O que até era mau.
E grão a grão construiu o seu poder,
E pouco a pouco subiu a escadaria do amor.

O tempo vai e de um rapaz um homem vêm,
Sem medo vê,
Porque o destino vai em frente p'ra servir o bem,
É tão profunda a mensagem que chegou,
São tão seguras e largas
As pontes que ele deixou

Sumário: Ser pão para os outros.



Beata Teresa de Calcutá (1910-1997), fundadora das Irmãs Missionárias da Caridade.

Livro e filme: “Não há amor maior.”

“O pobre não tem somente fome de pão, também tem uma terrível fome de dignidade humana.”

“O arroz, o pão que dou ao esfomeado que encontro na rua acalma-o-lho a fome. Mas é muito difícil saciar a fome daquele que vive em exclusão, na falta de amor e cheio de medo.”



Anexo VIII – Organizações que são pão para os outros.

Conferências Vicentinas de S. Vicente de Paulo



A Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundada em 1833, por um grupo de jovens leigos. É uma organização de leigos católicos, de voluntários, homens e mulheres, dedicada a oferecer uma ajuda pessoal a todos aqueles com necessidades. A base do seu trabalho é a interação direta e individual com aqueles que estão com necessidades, bem como as suas famílias, independentemente das suas origens ou das suas crenças. Estas pessoas são visitadas no seu ambiente próprio; quer seja em casa, num lar, no hospital, nos seus abrigos, na rua ou na prisão

Procuram oferecer às pessoas roupa, livros, medicamentos, ajuda na procura de empregos e internamentos, visitas a lares, hospitais, cadeias, ou à fundação das chamadas ((obras especiais» (obras de ação especializada e individualizada, lares de 3ª idade, centros de dia, casas de trabalho, salas de estudo, cantinas, lares para jovens, creches, infantários, jardins de infância, colónias de férias, etc.). A ação vicentina procura ser a resposta oportuna para cada situação de sofrimento ou pobreza que se deteta - resposta mais ou menos imediata, ou de simples encaminhamento das situações mais difíceis para as vias possíveis de resolução, inquietando consciências indiferentes, apesar de responsáveis, mas com possibilidade de resposta às situações de pobreza e sofrimento. A ação vicentina preocupa-se com a promoção do homem na sociedade através de um sentimento de afeto e respeito pela dignidade de cada pessoa, da oferta de amor, a que todos têm direito, da compreensão e receptividade a uma confiança ou a um desabafo, um conselho com uma palavra amiga, um olhar carinhoso, motivos de fé e de esperança.

Fonte: www.ssvp.pt

Comunidade Vida e Paz



Comunidade
Vida e Paz

Os princípios que regem a Comunidade Vida e Paz são universais e aclamados por indivíduos em todos os cantos do Mundo. Procura-se que se confundam com a prática de todos os dias. Para a Comunidade nada é mais importante que o garante da Dignidade da Pessoa Humana, trabalhando para o Bem Comum, em nome de uma Justiça Social baseada no princípio da Subsidiariedade. A sua Missão é ir ao encontro e acolher pessoas sem-abrigo, ou em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a recuperar a sua dignidade e a (re)construir o seu projeto de vida, através de uma ação integrada de prevenção, reabilitação e reinserção. Para tal inspira-se e orienta-se pela Doutrina Social da Igreja e sustenta-se nos valores da Esperança, Comunidade, Equidade, Solidariedade, Verdade, Comprometimento, Tolerância e Espiritualidade.

"A Comunidade Vida e Paz é um conjunto de pessoas, que partindo da ideia de Comunidade acredita que é possível criar condições de Vida e Paz para as pessoas sem-abrigo ou em situação de vulnerabilidade social. Em conjunto, com o pequeno contributo de cada um, acreditam ser possível construir esta grande causa que é tornar real um projeto de Esperança para as pessoas sem-abrigo ou em situação de vulnerabilidade social que será também um caminho de Esperança na Sociedade Portuguesa. A Comunidade Vida e Paz precisa de todos e cada um na sua singularidade porque as pessoas sem-abrigo ou em situação de vulnerabilidade social precisam de uma COMUNIDADE onde possam redescobrir a Vida digna que é sua por direito."

Fonte: Henrique Joaquim, Presidente da Comunidade Vida e Paz, www.cvidaepaz.pt/site

A Caritas



A *Caritas Internationalis* é uma confederação de organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países. É igualmente uma organização não governamental (ONG). Em Portugal, foi criada em 1945, tendo delegações nas 20 dioceses portuguesas.

A Caritas rege-se pela Doutrina Social da Igreja e orienta as suas ações por princípios de solidariedade. A missão da Caritas é trabalhar para construir um mundo melhor, dedicando-se particularmente aos mais pobres e excluídos da sociedade e desenvolvendo ações de ajuda humanitária a nível nacional e internacional, nomeadamente em situações de calamidades naturais e em contexto de guerra.

Fonte: <http://www.caritas.pt/>